

Adélio Dias

**A ATUAÇÃO INFORMACIONAL DO INSTITUTO CAMÕES NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA MOÇAMBICANA: O
CASO DE MAPUTO**

Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação da UFMG
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
2006

Adélio Segredo Dias

**A atuação Informacional do Instituto Camões no processo de
construção da cidadania moçambicana: o caso de Maputo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e
Sociedade

Orientadora: Prof^ª. Dra. Alcenir Soares dos Reis
UFMG

Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação da UFMG
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
2006

D541a	Dias, Adélio Segredo. A atuação informacional do Instituto Camões no processo de construção da cidadania moçambicana [manuscrito]:o caso de Maputo / Adélio Segredo Dias. – 2006. 187f. Orientadora: Alcenir Soares dos Reis Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Bibliografia: f. 161-171. Anexos: f. 172-187. 1. Ciência da Informação – Teses 2. Cidadania – Moçambique – Teses I. Título II. Reis, Alcenir Soares dos III. Universidade Federal de Minas. Escola de Ciência da Informação. CDD: 02:342.71(679)
-------	---

Catalográfica: Biblioteca Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG

À
Patrícia Rego,
que partiu e me deixou com sem-vontade...!

Ao
Danny, Ruy e Nana,
que me dão muita vontade!

Agradecimentos

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio recebido de várias pessoas e entidades.

Gostaria de deixar aqui registrados os meus profundos agradecimentos a minha orientadora, Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis, que, apesar de estar muito ocupada com outros compromissos profissionais, orientou-me da melhor maneira, lendo as várias versões preliminares, aconselhando e indicando a bibliografia necessária para a elaboração do presente trabalho;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), por ter financiado o curso;

Ao Instituto Camões, na pessoa da M.I Presidente, Dra. Simonetta Luz Afonso, por me ter concedido licença para cá vir freqüentar o mestrado e ao Diretor do Centro Cultural Português em Maputo, Dr. Antônio Santos Braga, a quem, particularmente, prezo uma elevada admiração. A ele, os meus profundos agradecimentos por ter confiado nas minhas capacidades e me ter dado todo o apoio possível;

À Mercedes, pela coragem de largar tudo na nossa terra e vir a Brasil para me acompanhar;

Ao Manuel Manguê, meu conterrâneo, a quem sigo as pegadas desde Maputo, no “*Convergindo*”. Esteve sempre disponível desde o primeiro momento em que pisei o solo brasileiro.

À todos professores da Ciência da Informação e da Faculdade da Educação, em especial a Profa. Dra. Ana Maria Rezende Cabral, Profa. Dra. Maria Eugénia Andrade, Prof. Dr. Leôncio José Gomes Soares, Profa. Dra. Rosemary Dore Heijmans, Profa. Dra. Lúcia Alvarez Leite, Profa. Dra. Regina Maria Marteleto, Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota, Profa. Dra. Helena Maria Crivellari, Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, e Profa. Dra. Lídia Alvarenga;

Ao meu colega de turma Leonardo Vasconcelos Renault, a quem amigavelmente chamo de Leo, pela disponibilidade em ajudar a normalizar a versão final da presente dissertação e pelas excelentes opiniões durante a elaboração do referencial teórico;

À minha colega de trabalho no Centro Cultural Portugal do Instituto Camões de Maputo, a quem carinhosamente chamamos de *Nocas*, pela disponibilidade de cuidar todos os meus assuntos (problemas), durante a minha ausência;

À Dra. Dalila Cunha, Diretora da biblioteca da Universidade Pedagógica de Maputo e minha orientadora na graduação, que sempre me tem dado maior apoio neste percurso acadêmico;

À Dra. Wanda do Amaral, minha professora e diretora do Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC), por ter assinado a carta de recomendação que me foi favorável para a minha aceitação na UFMG;

E por último e não menos importante, um obrigado muito especial à família amiga brasileira, chefiada pelo Dr. Juarez, que inclui sua esposa, dona Marta— um exemplo de pessoa de bem—, Juninho, Juliana, Jorge (meu primeiro amigo brasileiro). Eles marcaram-me de forma positiva nesta minha estadia no Brasil.

Certa vez, alguém perguntou a Ben Harper, um famoso músico americano:

- *Ouvimos dizer que você tem agora um novo baterista na sua banda. Diga-me uma coisa: ele é negro?*

E Harper respondeu:

- *Não sei, nunca lhe perguntei.*

Mia Couto, Pensatempos, textos de opinião, 2005.

Resumo

O trabalho teve como objeto de estudo o Centro Cultural Português do Instituto Camões (CCP-IC) e buscou apreender a contribuição do mesmo para a construção da cidadania moçambicana. Suportou-se de um referencial teórico que discute as questões da informação, sua importância na sociedade, bem como o conceito de cidadania no contexto da sociedade moçambicana, sob uma perspectiva histórica. Procurou-se identificar as contribuições advindas daquela instituição sobre o entendimento do conceito de cidadania e sua aplicabilidade na sociedade moçambicana. Colheram-se opiniões, tanto dos usuários, através de um questionário-único, como as visões de vários entrevistados, representantes da sociedade civil moçambicana, obedecendo uma metodologia da combinação de procedimentos qualitativos e quantitativos, com vista a se obter a sensibilidade destes, sobre a atuação do Instituto Camões em Moçambique no que tange ao processo de construção da cidadania moçambicana. A pesquisa revela que a questão da cidadania moçambicana se encontra em processo de construção, razão pela qual se propôs avançar com sugestões de atividades para a atuação do Instituto Camões, tendo em vista a apreensão deste conceito por parte do cidadão moçambicano.

Palavras-chave: Informação, Cidadania, Moçambique, Instituto Camões.

Abstract

The study object of this research was the “Centro Cultural Português do Instituto Camões (CCP-IC)”– (Portuguese Cultural Center of the Camões Institute) that had as a main goal to understand its contribution towards the Mozambican citizenship. It was based upon a theoretical referential which discuss the questions of information, its importance in society, as well as the citizenship concept in the context of the Mozambican society, under a historical perspective. The purpose of the research was to identify the contributions provided by the institution about the understanding of the citizenship concept and its applicability in the Mozambican society. Opinions were collected from the users- through a questionnaire-unique, as well as the visions of various interviewed subjects, representatives of the Mozambican civilian society, obeying a methodology of the combination of qualitative and quantitative procedures in order to obtain their sensibilities about the performance of the Camões Institute in Mozambique, regarding the construction process of the Mozambican citizenship. The research reveals that the question of the Mozambican citizenship is still in a construction process and that's the reason why activities proposals were put forward for the performance of the Camões Institute, with an intention of having the Mozambican citizen absorbing this concept.

Key- Words: Information, Citizenship, Mozambique, Camões Institute.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Distribuição percentual da população moçambicana de 5 anos e mais, por língua falada, língua materna e área de residência, segundo a língua;	33
Tabela 2:	Distribuição dos usuários do Centro Cultural Português de Maputo em função da sua origem, etnia e faixa etária;	124
Tabela 3:	Distribuição dos usuários do ensino superior, correspondentes a faixa etária de acordo com o SNE de Moçambique;	125
Tabela 4:	Distribuição do tipo de obras mais consultadas na biblioteca em função do número de usuários;	126
Tabela 5:	Distribuição dos usuários do CCP-IC quanto ao nível de escolaridade;	127
Tabela 6:	Distribuição dos usuários em função da disponibilidade do material na biblioteca;	131
Tabela 7:	Classificação do acesso aos materiais no CCP-IC de Maputo;	136
Tabela 8:	Disponibilidade das atividades realizadas na galeria, em função do número de usuários;	139
Tabela 9:	Disponibilidade de materiais sobre Moçambique no CCP.	144

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

CCP	Centro Cultural Português;
IC	Instituto Camões;
CCP- IC	Centro Cultural Português do Instituto Camões;
CI	Ciência da Informação;
LP	Língua Portuguesa;
ESG-1º	Ensino Secundário Geral- 1º ciclo (8ª, 9ª e 10ª classes);
ESG-2º	Ensino Secundário Geral- 2º ciclo (11ª, 12ª classes);
ONU	Organização das Nações Unidas;
ONG	Organização Não-Governamental;
TIC's	Tecnologias de informação e comunicação;
SocInfo	Sociedade da Informação;
RNDHM	Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de Moçambique;
En.D.	Entrevistado com estatuto de direção no IC em Moçambique;
En.F.	Entrevistado com estatuto de funcionário do IC em Maputo;
En.M.	Entrevistado da classe académica, sociedade civil, escritor e artista, moçambicanos;
PNE	Programa Nacional de Educação;
SNE	Sistema Nacional de Educação;
MINED	Ministério da Educação;
LB	Língua Bantu;
E-A	Ensino-Aprendizagem;
TAB	Tabela;
ES.	Ensino Superior.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1.	Introdução	12
1.1	Formulação do problema	15
1.2	Hipóteses	17
1.3	Justificativa	18
1.4	Objetivos	21

CAPITULO II – O INSTITUTO CAMOES EM MOCAMBIQUE

2.1	O Instituto Camões em Moçambique: Panorama geral	24
2.2	Dados sobre Moçambique	27
2.2.1	Situação sócio-econômica	29
2.2.2	Educação	30
2.2.3	Língua/Ensino	31
2.2.3.1	Línguas nacionais, educação e cidadania	34

CAPITULO III – REFERENCIAL TEÓRICO

3.1	Instituições públicas de Acesso e Democratização da Cultura: Arquivos, Bibliotecas, Centros Culturais e Museus	38
3.1.1	Conceito de espaço público	38
3.1.2	Instituições Culturais	42
3.1.2.1	Arquivo	43
3.1.2.2	Centro Cultural	44
3.1.2.3	Museu	52
3.1.2.4	Biblioteca	55
3.1.2.4.1	Tipos de bibliotecas	59
3.1.2.4.2	Caracterização da biblioteca pública	62
3.1.2.4.2.1	Objetivos da biblioteca publica	68
3.2	Informação e Cidadania: aspetos teóricos	73
3.2.1	Surgimento e evolução da Ciência da Informação	73
3.2.1.1	Informação	75
3.2.1.1.1	Constrangimentos das novas Tecnologias da Informação e de Comunicação	85
3.2.1.1.2	Por uma sociedade da Informação no contexto de Moçambique	89
3.2.2	Cidadania	94
3.2.2.1	Conceito de cidadania sob ponto de vista moçambicano	104
3.3	Inter-relação Informação e Cidadania	109

CAPITULO IV – METODOLOGIA		
4.1	Fundamentação teórico-metodológica	113
4.2	Instrumentos de pesquisa	115
4.3	Procedimentos de coleta e análise dados	119
 CAPITULO V – A AÇÃO INFORMACIONAL DO INSTITUTO CAMÕES EM MOÇAMBIQUE: CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E DESAFIOS		
5.1	Sobre a implantação do Instituto Camões em Moçambique	123
5.2	Visão dos usuários do centro	126
5.2.1	Sobre os serviços biblioteconômicos	126
5.2.2	Sobre as atividades da galeria	138
5.3	Visão dos representantes da sociedade civil: literatos, acadêmicos e artistas	143
5.3.1	Sobre o impacto da informação no Centro Cultural Português de Maputo na cidadania moçambicana	143
 CAPITULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS		155
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		161
 ANEXOS		
Anexo I	Lei Orgânica do Instituto Camões	172
Anexo II	Principais etnias de Moçambique	173
Anexo III	Questionário aos usuários do centro	174
Anexo IV	Declaração sobre a Concessão da Independência aos países e Povos coloniais	176
Anexo V	Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas	178
Anexo VI	Declaração Universal dos Direitos Humanos	181
Anexo VII	Roteiro de entrevista Semi-estruturada (Direção do Instituto Camões)	185
Anexo VIII	Roteiro de entrevista semi-estruturada (Representantes Sociedade Moçambicana)	187

1 Introdução

O fenômeno da cidadania é complexo. O seu conceito tem sido freqüentemente evocado no discurso político e acadêmico, associando-o, quase sempre, aos mais diversos fenômenos sociais através de um processo de inter-relação, em que se contempla a cidadania em suas distintas interfaces, isto é, a relação entre cidadania e saúde; cidadania e habitação; cidadania e ecologia; cidadania e educação; cidadania e escola, entre outras.

O processo de apreensão e ampliação do lexema “cidadania” se relaciona com os processos de democratização da sociedade e o acesso à informação representa importante elemento para a sua viabilidade e concretização.

Em Moçambique, realidade sobre a qual se assenta o presente trabalho, o fenômeno da cidadania, ultimamente, tem sido evocado com freqüência. Nesse país, onde a democracia acabou de ser introduzida¹, a problemática em relação à cidadania encontra-se em pauta, o que leva a inferir que o entendimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos ainda estejam aquém do desejado. Muitos cidadãos não conhecem, ou pouco sabem, sobre o real exercício da cidadania. Existe, em Moçambique, uma grande maioria da população excluída e sem acesso a bens materiais e intelectuais que possibilitem o exercício pleno da sua condição de cidadãos.

Assim, apesar dos direitos de cidadania serem direitos formalmente assegurados, constata-se que, nem sempre, estes são usufruídos em sua plenitude por todos os cidadãos moçambicanos, na medida em que o seu usufruto passa, em parte, pelo “domínio” da língua sobre a qual a informação é disseminada.

A idéia e motivação de estudarmos a ação informacional do Instituto Camões (IC) em Moçambique prende-se, em primeiro lugar, ao fato de conhecer, em termos institucionais, como funcionário, aquele organismo e suas propostas, no que se refere à ação cultural do mesmo no contexto de Moçambique. Em segundo lugar, e

¹ O sistema de voto democrático iniciou em 1994

motivados por essa relação de trabalho, constatamos que existe uma inter-relação entre o principal instrumento da divulgação das atividades do IC e o objeto de divulgação da informação tendente à assimilação dos princípios da cidadania, relação essa caracterizada pelo uso da língua portuguesa (LP), que, em Moçambique, é a língua oficial; língua de ensino e de comunicação oficial.

Portanto, em virtude de ser falada como língua materna por apenas 6,5% da população faz com que a grande maioria dos cidadãos tenha imensas dificuldades em internalizá-la, fato que tem como consequência direta, o insucesso escolar, por exemplo, que pode ser motivado pelas dificuldades na apreensão e aprendizagem da língua ou ainda pela fraca ou má decodificação da informação.

Nesse âmbito, a par com a LP, o governo dedicou esforços consideráveis no incremento do uso das línguas moçambicanas, tendo-as introduzido como línguas de instrução para a educação primária, com o objetivo de, justamente “*diminuir as altíssimas taxas de insucesso escolar em Moçambique*” (MINED, 1999, p. 4).

De fato, alguns estudiosos apontam que o maior fracasso da educação contemporânea em Moçambique tem sido, precisamente, a incapacidade dos currículos contemplarem a complexidade etnolinguística dos alunos, das comunidades e da sociedade, de tal maneira que se possam tomar decisões acertadas sobre a língua e a cultura na elaboração dos programas e nas aulas.

Destaca-se ainda que a língua não é somente um instrumento de transmissão de mensagens, é, também, um veículo de transmissão de valores culturais. A possibilidade das crianças e adultos aprenderem a escrever as suas línguas é um ponto de partida para o seu desenvolvimento e utilização nos vários domínios da vida social. Desse modo, abrir-se-ia um caminho para uma convivência lingüística mais democrática e para a necessária preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural mais importante do país.

Vale apontar que no contexto moçambicano, de multiplicidade lingüística e cultural, para o processo de ensino-aprendizagem, a não observância da relação língua/cultura pode provocar uma descontinuidade entre os valores que a criança

leva para a escola e os valores adquiridos na mesma. Portanto, a opção pelo uso da língua materna (em fases iniciais de aprendizagem) que representam a cultura doméstica familiar, os valores tradicionais e a experiência dos professores em paralelo com a língua portuguesa, mostra-se ideal.

O processo de ensino-aprendizagem das crianças não se deve limitar a temas pedagógicos, mas também, incluir as questões linguístico-culturais que rodeiam o bilinguismo² e o ensino bilingue. Mesmo os professores monolíngues, se não estiverem preparados para desenvolverem o bilinguismo e a biliteracidade dos alunos, não poderão apoiar devidamente o processo de aquisição/aprendizagem de uma segunda língua.

Mas, na situação atual, em que se institui o português como língua oficial de Moçambique, a que deve permitir a garantia da Unidade Nacional, a sua aprendizagem deve ser compreendida como elemento-chave para um eficaz desempenho do exercício da cidadania.

Nos dias de hoje, as sociedades contemporâneas estão sendo construídas de acordo com as regras da sociedade global. Sendo assim, urge tentar decifrar o papel do Homem moçambicano, que se forma e ocupa o seu espaço enquanto cidadão, no mundo caracterizado por tantas transformações.

Considerando esse ajustamento da sociedade e o importante papel do saber enquanto elemento de inserção social, do exercício da cidadania, o presente trabalho sobre *“A atuação informacional do Centro Cultural Português do Instituto Camões de Moçambique”*, foi realizado tendo como objetivo apreender e analisar a atuação do IC em Moçambique e a contribuição do mesmo para a construção de uma cidadania moçambicana. É importante explicitar, considerando para tal que a concepção de cidadania é aquela que se encontra indicada dentro dos parâmetros constitucionais, ou seja, que se faça conforme o disposto no artigo 113, § 1 da Constituição da República de Moçambique, que indica,

A República de Moçambique promove uma estratégia de educação visando a unidade nacional, a erradicação do analfabetismo, o domínio da ciência e da

² Bilingüismo como a capacidade de o indivíduo falar, para além da sua língua primeira, outra língua .

técnica, bem como a formação moral e cívica dos cidadãos (Constituição da República, 1990, p. 33).

O IC em Maputo mostra-se como um espaço de confluência e busca de informação. A este pressuposto associamos o fato de que a construção da cidadania ou de práticas da cidadania passa pela questão do acesso e uso da informação e, portanto, tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, quanto à implementação dos deveres do cidadão, dependem do livre fluxo de informação sobre tais direitos e deveres.

Considerando o quadro das ações do IC em Moçambique, Maputo e o pressuposto de que *“o saber ocupa importante papel enquanto elemento de inserção social”* (BONET, 2001, p. 7), a questão que se coloca neste trabalho é: quais os fatores determinantes para a atuação do IC em Maputo e em que medida esta atuação, caracterizada por atividades culturais e serviços Biblioteconômicos, contribuem para a construção de uma cidadania moçambicana?

Para buscarmos resposta às nossas indagações, optamos, em função dos objetivos e natureza do tema, por fazer uma pesquisa de caráter predominantemente qualitativo, cuja coleta de dados foi realizada no contexto do IC em Maputo, no período compreendido entre dezembro e abril de 2006, com os diferentes usuários que freqüentam aquele Centro, bem como com as diferentes personalidades representativas da sociedade civil, previamente selecionadas.

A coleta de dados foi realizada através do questionário, da entrevista, da análise documental e da observação.

1.1 Formulação do problema

Considerando o quadro das ações do CCP em Moçambique- Maputo e tendo em conta que o domínio da LP é uma afirmação de cidadania e de democratização na sociedade moçambicana, o presente trabalho, de modo específico, pretendeu saber:

- qual é o impacto da ação informacional do IC na sociedade moçambicana tendo em vista a construção de uma cidadania nacional, ou seja, de que

modo a Lei Orgânica do IC prevê a inclusão de elementos da cidadania moçambicana considerando a diversidade lingüística e cultural do país?

- até que ponto as atividades da galeria (exposições de arte, palestras/painés, lançamento de livros, mesas redondas, exposições documentais, entre outras) e o acervo disponível na biblioteca do CCP abarcam assuntos relacionados com Moçambique e que possam ser interpretados como elementos que contribuem para a construção de uma cidadania moçambicana?
- De que forma as atividades e os serviços biblioteconômicos do CCP de Maputo se relacionam com o projeto de ensino bilíngüe (Língua Portuguesa/ Línguas nacionais) em Moçambique, tendo em vista a formação da Identidade Nacional?

Tendo em conta o disposto no Artigo 9, da Constituição da República de Moçambique sobre as línguas nacionais em que postula que *“O Estado valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”* pode-se secundar a nossa última questão do problema ora apresentado formulando o seguinte:

- Considerando o CCP de Maputo, como um espaço de busca e entrosamento de saberes e de cultura, e que esse fenômeno se realiza através da língua portuguesa, ainda que essa mesma língua constitua o principal instrumento de trabalho do CCP, como é que ela (a LP) é usada em Moçambique pelo CCP tendo em vista a apreensão de símbolos nacionais identificadores da Unidade Nacional?

É pertinente recordar que, sendo Moçambique um país multicultural, para reconhecer uma igualdade primeira entre todos os cidadãos, a democracia existente no país necessita provocar um apagamento das diferenças, não admitindo *“a diversidade de*

situações que impedem a grupos (etnias) oprimidos econômica, social e/ou culturalmente de participarem da política em condições de igualdade com grupos privilegiados...” (PINTO, 2000, p. 139), ato que pode gerar uma situação de posicionamento desconfortável nas decisões da vida do país, embora, como a autora reconhece, ao se pretender distinguir o *geral* e o *particular*³, conceitos muito próximos do *universal* e do *particular*, estar-se-ia a provocar uma situação de exclusão ao invés de inclusão. Ou seja, ainda de acordo com a autora,

[...] a identificação desta condição é fundamental para que se possa discutir a inclusão de novos grupos, novas identidades na luta política; entretanto, a mesma questão traz consigo um problema de difícil solução: a existência dos particulares pode coexistir com a existência de interesses gerais? (PINTO, 2000, p. 140).

É importante, no dizer de Pinto (2000), discutir

a questão da participação e/ou representação política no cenário de democracias que se enfrentam com as demandas multiculturais por novos espaços de participação e pela garantia de novos direitos para grupos até então excluídos (*Ibidem*, p. 138).

Julgamos que a LP, só condiciona o exercício da cidadania moçambicana se estiver relacionada com a questão dos símbolos e cultura nacionais. Ou seja, se for usada, também e, sobretudo, no contexto moçambicano. Verifica-se, porém, como demonstrado anteriormente, que a grande maioria da população moçambicana não domina a língua portuguesa e a sua participação na vida do país se pode fazer através de manifestações culturais/ línguas nativas. Surge, daí a pertinência da nossa indagação sobre o papel que o CCP desempenha tendo em conta as diversidades lingüística e cultural que Moçambique enfrenta.

1.2 Hipóteses

Tendo em conta o exposto sobre a importância de se colocar como dimensão fundamental para a sociedade moçambicana, o *acesso e uso da Informação* como a chave para o alcance da construção ou de práticas da cidadania, pretende-se trabalhar as seguintes hipóteses:

³ Termos propostos pela autora.

- i) O Centro Cultural Português do Instituto Camões em Maputo contribui de forma efetiva para a formação da cidadania moçambicana. Ou seja, tanto a galeria de arte como as demais atividades biblioteconômicas, fornecem serviços tendentes à contribuição para a formação da Identidade Moçambicana.
- ii) Existem, no CCP de Maputo, recursos (serviços) paralelos/alternativos ao português, nomeadamente, línguas nacionais, que permitem a reprodução/divulgação das atividades com vista a abarcar os usuários que têm fraco domínio da LP.

1.3 Justificativa

A decisão de se estudar o tema sobre o papel do Instituto Camões em Moçambique, deve-se ao fato de, em primeiro lugar, acharmos que, sendo aquele organismo de caráter público, pode, através das suas atividades contribuir para uma maior disseminação da informação para os cidadãos moçambicanos. Esta nossa perspectiva encontra base de sustentação em Arendt (1997), ao definir o conceito de “Público”.

Segundo a autora, o termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos. Cingir-nos-emos no primeiro fenômeno: *“tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível”* (ARENDT, 1997, p. 59). Nesse sentido, estamos a pensar na atuação do IC em Moçambique e relacioná-la com a questão da formação da cidadania moçambicana. Com os serviços de biblioteca e galeria de exposições de arte, o Instituto Camões se apresenta como um espaço ideal de convivência e incentivo para o desenvolvimento do espírito de busca da Informação com vista a, entre outros objetivos, a construção de uma cidadania moçambicana.

De acordo com Jelin (1994), para se chegar a ser cidadão/cidadã ativos/ativas e responsáveis, é necessário contar com oportunidades e espaços que permitam (e promovam) o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades e idéias muito especiais, ou seja, *“a cidadania é uma prática que se aprende através da participação em experiências concretas. É uma prática educacional”* (JELIN, 1994, p. 44).

Tal como acontece em outras línguas, em Moçambique, o fraco domínio do português dificulta a comunicação entre as populações e o Estado, marginalizando-as do desenvolvimento econômico e da participação política e cívica. O domínio da LP é, assim, fator imprescindível de resgate dos diversos espaços e linguagens, para que todos possam contribuir para a transformação de indivíduos “objetos” em cidadãos “sujeitos” responsáveis pela sua posição na sociedade.

É de suma importância que seja garantido o direito à informação consubstanciando com o preceituado na Constituição de Moçambique, no artigo 48, § 1º, segundo a qual *“todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”* (Moçambique. Constituição da Republica de Moçambique- grifo nosso), para que haja possibilidade de ingerência, pelos cidadãos, na administração pública.

Essa garantia do direito à informação passa primeiro pela questão educativa onde é consolidada a aquisição de habilidades cognitivas com vista à interpretação da informação que se é fornecida. Dito de outra maneira, não há como se falar em democracia participativa se aqueles que devem participar não têm as informações necessárias para o fazer.

No contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir daí, tomam decisões sobre suas vidas, seja ao nível individual ou coletivo. Assim, ao estabelecerem circuitos comunicacionais os sujeitos constroem as práticas informacionais. Estas podem ser definidas, segundo Araújo (1998) *“como ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais”* (ARAÚJO, 1998, p. 34).

Consideramos, assim, que a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa, necessariamente, pela questão do acesso/uso de informação, pois tanto a conquista dos direitos políticos, como dos direitos civis e sociais depende

fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos, de uma ampla circulação e disseminação/comunicação de informação sobre os mesmos e de um processo de discussão crítica sobre os processos que se desenvolvem no contexto social em questão.

Julgamos, por isso, que as limitações de acesso à informação dificultam o pleno exercício da cidadania. Assim, a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo como qualquer outro, sendo tão importante como o direito à educação, saúde, moradia, justiça e a tantos outros.

Espera-se, por isso, que o presente trabalho contribua para uma melhor compreensão do lexema “cidadania” num país de apenas 30 anos de Independência e recém democrático.

A independência de Moçambique, assim como a dos restantes países colonizados, rege-se pela Declaração das Nações Unidas sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais⁴, que, a 14 de Dezembro de 1960, proclamou a necessidade de pôr fim rápido e incondicional ao colonialismo em todas as suas formas e manifestações. No parágrafo segundo e quinto, respectivamente, se afirma que

Todos os povos têm o direito de livre determinação; em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento económico, social e cultural; Nos territórios, sem condição ou reservas, conforme sua vontade e seus desejos livremente expressados, sem distinção de raça, crença ou cor, para lhes permitir usufruir de liberdade e independência absolutas (DECLARACAO SOBRE A CONCESSAO DA INDEPENDENCIA AOS PAISES E POVOS COLONIAIS, 1960).

Esta Declaração é antecedida da Declaração Universal de 1948⁵ que, no dizer de Bobbio (1992),

contém em germe a síntese de um movimento dialético, que começa pela Universalidade abstrata dos direitos naturais, transfigura-se na particularidade concreta dos direitos positivos, e termina na Universalidade

⁴ Anexo IV.

⁵ Anexo VI.

não mais abstrata, mas também ela concreta, dos direitos positivos universais (BOBBIO, 1992, p. 30).

Para o caso moçambicano, temos uma situação em que há a convivência de várias línguas e etnias e, logo à partida, se vislumbra, o movimento dialético sugerido pelo autor em que o tratamento para as distinções das línguas, raças e etnias deve merecer atenção. O art. 2º da Declaração Universal condena toda a discriminação fundada não só sobre a religião, a língua, mas também sobre o sexo e a raça.

1.4 Objetivos

- Geral:

- Identificar os fatores determinantes para a atuação do IC em Maputo-Moçambique e analisar as atividades culturais e biblioteconômicas do CCP, com vistas a contribuição para a construção de uma cidadania moçambicana.

- Específicos:

- I. Identificar e caracterizar as atividades culturais e os serviços biblioteconômicos do Centro Cultural Português de Maputo;
- II. Identificar e caracterizar o perfil do usuário do Centro Cultural Português, para quem se destinam as atividades e os serviços biblioteconômicos e apreender suas necessidades informacionais;
- III. Relacionar o conceito de “Cidadania” e a concretude do mesmo no contexto moçambicano;
- IV. Interpretar a Lei Orgânica do IC e identificar elementos tendentes à apreensão de símbolos de construção da cidadania moçambicana;
- V. Selecionar e descrever as atividades e o acervo do Centro que abordem assuntos de interesse/ relacionados com a sociedade moçambicana e que contribuam para a construção de uma cidadania moçambicana.

O trabalho está organizado em seis capítulos. Após esta introdução, os restantes capítulos estão assim estruturados:

- Capítulo II - **O Instituto Camões em Moçambique** - faz uma contextualização do IC em Moçambique, suas atividades, bem como alguns dados sobre Moçambique, pertinentes a pesquisa;
- Capítulo III - **Referencial Teórico** – está dividido em dois tópicos. O primeiro tópico é composto pela apresentação dos conceitos relacionados com as instituições públicas de acesso e democratização da cultura, dando maior enfoque ao centro cultural e a biblioteca (pública). Nessa parte dialogamos com autores como Campello (2002); Lemos (2005); Martins (2002); Milanesi (1989, 1997, 2002); Mueller (1984); Teixeira Coelho (1989, 1986, 1997), na tentativa de buscarmos elementos que podem explicar os fenômenos relacionados com o tema da presente pesquisa.
 O segundo tópico apresenta o conceito de informação através das colocações de, Araújo (1998); Brookes (1990); Buckland (1991); Le Coadic (1996); Marteleto (1992, 1987 e 1994), entre outros, autores esses que trabalham a vertente social da informação. Esta parte discute, igualmente, o conceito de cidadania, sua evolução sob a óptica de vários autores, nomeadamente, Benevides (1991); Bobbio (1992); Carvalho (1996, 2004); Demo (1990, 1992); Marshall (1967); Mazula (1992); Rosário (1996), e finalmente estabelece uma inter-relação entre informação e cidadania.
- Capítulo IV - **Metodologia** - apresentam-se os caminhos seguidos para a coleta dos dados da pesquisa, bem como para a efetivação do presente trabalho;
- Capítulo V - **A Atuação Informacional do Instituto Camões em Moçambique** - constitui o ponto fulcral deste trabalho. Procede-se à descrição e análise, amplas dos dados recolhidos a partir dos inquéritos, das entrevistas, da análise documental e das observações efetuadas, tentando mostrar, na medida do possível, as inferências das relações de causa/efeito, dos fenômenos constatados nas análises;

- Capítulo VI - **Considerações Finais** - é destinado às conclusões e às sugestões sobre as principais questões levantadas ao longo do presente trabalho remetendo para a realização de pesquisas futuras. Assim, ao CCP-IC de Maputo, lhe foi sugerido algumas sugestões no quadro da sua atuação em Moçambique, sugestões essas originadas em função das constatações que extraímos ao longo da análise dos dados.

Julgamos ser do interesse para qualquer cidadão moçambicano (e não só), o tema do presente trabalho, uma vez que poderá abrir espaços para uma melhor compreensão e posterior pesquisas e debates sobre a questão da cidadania moçambicana por um lado, e sobre a atuação do IC no exterior, por outro.

É pertinente notar que as ações do IC no exterior, muito particularmente em Moçambique, se circunscrevem tanto no ramo da Cultura como no da Educação e isso constitui, como afirmamos, um grande viés para a construção de uma cidadania, pois *“a alfabetização é um instrumento na luta pela conquista da cidadania, e é fator imprescindível ao **exercício da cidadania**”* (SOARES, 2004, p. 57).

Pesquisas futuras, relacionadas com o tema do presente trabalho, foram, igualmente, recomendadas, tendo em conta o fato de que o presente trabalho se tenha circunscrito apenas no contexto de Maputo. Estamos cientes de que uma pesquisa alargada ao universo total de Moçambique se configuraria ideal.

La homogenización de la sociedad se realiza sobre todo en el nivel cultural. Unidade de lengua, antes que nada. En los países con diversidades culturales es indispensable un instrumento de comunicación único. Una cultura hegemonia impone su lengua tanto en las relaciones administrativas y comerciales como en la legislación. Pero sobre todo se afirma mediante la educación, porque la educación uniforme es el mejor instrumento de homogenización social. El Estado-Nación se consolida al someter todos sus miembros al mismo sistema educativo⁶.

Villoro, (1998:27)

2.10 Instituto Camões em Moçambique: panorama geral

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns elementos sobre a gênese do Instituto Camões, sua implantação e atividades em Moçambique, bem como alguns dados sobre o país.

O Instituto Camões (IC), uma instituição pertencente ao governo português, é a pessoa coletiva de direito público, que assegura a orientação, coordenação e execução da política cultural externa de Portugal, referente à difusão da língua portuguesa.

A Lei Orgânica do IC, cujo texto integral se encontra nos anexos do presente trabalho, foi homologada através do Decreto-Lei nr. 170/97 do Diário da República Portuguesa_ I, série_ A, Nº 153-05-07-1997, cujas atribuições se resumem:

- No desenvolvimento de programas adequados à difusão da língua e da cultura portuguesas;
- Na promoção do português como língua de comunicação internacional;

No exterior, o IC tem a si subordinados os Centros Culturais Portugueses (CCP) que têm as seguintes atribuições adicionais:

- Estabelecer as linhas de orientação da atividade e as áreas prioritárias de intervenção;

⁶ A homogenização da sociedade realize-se sobretudo ao nível cultural. Unidade da língua antes de mais nada. Nos países com diversidades culturais é indispensável um instrumento de comunicação único. Uma cultura hegemónica impõe sua língua tanto, nas relações administrativas e comerciais, como na legislação. Mas sobretudo se afirma mediante a Educação, porque a educação uniforme é o melhor instrumento de homogenização social. O Estado-Nação consolida-se ao submeter a todos os seus membros, no mesmo sistema educativo . (Nossa tradução).

- Apreciar e aprovar os planos e relatórios consolidados de atividades;
- Acompanhar a contratação e formação de pessoal;
- Coordenar e acompanhar a atividade de formadores e leitores.

Em Maputo, o CCP foi criado em 1996. Está localizado num bairro nobre da cidade (Polana Cimento - A); recebe um público muito heterogêneo devido, provavelmente, a diversidade da oferta cultural: biblioteca, artes plásticas, conferências, visitas de estudo, música, entre outros.

O CCP de Maputo opera articulando três divisões estruturais:

- 1 Biblioteca e Centro de Recursos para o atendimento aos usuários, apoio à formação de técnicos documentalistas moçambicanos, visitas de estudo, apoio bibliográfico pontual. Cada usuário da biblioteca é possuidor de um cartão pessoal e intransmissível.

Em 2002, de acordo com as estatísticas⁷, registrou-se, na biblioteca, a visita de 105.448 usuários, com uma média diária de 474 presenças, a mais elevada, comparativamente a outros anos .

- 2 Animação Cultural e Galeria, para exposições de arte, palestras/painéis (conferências), lançamento de livros, mesas redondas, exposições documentais, organização de espetáculos musicais, cooperação e apoio técnico a organizações e associações culturais moçambicanas e estrangeiras.

- 3 Direção e Serviços Administrativos que, para além da execução da ação cultural externa do IC, estão articulados com a Embaixada de Portugal, nomeadamente com os Serviços de Cooperação Portuguesa nas áreas de Educação e Cultura.

De acordo com o plano de atividades, o CCP, em Maputo prevê e executa atividades que têm como objetivo, a cooperação com Moçambique, nomeadamente nas áreas de educação e cultura.

⁷ CCP- IC. Estatísticas do Movimento Geral de 2002 (disponível na biblioteca do Centro Cultural; não publicado).

O referido plano é formulado de acordo com seis grandes objetivos estratégicos, todos eles consubstanciados no princípio geral, que é o da promoção da língua e cultura portuguesas:

- i) Diversificar conteúdos e públicos;
- ii) Descentralizar a ação cultural;
- iii) Apoiar a criação e os criadores;
- iv) Apoiar a formação;
- v) Promover a articulação com agentes de língua portuguesa, muito em especial com os Leitores do ICA em Maputo, Beira e Nampula⁸ e com a Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa;
- vi) Fomentar os laços de amizade e de cooperação entre Portugal e Moçambique.

Paralelamente aos propósitos acima apresentados, o IC, em parceria com os governos locais⁹, promove atividades e serviços de conteúdos relacionados com os países onde está implantado.

Assim, com o objetivo de dar uma visão sobre o espaço onde o IC realiza as suas atividades, sintetizam-se, a seguir, algumas informações sobre Moçambique.

⁸ O CCP-IC de Maputo possui delegações nas cidades da Beira e Nampula.

⁹ Em Moçambique, acordo assinado em 2 de Outubro de 1975. Texto em português. Aprovado pelo Decreto n.º 692/75, de 12 de Dezembro (D.G. n.º 286, I Série, de 12 de Dezembro de 1975). Troca dos instrumentos de ratificação em 28 de Julho de 1977. (D.R. n.º 292, I Série, de 19/12/1980).

2.2 Dados sobre Moçambique

Os portugueses chegaram a Moçambique em 1498. Pertencendo à região da África Sub-Sahariana, Moçambique tem uma superfície de 799.380 km². Faz fronteira, ao norte, com a Tanzânia, a Oeste, com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Swazilândia, e ao sul com a África do Sul, sendo a faixa Este banhada pelo Oceano Índico, numa extensão de 2.470 km.

Segundo a sondagem Demográfica e Habitacional de 2000¹⁰, a população de Moçambique é estimada em 19 milhões de habitantes, sendo 7.5 milhões de homens e 8.3 milhões de mulheres, com uma média de 20 habitantes por quilometro quadrado, onde a discrepância é extraordinariamente variável. O tamanho médio de uma família é de 4 pessoas e a expectativa de vida é de 44.4 anos (INE, 2003).

A situação geográfica e a história deste país marcada por vários processos migratórios, resultaram num grupo populacional heterogêneo, com características multiculturais e multiétnicas.

Maputo, a capital (ex-Lourenço Marques), no sul do país, e a cidade da Beira, no centro do país, têm os mais elevados índices de concentração populacional urbana, representando o imenso mosaico cultural do país.

Moçambique tornou-se independente em 1975, depois de uma luta armada de libertação nacional.

A luta de libertação nacional, que marcou o início do processo de formação da Unidade do Povo moçambicano como Nação, exigia a superação dos obstáculos do passado, à criação da unidade dos diversos povos Bantu habitantes do território moçambicano (BUENDÍA GÓMEZ, 1999). O principal objetivo era "*o fim da opressão, da dominação colonial portuguesa*" (BUENDÍA GÓMEZ, 1999, p. 91).

Assim, a FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique, conduziu a luta durante 10 anos, formou o primeiro governo com um programa de trabalho orientado para a construção de uma sociedade socialista, opção essa tomada em função da

¹⁰ Institutos Nacionais de Estatística - INE, 2003.

conjuntura política internacional que, “*permitia aos jovens estados do terceiro mundo escolher estratégias socialistas para a sua política de desenvolvimento*” (ABRAHAMSSON, 1998, p. 31).

Entretanto, em 1976 surgiram os primeiros indícios de desestabilização, cujo desenvolvimento atingiu a forma de uma guerra civil alargada a todo o país, sobretudo na década de 80, opondo o governo e a RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique.

As motivações que levaram a RENAMO a pegar em armas se circunscrevem pelo fato de a FRELIMO ter aderido à política socialista. Assim, por intermédio da desestabilização, a RENAMO pretendia “*obrigar a FRELIMO a transformar a sua política econômica socialista, a abandonar o bloco de leste e a juntar-se aos princípios da economia de mercado e de democracia*” (ABRAHAMSSON, 1998, p. 168).

A desestabilização provocada por este conflito foi agravada, ainda, por agressões militares que a Rodésia fez a Moçambique, mais tarde transferidas para o regime de *apartheid* da África do Sul.

A partir de 1987 faziam-se esforços para estabelecer conversações entre a FRELIMO e a RENAMO, o que veio a acontecer em 1992, tendo culminado com a assinatura dos ‘Acordos Gerais de Paz’. Assim, cessaram as hostilidades e iniciou-se um processo de paz e reconciliação.

O processo de cessar fogo, a desmobilização e o repatriamento decorreram sem grandes incidentes. Em outubro de 1994 realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias (presidenciais) no país e, em 1998 as primeiras eleições para os órgãos locais (Municipais).

Ainda na esteira do processo de reconciliação nacional, em 1990, a FRELIMO introduziu uma nova Constituição que permitia eleições multipartidárias, a liberdade de imprensa e o direito à greve.

Saliente-se que a década de 80 marca a transição de uma economia centralmente planificada para uma economia aberta, de mercado. Nos anos 90, concretiza-se a transição política anteriormente iniciada, onde se destaca, como afirmamos, a introdução de uma constituição pluralista e a emergência de um processo de descentralização política e administrativa.

2.2.1 Situação sócio-econômica

As crises econômicas sucessivas e os processos de transição, que marcaram Moçambique entre 1974/75 e 1999 tiveram significativos custos sociais, que se refletiram na qualidade de vida das populações face a necessidade de contrair os níveis de consumo para os adaptar à realidade econômica do país. A incapacidade e a impossibilidade do Estado para prover o bem estar social impediram que se criasse um sistema para a minimização dos efeitos sociais negativos das reformas econômicas, elevando os níveis de pobreza e o crescimento da exclusão, da reivindicação e da violência.

Porém, ressalva-se que, no período de 1997 a 2000, correspondentes aos últimos quatro anos, foi um período em que ocorreram mudanças sócio- econômicas profundas. O país saiu de uma situação de guerra para uma situação de paz, de uma economia estagnada de controlo centralizado, para uma economia de mercado de crescimento econômico acelerado e de um Estado de partido único para uma democracia multipartidária (RNDHM, 2000).

De acordo com o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de Moçambique (RNDHM) de 2000, a taxa média de crescimento de Moçambique, entre 1996 e 2002, foi de 8,68%, sendo, em África, a economia com o mais rápido crescimento, apesar do acentuado arrefecimento da economia registrado em 2002, minimizado, entretanto com o início da fábrica Mozal¹¹.

Segundo o mesmo relatório, estes números aparecem, porém, num contexto de um país que, em 1992 era considerado o mais pobre do mundo, com cerca de 80% da população a viver na pobreza absoluta.

¹¹ Só a Mozal representou, em 2002, 52% das exportações moçambicanas.

Assim, apesar do crescimento verificado nos últimos anos, o país continua a depender da assistência externa; ajuda que representa cerca de 40% do orçamento total do Governo.

A população é muito jovem. 46% da população total tem menos de 15 anos de idade, da qual 18% são crianças com menos de 5 anos de idade e a população economicamente ativa (15 anos e mais) é de apenas 36,7%.

2.2.2 Educação

No que diz respeito à educação, apesar de avanços assinaláveis, subsistem enormes desafios, pois, cerca de 60,5% da população era analfabeta em 1997; atualmente este percentual é de 53,6% (INE, 2004). É certo que o nível de analfabetismo apresenta diferenças entre as regiões do país, entre os sexos e entre as áreas rurais e urbanas, sendo obviamente maior nas áreas rurais, onde, por exemplo, apenas 10% das mulheres sabe ler e escrever (RNDHM, 2000, p. 3).

Nesse sentido, no contexto da estratégia global do desenvolvimento, o Governo adotou a Política Nacional de Educação (PNE), a qual estabelece o quadro político do Sistema Nacional de Educação (SNE). A PNE identifica a educação básica e a alfabetização de adultos como sendo a primeira prioridade do Governo.

Segundo o Ministério da Educação, MINED (1995), o objetivo central desta estratégia é o acesso universal à educação primária para todas as crianças moçambicanas. Com este programa, o governo moçambicano propõe-se a resolver/minimizar os problemas principais do ensino, a saber:

- Limitado acesso as oportunidades educativas (particularmente para jovens do sexo feminino);
- Baixa qualidade do ensino;
- Custo da expansão do acesso e da melhoria da qualidade.

Nos últimos anos, a par com o crescimento econômico, o sistema educativo tem vindo a registrar significativos avanços, sobretudo no que se refere ao nível do equipamento e das taxas de cobertura dos diferentes níveis de ensino. É de 2.178, o número de escolas construídas entre 1998 a 2002, depois do fim da guerra civil.

Este crescimento verifica-se também nos níveis Secundários (Médio) e Superior, este último, que teve um crescimento extraordinário, estimando-se em 17 mil¹², o número de alunos inscritos nas 14 instituições de ensino superior em todo País.

Contudo, regista-se, apesar desse crescimento, uma “baixa eficácia interna” do ensino, com níveis de rendimento pedagógico manifestamente baixos, fenómeno que está, também, relacionado com a questão da língua de ensino, particularmente nos níveis fundamental e médio.

2.2.3 Língua/ Ensino

A língua é um dos principais fatores culturais que influencia o sistema escolar moçambicano e o fato de a maioria dos alunos entrar na escola falando uma língua materna diferente da de ensino, faz com que *“muitas competências e habilidades, sobretudo a competência comunicativa, adquirida pelas crianças, antes de entrarem na escola, não sejam aproveitadas”* (MINED, 1999, p. 6), o que resulta, por sua vez, em alta retenção e/ou abandono escolar por parte dos alunos.

Em Moçambique, o português é a língua oficial e de ensino em todos os níveis de educação, embora, o último Censo (1997) tenha revelado ser a língua-mãe de apenas 6,5% da população.

De acordo com Machungo (1998), a escolha do português como língua oficial em Moçambique deveu-se a vários argumentos, destacando-se dentre eles o seguinte: nas sociedades africanas, etnicamente diversificadas, das quais Moçambique faz parte, as línguas europeias apresentam-se politicamente neutras, evitando o confronto entre várias etnias locais, o que ajuda a resolver o problema da integração nacional.

Por outro lado, no âmbito dos argumentos apresentados por Bogaert (1985, p. 35)¹³, podemos agrupar em dois aspectos, os fatores que estiveram na origem da escolha do Português como língua oficial:

¹² De acordo com dados recolhidos do INDE, 2004.

¹³ In: texto de apoio de Didática de Línguas, p. 33

- Âmbito político:

- perante a situação multilinguística em que se vivia na época da luta de Libertação Nacional, havia necessidade de escolher uma língua (o português) que não criasse conflitos e divisões no seio do povo. É neste sentido que se deve interpretar a expressão “o português é uma língua de Unidade Nacional”.

- Âmbito pragmático:

- O Português estava minimamente divulgado em todo país;
- O Português facilita(va) a comunicação com o exterior (é uma língua internacionalmente conhecida);
- As línguas africanas de Moçambique ainda não possuíam a terminologia técnico-científica e político-ideológica indispensável a uma sociedade que se estava a construir.
- Os únicos quadros e o único material didático (manuais, dicionários, etc.) disponíveis, na altura, no país, eram os que tinham sido preparados para divulgação e ensino do português.

No que diz respeito às línguas nacionais, existem, em Moçambique, cerca de 13 principais línguas nativas¹⁴ (*Kimwani, Shimakonde, Ciyao, Emakhuwa, Cinyanja, Echuwabo, Cinyungwe, Cisena, Cibalke, Cishona, Gitonga, Cicopi, Xitsonga*, algumas das quais com mais de um dialeto). Nas escolas secundárias, o Inglês e o Francês são ensinados como disciplinas.

A tabela abaixo revela que a língua nativa mais usada em Moçambique é o *Emakhuwa*, falado por 26,1% da população, seguido pelo *Xitsonga*, falado por 11,3% das pessoas em todo o país. Quanto às línguas maternas, o *Emakhuwa* alcança 26,3% e o *Xitsonga*, 11,4%. Consideradas juntas as áreas rurais e urbanas, o português é falado por 8,8% da população e é a língua materna, de apenas 6,5%. Este alcance tão pequeno da língua portuguesa ocorre porque a sua penetração nas áreas rurais do país é ínfima. É nas regiões urbanas que seu uso se torna um pouco mais corrente e, em determinados meios, claramente dominante, com 26,1%, conforme ilustra a tabela.

¹⁴ De acordo com a reclassificação da NELIMO (1989), sobre as línguas bantu de Moçambique.

Tabela 1- Distribuição percentual da população moçambicana de 5 anos e mais, por língua falada, língua materna e área de residência, segundo a língua.

Língua	POPULAÇÃO (%)					
	Língua materna			Língua falada		
	Área de residência			Área de residência		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Português	6,5	17,0	2,0	8,8	26,1	1,4
Emakhuwa	26,3	18,4	29,6	26,1	17,0	29,9
Xitsonga	11,4	16,8	9,0	11,3	16,6	9,0
Elomwe	7,9	3,5	9,7	7,6	2,8	9,7
Cisena	7,0	6,3	7,3	6,8	5,6	7,3
Echuwabo	6,3	4,0	7,3	5,8	2,5	7,1
Outras Línguas moçambicanas	33,0	32,0	33,5	32,0	27,5	33,9

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 1997 (adaptado).

Nota: Percentual calculado sobre o total de 12.536.800 habitantes, dos quais 3.757.700 na área urbana e 8.779.100 na área rural.

A grande maioria das crianças moçambicanas, conforme indicado, não domina a língua portuguesa à entrada para o ensino primário. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Ensino - INDE já desenvolveu programas experimentais de ensino em línguas maternas. A reforma curricular em curso para o ensino primário tem como objetivo, a introdução, nos primeiros anos de escolarização, o ensino nessas línguas, bem como os materiais de ensino, paralelamente com o português. O Português continuará, no entanto, a ser a única língua de ensino nos níveis secundário e superior.

No que se refere ao nível sócio-cultural, a sociedade moçambicana é fruto de uma secular e diversificada miscigenação cultural. Em Maputo, a coexistência, muitas vezes até dentro do núcleo familiar, de diferentes raças, credos e etnias, oriundos das diferentes regiões do país, dá a imagem de uma cidade tolerante e de convivência fácil entre os diferentes grupos sociais.

De acordo com Rita-Ferreira (1976), é a seguinte a composição dos principais **grupos étnicos** de Moçambique que coexistem em Maputo, capital do país:

- Zona Sul: *Tonga, Chopi, Povos do Baixo Zambeze, Ngoni, Tsonga, Shona-Karanga;*
- Zona Norte: *Makonde, Makua-Lomué, Yao, Maravi, Mulçumanos da Costa Litorânea.* (Anexo - II).

Nos casos em que famílias imigram para outras zonas urbanas, estes podem ser socialmente compelidos a aprender a língua da zona onde o centro urbano está localizado para facilitar a sua integração no novo meio. Há casos em que os membros da geração mais velha também fazem a mudança quando cortam as ligações com a sua terra de origem. Outros casos de casamentos interétnicos, em que um imigrante se casa com alguém da zona onde se estabeleceu, o resultado, regra geral, é que a família use apenas a língua da zona.

Em todos estes casos relatados, não há participação extensiva nas redes que requerem o uso da língua autóctone local. Em razão desse tipo de situações, tudo indica que a escolha do português apresentou-se como solução fácil e viável.

Diferentemente do caso das línguas autóctones, cujo uso se restringe a certas partes do país, os falantes do Português podem ser encontrados em todas as regiões, especialmente entre a elite escolarizada, a maior parte da qual se concentra nos centros urbanos, como se demonstrou na tabela.

No momento atual, em decorrência da política educacional sobre a introdução das línguas autóctones nas primeiras classes de ensino abrem-se caminhos para que elas entrem em outros domínios, tais como no ensino formal e na mobilização política de massas.

2.2.3.1 Línguas nacionais, educação e cidadania

Atualmente, existe, na sociedade moçambicana, maior consciência e sensibilidade em relação à sua pluralidade cultural, que se manifesta, principalmente, na sua diversidade lingüística, moldada também, ao longo do tempo, pela sua diversidade geográfica, histórica, econômica, política, social e religiosa.

Contudo, não existe ainda consenso *social* sobre a forma de gerir a relação das diferentes línguas existentes no território. Na prática, “*vive-se o dilema da coexistência assimétrica e competitiva das línguas ex-coloniais e das línguas indígenas africanas*” (RNDHM, 2000, p. 52).

A língua portuguesa em Moçambique, como afirmamos anteriormente, é a língua da vida pública, compreendendo a administração, sistema educativo e meios de comunicação, enquanto as línguas bantu se restringem, geralmente, aos domínios das relações de família, vida social tradicional, rituais religiosos, entre outros. Fica, deste modo, configurado um contexto sociocultural polarizado por uma língua veiculadora da lógica e valores da modernidade e por “*línguas bantu, que expressam a lógica, a cosmovisão e os valores da sociedade tradicional*” (BUENDÍA GÓMEZ, 2000).

Segundo Mazula¹⁵ *apud* RNDHM (2000), essa situação sociolingüística de subalternidade funcional das línguas bantu, deve-se “*à opção, após as independências africanas, pela língua do colonizador, inserida na perspectiva de ‘euro-modernidade’ da construção da nação*” (RNDHM, 2000, p. 52).

A função aglutinadora da LP em Moçambique se apresenta como resultado da fragilidade da nação em processo de formação. Ela exprime, pela sua endogenização, a construção de moçambicanidade. É, também, com essa língua que os moçambicanos têm acesso ao conhecimento científico e técnico acumulado pela humanidade. É “*na língua portuguesa que Moçambique se sente e exprime no concerto das nações*” (*Ibidem*, p. 53). Porém, segundo o mesmo Relatório, a introdução das línguas nacionais na escola,

contribuirá, em grande parte, para que se supere o desencontro ainda existente entre as lógicas da tradição e as lógicas da modernidade, ao mesmo tempo que abre o caminho para uma maior inserção cultural da escola na comunidade (RNDHM, 2000, p. 53).

¹⁵ MAZULA, Brazão; BUENDIA GOMEZ, Miguel. *A educação em Moçambique: mudanças e desafios*. São Paulo, 1992, mimeo.

A utilização da língua autóctone na escola aprimorará o seu domínio, o seu enriquecimento e desenvolvimento, contribuindo para uma igualdade de estatuto social, assim como para a sua utilização pública.

Segundo Ngunga¹⁶ *apud* RNDHM (2000), a valorização das línguas nacionais não se deve “*circunscrever apenas às suas vantagens pedagógicas, pois elas são também o veículo mais importante da cultura, que é um dos elementos basilares de identidade e expressão da moçambicanidade*” (RNDHM, 2000, p. 40).

Nesse contexto, a sociedade moçambicana está perante o desafio de desenhar e construir relações de igualdade entre as suas línguas autóctones, incluindo a língua portuguesa, como componentes essenciais do seu património cultural, o que ajudaria sobremaneira na consolidação dos valores da cidadania.

A decisão de introduzir as línguas autóctones no ensino, é um passo importante para se

conferir o ‘estatuto de cidadania’ às línguas nacionais, permitindo que passem a ser usadas nas diferentes instituições e serviços públicos. A possibilidade das crianças e adultos aprenderem a escrever as suas línguas é um ponto de partida para o seu desenvolvimento e utilização nos vários domínios da vida social (RNDHM, 2000, p. 53).

As línguas autóctones de Moçambique não só comunicam mensagens, como também identidades étnicas. Segundo Firmino (2000), se um moçambicano conhece uma língua autóctone,

essa língua é muito provavelmente a que se associa ao grupo étnico a que ele sente pertencer e/ou à zona de onde os seus pais são originários. Assim, para muitas pessoas, a língua autóctone que a pessoa fala ou afirma falar, à qual se refere como “minha língua”, é o maior indicador da sua origem étnica, aquela a que pode recorrer para reivindicar a sua identidade étnica (FIRMINO, 2000, p. 72).

Essa situação, de acordo com Lopes, (2004) citando Graça Machel¹⁷, pode gerar contradições étnicas:

nós sempre fomos uma sociedade multiétnica.(...) As pessoas definem-se primeiro como machonas ou como machanganas, etc., e já não como

¹⁶ NGUNGA, A. *As línguas bantu de Moçambique*, Maputo: Limani 1991.

¹⁷ MACHEL, G. *Reencontrei oportunidade de ser feliz de novo*, Maputo: Domingo, 28 de Set. de 1997.

cidadãos da mesma pátria. Isso é muito perigoso. Temos de recomeçar com todo o processo de reconstrução da nação e em condições muito mais difíceis (LOPES, 2004, p. 72).

Em relação a esse assunto, nos parece pertinente a preocupação manifestada por Lopes (2004): como, *“na nova ordem pós-socialista, poder-se-á realizar uma integração multiétnica que não degenera em conflitos violentos incontroláveis com a ordem estatal?”* (LOPES, 2000, p. 73).

Quando as várias etnias deixam de estar satisfeitas com a sua condição e se manifestam para reconquistar o domínio sobre os seus mundos, vêem-se com pouco espaço de manobra_ justamente porque foram encerradas em estruturas orgânicas e perderam os meios de garantir sua autodeterminação. Isso apenas estimula sua desilusão e suas exigências de autonomia:

ao protestarem contra a sua exploração e sua independência imposta, as etnias invariavelmente insistem que, se pudessem dirigir seus próprios negócios, prosperariam política e economicamente, o que costuma provocar por parte dos funcionários do Estado, acusações de irrealismo- e contra-imagens do Estado-como-benfeitor (LOPES, 2004, p. 73).

O que se pode notar atualmente em Moçambique, segundo Lopes (2004), é que a consciência étnica está

permanentemente latente por toda a parte. Mas só se realiza quando os grupos se sentem ameaçados com a perda de um privilégio adquirido antes, ou ao contrário, quando sentem que chegou o momento politicamente oportuno para superar uma antiga negativa de um privilégio (*Ibidem*, p. 76).

O autor, conclui, assim, que, existem, em Moçambique, contradições étnicas. Para ele, existem sinais, *de que, cada vez mais, a filiação étnica ou regional é utilizada publicamente em argumentação política* (LOPES, 2004, p. 72).

Em função do que acabamos de descrever, revela-se, a priori, que Moçambique se confronta com a problemática étnico-lingüística, quando se pretende abordar a questão da cidadania moçambicana, o que tentaremos explicitar, mais adiante.

3.1 Instituições públicas de Acesso e Democratização da Cultura: Arquivos, Bibliotecas, Centros Culturais e Museus

3.1.1 Conceito de espaço público

Noção muitas vezes ignorada pelos dicionários, o *espaço público* está, no entanto, no coração do funcionamento democrático. Habermas (1984), tomou a palavra de Emmanuel Kant que foi, provavelmente, o seu autor, e popularizou o seu uso na análise política a partir dos anos 70. Define-o como a esfera intermédia que se constituiu historicamente, no período das Luzes, entre a sociedade civil e o Estado. É o lugar acessível a todos os cidadãos, onde um público se reúne para formular uma opinião pública. O intercâmbio discursivo de posições racionais sobre problemas de interesse geral permite identificar uma opinião pública. Esta “publicidade” é um meio de pressão à disposição dos cidadãos para conter o poder do Estado.

Arendt (2001), considera que o termo « público » denota dois fenômenos intimamente ligados mas não idênticos. Significa, em primeiro lugar, que *“tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível”* (ARENDT, 2001, p. 59). Em segundo lugar, o termo “público” significa *“o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”* (ARENDT, *loc. cit.*).

Por outro lado, o termo público (como adjetivo), serve para qualificar alguma atitude ou coisa, como possuidora dessa característica que a torna passível de ser usada por todos. Nesse sentido temos República, palavra de origem latina que significa “coisa pública”, coisa de todos. Também usamos a palavra público quando falamos de saúde pública, educação pública, entre outras denominações.

Assim, a esfera pública, enquanto mundo comum, *“reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer”* (ARENDT, 2001, p. 62).

Entretanto, segundo Chauí (2006), Aristóteles foi o primeiro a ter clareza sobre a diferença entre o espaço público da política e o espaço privado dos interesses

personais ou grupais. Para a autora, essa importante distinção aristotélica foi o que levou *Marx a dizer que o termo “economia política”,*

inventado pela ideologia burguesa, é uma contradição nos termos, embora seja a expressão exata do que se passa no capitalismo, no qual os interesses privados de uma classe social são colocados como se fossem interesses políticos ou públicos da sociedade inteira, devendo ser garantidos, conservados e protegidos pelo Estado (CHAUI, 2006, p. 18).

O espaço público, como deverá ser denominado o CCP- IC de Maputo é muito mais “vasto”, com um número muito maior de temas debatidos, de agentes intervindo publicamente e com uma onipresença da informação, das sondagens e da comunicação. O espaço público tem de ser, acima de tudo, um espaço simbólico em que se esperam encontrar sugestões de informações relativas a discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade. É, portanto, antes de mais, um espaço simbólico, com um vocabulário e valores comuns, um reconhecimento mútuo das legitimidades, uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, contrapor e deliberar. Constitui o laço político que liga milhões de cidadãos anônimos, dando-lhes a sensação de participar efetivamente na política e na vida social, em geral.

O espaço público pressupõe, no entanto, a existência de indivíduos mais ou menos autônomos, capazes de formar a sua própria opinião; cidadãos não «alienados aos discursos dominantes», acreditando nas idéias e na argumentação e não apenas no confronto físico.

No que se refere à educação pública, importa focar alguns aspectos que nos parecem fruto da ideologia burguesa e que revelam e escondem ao mesmo tempo outras intenções que as do bem estar público.

A partir da Revolução Francesa, a burguesia percebe a escola como um instrumento eficaz para a difusão de sua ideologia. A escola é ao mesmo tempo utilizada para capacitar mão-de-obra e também como canal de ascensão social. Assim sendo, o Estado deveria tomar conta da educação, até esse momento, sob a direção da Igreja.

O Estado burguês, percebe assim a escola como um benefício de todos, ou seja, pública. Os postulados da escola pública resumem-se, segundo Gomes (1990), em :

(a) Universalidade, pela qual todos os cidadãos têm direito a escola ; (b) Gratuidade, sendo os custos assumidos pelo Estado ; (c) Obrigatoriedade, pela qual os membros da sociedade, numa faixa etária determinada, têm que passar pela escola ; (d) Laicidade, para que possa alcançar a todos.

No entanto, tais princípios, escondem uma outra realidade, como demonstra a autora. A Universalidade, era para todos os cidadãos, sendo que o termo cidadão é geralmente restrito àqueles que têm poder de participação e decisão numa sociedade. A Gratuidade, esconde a desigualdade social, no sentido de apresentar o Estado como garantia da livre concorrência das aptidões dos cidadãos. A Obrigatoriedade, permite a hegemonia de uma classe, que usa a escola para difundir sua ideologia. E, a Laicidade, substitui a moral religiosa pela moral burguesa (GOMES, 1990, p. 34).

Segundo Gomes (1990), no caso da escola pública, a categoria do público esconde uma outra realidade, apresentando-se sem conflitos. Ou seja, num país periférico aos centros capitalistas, o público se reduz ao nível de um discurso que trata de esconder as diferenças existentes no seio dessa sociedade.

Esta idéia de formação de opiniões através das informações e dos valores e, em seguida, da sua discussão, quanto a nós, pressupõe também que os indivíduos sejam relativamente autônomos em relação aos partidos políticos para poderem formar a sua própria opinião. Este assunto, discutí-lo-emos mais adiante quando abordarmos o conceito/ princípios da cidadania.

Em relação ainda ao conceito de espaço público, é interessante observar que se tornou uma denominação da moda por uma outra razão, menos política que sociológica, reforçando-se ambas e tendo ligações uma com a outra. Para Habermas (1984), espaço público também é o resultado do movimento de emancipação que consistiu em valorizar a liberdade individual e tudo o que é público, sobre o "privado", identificado com o domínio dos interditos de antigamente e com as tradições. Defender o privado era, afinal, defender as regras, as convenções, as tradições; era ser conservador. E deu-se, assim, um encontro entre dois movimentos relativamente diferentes, destacando-se um,

à favor da liberdade individual, logo de uma certa capacidade para mostrar publicamente aquilo que se é, e o movimento democrático, que favorecia também a idéia de publicidade contra a de segredo e de interdito. Foi valorizado, de ambos os lados, o que era «público» (HABERMAS, 1984, p. 16).

As mudanças nos conceitos e nas funções do público e do privado na era Moderna inserem-se no germe da própria mentalidade da época. Se nas origens, o conceito de privatizar embutia a idéia de privação— entendida como privar o indivíduo de alguma coisa, inclusive de sua capacidade humana—, na Modernidade, a partir da intensa valorização do individualismo, há o enriquecimento dessa esfera, que passa a se opor não mais ao conceito de público, mas ao de social (HABERMAS, 1984, p.15-17).

Para Arendt (2001), a privacidade no sentido moderno foi *“descoberta não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e mais autênticos* (ARENDT, 2001, p. 48).

A informação, a comunicação e as instituições de difusão_ jornais, revistas, rádio e televisão_ constituem-se elementos cruciais do espaço público. O aspecto determinante, quanto ao papel que desempenham, é a acessibilidade. Para Habermas (1984), é unicamente numa situação em que o exercício do controle político e a lógica da atividade econômica estão subordinados à reivindicação democrática, que a informação estaria acessível ao público, podendo-se, então, falar-se na existência de uma esfera pública. O espaço público é, assim, o

domínio da mediatização entre sociedade, economia e Estado, no qual o público organiza-se e mobiliza-se para produzir uma opinião, susceptível de influenciar a vida pública. O público pode, desse modo, influenciar os processos políticos, tornando-se elemento crucial para a elaboração de uma teoria da democracia. Não se pode falar em democracia sem espaço público (HABERMAS, 1984, p. 84).

Assim, apresentaremos, a seguir, as características da biblioteca publica, como um espaço de busca de busca de saberes científicos e culturais.

3.1.2 Instituições Culturais

Uma instituição cultural pode ser definida como pertencente ao conjunto das estruturas sociais estabelecidas pela tradição, relacionadas com a coisa pública, dedicadas à preservação e à divulgação das manifestações artísticas emanadas de indivíduos, grupos ou nações.

Segundo Smith (1985), dentre os tradicionais espaços voltados à preservação da memória estão os arquivos, as bibliotecas e os museus, ou “lugares topográficos da memória”. Estas instituições culturais são seculares e vêm, ao longo do tempo, passando por transformações nos seus objetivos e funções.

No âmbito dessas transformações, segundo Silva (1995), a partir da década de 80, uma nova instituição vem surgindo como mais uma opção de espaço voltado às manifestações culturais: o centro cultural.

Com a inclusão deste novo elemento, podemos afirmar que os arquivos, as bibliotecas, os centros culturais e os museus incluem-se entre as instituições de acesso, armazenamento, conservação e divulgação da cultura. Elas estão presentes e inteiramente relacionadas entre si, compondo uma espécie de amálgama conceitual. Apresentam-se como lugares onde determinados bens culturais são reunidos e preservados. Preservação que não dispensa o uso social.

Assim, arquivos, museus, centros culturais e bibliotecas guardam objetos/ coisas, papéis, livros para serem disponibilizados para o acesso, o uso e a formação das pessoas. Nos quatro casos, temos a identificação de um lugar (espacial e social), a identificação de bens culturais e a identificação de usuários, tudo isso fazendo parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico.

Em relação aos arquivos, bibliotecas e museus, estes, estão sustentados num trinômio composto pelos seguintes elementos: lugar ou espaço; objeto, livro ou documento¹⁸; usuário ou público. A relação homem, documento e espaço é, segundo

¹⁸ Importa explicitar que o termo *Documento* aqui apresentado compreende-se, por um lado como “aquilo que ensina”, que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém, e por outro lado, como suporte de

Chagas (2002), o ponto de unidade conceitual entre estas áreas de acesso e democratização da cultura. Vale ressaltar, entretanto que, apesar da convergência entre estas instituições, circunstâncias históricas permitem reconhecer os aspectos que as diferenciam.

Assim, iremos apresentar, a seguir, as especificidades de cada uma das instituições mencionadas, com destaque para o Centro Cultural e a Biblioteca, que constituem o ponto fulcral do presente trabalho e sob os quais se apresenta uma visão mais aprofundada dos mesmos.

3.1.2.1 Arquivo

O **Arquivo** cuida da organização e preservação de documentos históricos, administrativos e culturais. É, portanto, o

conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades (Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística, 1984, p. 25).

Vale comparar esta definição com o conceito de arquivo vigente desde o final do séc. XIX até meados deste século. Em 1898, o mais antigo manual de arquivística, elaborado por arquivistas holandeses, conceituava arquivo como o conjunto de

documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia deste órgão ou funcionário (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES¹⁹ *apud*, JARDIM e FONSECA, 2005, p. 122).

Segundo Jardim e Fonseca (2005), as transformações do conceito de arquivos a partir da segunda metade do séc. XX referem-se a dois pontos básicos:

- O uso, cada vez mais extensivo, dos diversos suportes materiais da informação arquivística, eliminando da definição de arquivo qualquer tentativa de delimitar os possíveis suportes dos documentos arquivísticos;
- O surgimento dos princípios da *gestão de documentos*, nos Estados Unidos e no Canadá, no final da década de 1940, superando-se a idéia predominante

informações que só podem ser preservadas e colocadas em movimento através da perquirição. (CHAGAS, 2002).

¹⁹ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

de que os arquivos constituem conjuntos de documentos destinados a permanecer sob custódia permanente das instituições arquivísticas.

Saliente-se, no entanto, que apesar dessas transformações, o conceito de arquivo mantém inalteradas as suas características básicas. O Arquivo é, assim, o “*conjunto orgânico produzido por uma dada atividade jurídico-administrativa, salientando-se o caráter testemunhal do conjunto documental arquivístico, conservado em sua organicidade*” (JARDIM e FONSECA, p.122).

3.1.2.2 Centro Cultural

Em continuidade, apresenta-se a visão referente ao **Centro Cultural** que, segundo Silva (1995), refere-se a um termo recente e não está completamente definido. Para a autora, a dificuldade de se definir é devida à “*falta de estudos, pesquisa e reflexão sobre o tema*” (SILVA, 1995, p. 2). Para analisar o termo, a autora propõe o seu desmembramento, a fim de se compreender suas partes.

Assim, a palavra *centro* vem do grego “*kentron*” e do latim “*centru*”, e significa, segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda (1986):

1. Ponto interior eqüidistante de todos os pontos da circunferência ou da superfície de uma esfera;
2. Ponto para onde convergem as coisas, como para uma natural posição de repouso;
3. Fundo, interior, profundidade;
4. Parte situada no meio de uma cidade, região, país, etc.
5. Lugar onde habitualmente se tratam certos negócios ou executam certas atividades;
6. A parte mais ativa da cidade, onde estão os setores, comercial e financeiro;
7. Posição de meio num espaço qualquer;
8. Ponto de convergência;
9. Coisa ou pessoa a que muitas outras se acham ligadas;
10. Sociedade: centro recreativo;
- (...)
13. Qualquer posição política situada entre os extremos;
- (...) (HOLLANDA, 1986, p. 381, 2. ed.).

Já a palavra *cultura*, possui diversos significados, e a discussão em torno deles é rica, polêmica e infinita.

Segundo Teixeira Coelho (1997), *cultura*, em sua conceituação mais ampla, remete à idéia de uma “*forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global, totalizante*” (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 103).

Num sentido mais restrito, Teixeira Coelho, citando Raymond Williams, explicita que *cultura* designa o “*processo de cultivo da mente, nos termos de uma terminologia moderna e cientificista, ou do espírito, para adotar um ângulo mais tradicional*” (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 103).

Assim, tendo em conta o formulado acima, para Teixeira Coelho, o termo aponta para:

1. um estado mental ou espiritual desenvolvido, como na expressão ‘pessoa de cultura’;
2. o processo que conduz a esse estado, de que são partes as **práticas culturais** genericamente consideradas;
3. os instrumentos (ou os *media*) desse processo, como cada uma das artes e outros veículos que expressam ou conformam um estado de espírito ou comportamento coletivo (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 103).

Segundo Chauí (1984), o significado de ‘cultura’ poderia definir-se em dois planos: em um sentido mais amplo como “*um conjunto de praticas, idéias e sentimentos que exprimem as relações simbólicas dos homens com a realidade (natural, humana e sagrada)*”; e em seu sentido estrito, como o “*conjunto de práticas e idéias produzidas por grupos que se especializam em diferentes formas de manifestação cultural_ as artes, as ciências, as técnicas, as filosofias*” (CHAUI, 1984, p. 11).

Martelete (1992), enfatiza, no entanto que a definição mais geral e abrangente do termo cultura é a que aparece formulada em termos antropológicos. Para a autora cultura seria, então, a “*fisionomia própria que um grupo humano adquire através da sua historia. Quer dizer, é o modo de relacionamento humano com o seu real*” (MARTELETO, 1992, p. 19).

Vale destacar os vários sentidos que o termo cultura transporta desde os tempos passados.

Para os romanos, a palavra deriva de *colere*: cultivar. Quer dizer, cultivar e cuidar das plantas, dos animais, enfim, de tudo que se relaciona com a terra.

Do lado dos gregos, o termo cultura aproxima-se mais com a palavra *Paidéia*, referindo-se àquilo que se ensina à criança. Daí *paidós*, pedagogia, pedagogo. O conceito grego de cultura, remete, assim, para a idéia de educação da criança, do futuro homem ajustado à *polis*.

Daqui podemos extrair que, tanto para os gregos quanto para os romanos, cultura se referia “ao processo de formação do indivíduo, trazendo consigo uma idéia de cultivo e transmissão de hábitos, valores e conhecimentos e de preparação do futuro adulto, para o seu ajustamento social enquanto indivíduo” (MARTELETO, 1992, p. 21).

Assim, a partir das definições dos dois termos *centro* e *cultura*, podemos aferir que o centro cultural é local de formação do indivíduo, ou seja, o lugar onde o indivíduo cultiva seus hábitos, valores e conhecimentos para a sua inserção social.

No decorrer da sua história, o homem, nunca deixou de reservar espaços para a discussão de temas ou assuntos que dissessem respeito a si mesmo, aos demais e ao mundo que o cercava. Poder-se-ia dizer que, para tanto, qualquer espaço seria conveniente desde que houvesse pessoas interessadas. Sendo assim, até por uma questão lógica_ como também de praticidade_, o local reservado ao armazenamento de documentos e informações acabou por se tornar uma área privilegiada para discuti-los. Muito provavelmente as bibliotecas do passado tinham tal conformação (MILANESI, 1997).

O surgimento desse novo espaço (centro cultural), se dá em função do desenvolvimento da humanidade que acompanhou os avanços tecnológicos da comunicação e informação.

Atualmente, como afirmamos, em razão dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento das novas Tecnologias de Comunicação e Informação que, segundo Nascimento (2004) citando Sodré²⁰ “fazem proliferar uma comunicação satelizada, multicoaxial e reticular” (NASCIMENTO, 2004, p. 51), criaram-se novos

²⁰ SODRE, Muniz. *Reinventado a cultura*. Petrópolis, RJ: vozes, 1996.

mecanismos de acesso, seleção, organização e difusão das informações, permitindo surgir possibilidades quase infinitas de propagação e troca.

Para Silva (1995), a instituição *centro cultural* nasce com este nome, numa tentativa de concentrar em um mesmo local, as diversas atividades que até então eram realizadas em espaços específicos, como teatros, cinemas, *shows*, museus, arquivos, bibliotecas e lojas. Cada atividade tinha o seu lugar. “*Com os centros culturais isto mudou, e todas estas atividades podem ser realizadas dentro da mesma instituição. De forma integrada ou não*”(SILVA, 1995, p. 87).

A própria idéia da biblioteca como foi concebida não cabe mais na atualidade: como aponta Milanesi (1997), os centros culturais de hoje são a biblioteca revisada e atualizada. Se no passado, a propagação do conhecimento era feita quase exclusivamente pelos livros, o fato é que hoje esse suporte da informação não é mais único. Pensar, portanto, na biblioteca nos moldes antigos está superado. Como afirma Teixeira Coelho (1997):

A idéia atual de biblioteca é a de um centro cultural ou, de todo modo, de um espaço que não privilegia mais o livro como objeto de uma coleção e dele faz apenas um instrumento de cultura a mais, ao lado do disco, do cd-rom, do vídeo, da obra de arte, etc. Se a biblioteca moderna e pré-moderna era o lugar da coleção, a biblioteca pós-moderna se apresenta (ou quer ser) como o lugar da informação da discussão e da criação, rompendo vastamente com seus modelos passados (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 78).

De acordo com Silva (1995), alguns estudiosos acreditam ser o centro cultural um prolongamento das instituições tradicionais no que se refere à dimensão das atividades. Neste caso teria como origem o arquivo, a biblioteca e o museu. A autora cita Milanesi, que, referindo-se ao caso brasileiro, acredita ser as bibliotecas públicas, o berço dos centros culturais e assinala a influência do Beaubourg no país.

Outros acreditam que os centros culturais surgem como um conjunto de múltiplas ações, retomando os antigos complexos culturais e reunindo em um único local, diversas atividades que são, tradicionalmente, realizadas em locais próprios.

O centro cultural constitui, assim, uma área que reúne a representação da cultura de diversas formas, como exposições, bibliotecas, cinematecas. É aberto à população

em geral e tem como objetivo reunir pessoas interessadas em cultura, manter um constante incentivo à criação e descoberta de arte, difundir a cultura entre a população, informando sobre suas mais diversas formas, desde a origem (história) até suas mais novas manifestações.

Nesse sentido, os centros culturais deveriam passar a realizar o papel que já foi das bibliotecas, adequando-se às novas necessidades educacionais e mesmo de lazer da população: representar opções ao aproveitamento do tempo livre dos indivíduos, ao mesmo tempo em que proporcionariam a estes, possibilidades diferenciadas de acesso à cultura e à informação.

Desta forma, segundo o autor, os centros culturais representariam alternativas à comunicação de massa, no sentido de possibilitar alternativas de abordagem e conteúdo, pois

apesar de haver uma enorme variedade de veículos informacionais e uma quantidade exorbitante de informação à disposição do grande público, a capacidade de absorção e compreensão das mensagens por parte do mesmo, estaria se tornando cada vez mais limitada (MILANESI, 1997, p.211-212).

Para tanto, as ações culturais deveriam ser empreendidas nos centros culturais com o objetivo de proporcionar novas perspectivas ao indivíduo, para que seja possível a este, como afirma Reginato (1999),

transformar o pensamento, o sentimento ou ação sobre o seu mundo; favorecer o discernimento nas relações com o mundo real e os mundos possíveis; permitir experiências compartilhadas; contribuir para a autonomia e a expressão autêntica; além de ampliar o repertório de opções e estimular o exercício dos sentidos e da reflexão (REGINATO, 199, p. 127).

Ou seja, no dizer de Teixeira Coelho (1997), criar ações que permitam,

(...) colocar uma pessoa, um grupo ou uma comunidade, em condições de exprimir-se em todos os aspectos da vida social. Para esta concepção, a ação cultural não atinge seus objetivos quando se propõe apenas a criar relações entre as pessoas e a obra de cultura ou mesmo quando se propõe a promover a criação cultural em seu sentido amplo (ação cultural propriamente dita); estas relações devem ser tais que possibilitem às pessoas, compreendendo e dominando os procedimentos da expressão cultural, por sua vez, expressarem-se elas mesmas de modo autônomo e nos mais diferentes domínios da vida social. A ação sociocultural propõe às pessoas, considerando seu momento e seu espaço próprios, bem como os meios à sua disposição, uma reflexão crítica sobre a obra cultural, sobre si mesmas e sobre a sociedade (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 33).

Considerando esta perspectiva acredita-se que, no centro cultural, jovens ou idosos encontrariam oportunidades, não apenas de participação em eventos artísticos tradicionais, mas também de compartilhamento de um espaço que contribui diretamente para a formação humanística e para a busca da realização da cidadania.

Ressalve-se, porém que, tal fim possa estar de certa forma comprometido na medida em que, de acordo com Milanesi (1997), os centros culturais quase sempre estão localizados nos centros das cidades²¹ com o argumento de tratar-se de locais de fácil acesso. No entanto, o cidadão periférico não é atraído por ele, ou porque o centro cultural se localiza longe da sua residência, ou porque apresenta uma programação que não lhe cativa (MILANESI, 1997, p. 172).

Por esse motivo consideramos pertinente a razão porque a programação de um centro cultural e as suas características físicas devam começar pela definição da escolha do local onde ele será construído, com o intuito de responder a esses aspectos. Só assim, segundo Milanesi (1997) será possível, conhecendo o grupo humano para o qual o serviço está voltado e o universo de conhecimento que lhe seja significativo, organizar serviços e atividades integradoras.

Se for num bairro operário, por exemplo, as atividades, por elementar bom senso, deverão incorporar a participação de operários, sem que seja excluída qualquer outra participação, desde que as atividades digam mais diretamente à maioria operária (MILANESI, 1997, p. 171).

No que tange as tarefas num centro cultural, Milanesi (1997) utiliza três verbos que permitem destacar as dimensões conceituais que devem ser o cerne de um centro cultural. São eles: *informar, discutir e criar*, conforme destacado a seguir:

O primeiro refere-se à ação mais freqüente nos centros de Cultura: todo o conjunto de processos e procedimentos que leva o público a ter acesso às informações (...); O segundo verbo, discutir, transcende a Biblioteconomia tradicional, pois abandona a postura passiva de organizar as informações para atender a uma demanda. Quanto mais o público for especializado, mais a demanda deverá ser precisa (...). É a partir da sensibilidade que o responsável por um espaço de informação deverá possuir_ no caso, significando o grau de integração que tem com a sua comunidade e o seu público_ que serão criadas oportunidades de reflexão e crítica por meio de seminários, ciclos de debates, etc. O terceiro verbo, criar, é o que dá sentido aos dois outros (informar e discutir). A criação permanente é o verbo de um centro de Cultura. Ele deve ser o gerador contínuo de novos discursos e propostas (MILANESI, 1997, p. 172-180).

²¹ Em Maputo, o CCP- IC localiza-se na zona nobre da cidade. (Ver capítulo- I deste trabalho).

O importante, para Milanesi (1997) é que o centro cultural não traga respostas prontas e sim, possa criar meios para reflexão e debate, de forma a buscar sempre outras “verdades”. A escola, para ele, é o local da reprodução das verdades prontas, onde não se pode discutir o que é dado. O centro seria este local de discussão, com o objetivo de “*buscar outras possibilidades de explicar e indicar novos caminhos para superar dificuldades do indivíduo ou do meio*” (MILANESI, 1997, p. 149). E a discussão, de acordo com o autor, tornará o centro cultural uma instituição útil, ativa, capaz de produzir a reflexão, já que,

sem a discussão das informações submetida à prova dos nove do conflito, as pessoas estão inexoravelmente submersas nas respostas prontas, previamente dadas pelo contexto social no qual estão submersas. Um espaço cultural, inconformista por definição, deverá promover o encontro das idéias, e para isto, é necessário que o público, saindo da inapetência, tenha fome de informação (*Ibidem*, p. 149).

A partir do papel do centro cultural, principalmente através do verbo *informar*, compreende-se o porquê da relação íntima entre o Centro Cultural e a Biblioteca. De acordo com Milanesi (1997), ambos, voltando-se para a população, falando à comunidade e principalmente criando condições para que a comunidade fale, prestam informações a quem dela precisa, seja qual for o seu nível.

Portanto, a biblioteca/centro cultural é

uma espécie de ação permanente que propõe a revisão contínua do pensamento. Nesse sentido, não há como separar os conceitos de bibliotecas públicas e de centros culturais; ao contrário, juntam-se (MILANESI, 1997, p. 213).

Por outro lado, segundo especialistas da área, a interação entre estas duas instituições deverá levar em conta, também, a necessidade de espaços para diversas atividades, tais como: local de acesso aos conhecimentos, espaços para convivência e discussão como, por exemplo, um bar, lugares para descansar e conversar; isto sem falar nas áreas de acervo, em auditórios, salas para vídeo, palestras, exposições, recitais, etc.

As *palestras* poderão ajudar a estimular o gosto pela leitura e pela busca do conhecimento. A partir do levantamento do interesse da coletividade sobre determinados assuntos pode ser realizado um ciclo de palestras integradas num

programa amplo que envolva outras possibilidades de comunicação e dentro daquilo que se denomina “programa informacional”.

As *exposições* constituem uma das atividades mais dinâmicas dos centros culturais, tanto aquelas que buscam novas formas expressivas quanto as que tratam de um determinado tema com a perspectiva de prestar informação.

Somam-se, também, às possibilidades antecedentes, as *exibições de vídeos*, funcionando não mais como uma das únicas possibilidades de lazer para todos, mas como uma possibilidade de expressão artística para um público menor.

Teixeira Coelho (1986), enfatiza que os objetivos de um centro cultural passam pela elevação da qualidade da educação, melhoria da atmosfera cultural, aumento da eficiência do sistema educativo. O autor sugere, para isso, uma série de passos a serem dados pelas casas de cultura, para a consecução desses objetivos:

resgatar e difundir os elementos da cultura popular para integrá-los à cultura nacional e universal; defender o patrimônio artístico nacional; defender as expressões do pluralismo cultural²² e divulgá-las para a totalidade do povo, especialmente através dos meios de comunicação de massa; envolver, nesse processo, o maior número de artistas, escritores e intelectuais; dedicar especial atenção às crianças e aos que não receberam uma educação formal completa (TEIXEIRA COELHO, 1986, p. 20).

Complementando as informações discutidas em relação ao centro cultural, é interessante observar a preocupação de Milanesi (1997) sobre os centros culturais face às novas tecnologias da informação. Para o autor, os centros culturais deveriam passar a realizar o papel que já foi das bibliotecas, adequando-se às novas necessidades educacionais e mesmo de lazer da população, ou seja, representar opções ao aproveitamento do tempo livre dos indivíduos, ao mesmo tempo em que proporcionam a estes, possibilidades diferenciadas de acesso à cultura e informação.

Assim, na visão de Milanesi, os centros culturais representariam alternativas à comunicação de massa, no sentido de possibilitar alternativas de abordagem e conteúdo, pois apesar de haver uma enorme variedade de veículos informacionais e uma quantidade exorbitante de informação à disposição do grande público, a

²² Situação que se enquadraria a Moçambique.

capacidade de absorção e compreensão das mensagens por parte do mesmo, estaria se tornando cada vez mais limitada, criando-se a ilusão de que toda a informação necessária seria aquela transmitida pela *massmedia*, cuja função não seria a de educar, como afirma Marcellino²³ *apud* Nascimento (2004).

A necessidade de estímulos para consumo rápido faz com que o nível da maioria das obras veiculadas seja elementar e fragmentário. A pobreza de conteúdo é uma constante da produção oferecida ao grande público, nos vários gêneros culturais, notadamente naqueles mais consumidos, caso dos filmes feitos para televisão, das fotonovelas, da música 'pop' e dos '*best-sellers*'. É uma enfadonha repetição de estilos, de ritmos, de temas, de estrutura (NASCIMENTO, 2004, p. 18).

Em razão dos diferentes aspectos apontados torna-se visível não só o papel do centro cultural, como as contribuições que poderão advir do mesmo para a construção da cidadania.

3.1.2.3 Museu

No que diz respeito ao **Museu**, tal termo que surge da palavra grega "mouseion", indicava o "templo das musas" que existia no Hélicon em Atenas, local onde se colocavam as oferendas às divindades. Foi também chamado Museu, o complexo construído por Ptolemeu Filadelfo em Alexandria, destinado às artes e às ciências.

Assim, segundo especialistas em história da arte e arqueologia, há duas maneiras de considerar a origem dos museus. A primeira, "*o museion como o lugar onde se guardavam os conhecimentos da humanidade, e a pinakothéke, com um significado muito mais próximo de museu tradicional- lugar onde se conservavam os estandartes, os quadros, as tábuas, as obras de arte antiga*" (CALDEIRA, 2005, p. 145).

Já a segunda maneira, completamente diferente, leva em conta a análise da evolução cultural da humanidade, considerando, então, três etapas. De acordo com H. de Varine-Bohan, a primeira etapa seria pré-industrial, uma segunda etapa que corresponde à revolução e evolução industrial, que dura até à Segunda Guerra Mundial e a terceira corresponde ao período pós- industrial (VARINE-BOHAN, 1979, p. 9-12).

²³ MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

Se atendermos à definição adotada pelo ICOM (Internacional Council of Museums), o museu é uma instituição

permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe para fins de estudo, educação e deleite, testemunhos materiais do homem e do seu ambiente" (MENDES, A. M. O papel educativo dos museus, evolução histórica e tendência atuais. In: Didaskalia, vol. XXIX, 1999, p. 669).

Apesar de uma das razões para a criação dos museus ser a de proporcionar a todos um contacto com o passado, com a história e com as manifestações culturais de um povo ou grupo social, o certo é que a imagem do museu como lugar restrito às elites culturais e sociais se manteve até meados do século passado- Não pelo fato de ser vedada a entrada ao não erudito ou ao "leigo", mas este não se sentia suficientemente informado, motivado ou preparado para visitar o museu (CALDEIRA, p. 147, 2005).

Desse modo, porque no seu formato tradicional, a nosso ver, o museu acabava por não desempenhar cabalmente o papel de integrador e de socialização do indivíduo, ou seja, *"o estatuto e a função de representar os gênios criadores da arte e do grupo dos 'especialistas' que os sabiam interpretar, o museu não era propriamente sinônimo de liberdade para a percepção e para o juízo crítico comum"* (CALDEIRA, 2005, p. 142).

Atualmente assistimos a um alargamento impressionante do conceito de museu, do significado de "espaço museológico", assim como das tarefas, funções e tipo de serviços que o museu deve ter em linha para responder às necessidades do "consumo cultural" que caracteriza as sociedades, especialmente nas mais desenvolvidas.

Segundo Caldeira (2005), os museus podem ser classificados, inicialmente, em públicos e privados, sendo os primeiros subordinados a um ministério (educação, cultura, turismo, ou outro). Os diversos tipos de museus podem ser representados pelos museus de arte, de ciência, históricos, etc., dependendo das peças integrantes de seus acervos. Assim, de acordo com o autor, nos *museus de arte*, as coleções estão concebidas e dispostas pelo seu valor estético, independentemente de serem

os objetos expostos criados ou não como obras de arte. Incluem-se nessa categoria os museus de arte sacra, de pintura, de escultura, de artes decorativas, primitivas, aplicadas, industriais, antiguidades e folclore (CALDEIRA, 2005, p. 146).

Nos *museus históricos*, como o próprio nome sugere, as coleções são concebidas e apresentadas em uma perspectiva histórica. Seus objetivos são essencialmente os de *“documentar uma seqüência cronológica ou um conjunto representativo de um momento histórico, em uma área do conhecimento humano”* (CALDEIRA, 2005, p. 147). Incluem-se nesta categoria os sítios arqueológicos, os museus instalados em monumentos históricos ou em campos de batalha e aqueles constituídos em memória de uma pessoa. Têm uma característica essencialmente didática, ao usarem modelos e reproduções.

Já os *museus de ciência* preocupam-se com o meio ambiente, o aperfeiçoamento cultural dos povos, a educação da comunidade e os avanços tecnológicos. Demonstram esforços significativos no sentido de conservar e preservar a natureza, possibilitando o contato dos pesquisadores e cientistas com as várias espécies e o estudo da evolução do conhecimento em uma perspectiva multidisciplinar (*Ibidem*, p. 148).

Nos *museus especializados*, as coleções se voltam para determinadas áreas de conhecimento ou para objetos específicos tais como: rádio, telefone, máquinas, faianças entre outros (*Ibidem*, p. 149).

Os *museus ao ar livre* são espaços determinados nos limites de um jardim, ou de um parque onde os objetos estão dispostos naturalmente ou seguindo determinada tendência. Segundo a definição do ICOM, referenciada por Caldeira (2005), nesta categoria, incluem-se os jardins botânicos, zoológicos, os aquários e os planetários que, embora constituam coleções bem específicas, podem ser considerados museus, na acepção mais ampla do termo.

Destaca-se, ainda, de acordo com o autor, que esses tipos de museus são instituições que *“preservam e valorizam o patrimônio e a cultura da população, estimulando-a a entender melhor os problemas da comunidade em que vivem,*

valorizando as atividades de folclore, da arte popular e das tradições” (CALDEIRA, 2005, p. 149).

Dando continuidade e em função da perspectiva deste trabalho, definimos por apresentar, de forma sintética, a visão histórica do desenvolvimento da biblioteca privilegiando, em termos de foco, os serviços prestados pela biblioteca pública, instituição sobre a qual se centra e se desenvolve grande parte das atividades do CCP-IC de Maputo.

3.1.2.4 Biblioteca

A palavra biblioteca, que tem origem na forma latina do vocábulo grego *bibliotheca* (de *biblion*- livro, e *theke*- estojo, compartimento, escaninho onde se guardavam os rolos de papiro ou pergaminho, por extensão a estante e, finalmente, o lugar das estantes com livros), passou a ser a forma dominante na língua portuguesa apenas no começo do séc. XIX. Antes, a palavra preferida era livraria, assim como, em inglês, *library* é biblioteca e não livraria.

Segundo Martins (2002), a biblioteca foi, desde da Antiguidade até finais da Idade Media, o que seu nome indica etimologicamente: *depósito de livros*. De acordo com o autor, a mais famosa de todas as bibliotecas da Antiguidade, foi a de Alexandria, no Egito, em que se diz “*terem existido mais de setecentos mil volumes*” (MARTINS, 2002, p. 74).

A biblioteca de Alexandria era dividida em duas partes:

quatrocentos mil volumes foram depositados num bairro da cidade chamado Bruchium; as novas aquisições, que subiram, como ficou dito, a trezentos outros mil volumes, formaram uma biblioteca suplementar, num outro bairro, chamado Serápio (*Ibidem*, p. 75).

O edifício de Bruchium, onde funcionava a biblioteca, foi, no entanto, incendiado, sobrando, apenas, os da nova biblioteca, enriquecida, em compensação, com os livros de Pérgamo, saqueados por Antônio e doados a Cleópatra (MARTINS, 2002, p. 75).

De acordo com Lemos (2005), o governo de Egito inaugurou a nova biblioteca de Alexandrina em Outubro de 2002. Trata-se, efetivamente, de um

complexo cultural, com bibliotecas, museus, áreas para exposições, centros educacionais e um centro para convenções internacionais. Seu acervo tem como temas dominantes os relativos às antigas civilizações de Alexandria e do Egito, da Antiguidade até a Idade Média, além de material sobre as disciplinas contemporâneas... Dispõe de todos os modernos recursos da tecnologia da informação www.bibalex.gov.eg (LEMOS, 2005, p. 104).

Em relação à Idade Média, segundo Lemos (2005), destaca-se que foi a grande época das bibliotecas ligadas a ordens religiosas. Foram elas,

não só no Ocidente mas também no Oriente Médio, e não só entre sacerdotes católicos mas também nos centros árabes de cultura, inclusive na Espanha, para não se falar no trabalho minucioso dos mosteiros irlandeses espalhados na Irlanda e no continente europeu, que preservaram para as gerações futuras o legado cultural da Antiguidade greco-romana (LEMOS, 2005, p. 104).

Martins (2002), aponta que ela, a Idade Média, conheceu três espécies diferentes de bibliotecas.

As bibliotecas monacais (e entre elas incluiremos, não só por afinidade como por suas origens históricas, a Vaticana), as bibliotecas das universidades e as bibliotecas particulares (mesmo as que eram constituídas pelos reis e grandes senhores pertenciam-lhes a título por assim dizer privado ou pessoal; só mais tarde é que, por força de uma evolução natural, elas se transformaram em bibliotecas 'oficiais' e públicas) (MARTINS, 2002, p. 82).

A biblioteca acompanhou a sua própria evolução social a partir da Renascença, com uma nítida e cada vez mais sólida laicização.

Segundo Martins (2002), no que se refere à cultura, esse movimento evidenciou-se em grande medida. Assim como aos poucos foram desaparecendo as monarquias de direito divino e as universidades monásticas, o livro perdeu o seu caráter de objeto sagrado e secreto para se transformar num instrumento de trabalho posto ao alcance de todas as mãos, dando a biblioteca, um novo lugar, ou seja, *“passa a gozar, nos tempos modernos, do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma e respondendo a necessidades inteiramente novas”* (MARTINS, 2002, p. 323).

Essa transformação, na ótica de Martins (2002), implicou uma democratização cada vez maior e, portanto,

antes que se instalassem nos diversos países os sistemas democráticos de governo, já a biblioteca era um organismo democrático. Foi o livro, ou seja,

no fundo, a biblioteca, um dos instrumentos mais poderosos da abolição do 'antigo regime' (MARTINS, 2002, p. 323-324).

Atualmente define-se a biblioteca como

um acervo de materiais impressos (livros, periódicos, cartazes, mapas, etc.), ou não-impressos, como filmes cinematográficos, fotografias, fitas sonoras, discos, microformas, CD- ROM's, DVD's, programas de computador, etc.), organizados e mantidos para leitura, visualização, estudo e consulta (LEMOS, 2005, p.102).

Teixeira Coelho (1997) apresenta, ainda, o conceito pós-moderno de biblioteca. Para o autor, a idéia atual de *biblioteca* é a de um

centro cultural ou, de todo modo, de um espaço que não privilegia mais o livro como objeto de uma coleção e dele faz apenas um instrumento de cultura a mais, ao lado do disco, do CD-ROM, do vídeo, da obra de arte, etc. (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 78).

A partir destes elementos podemos corroborar com Teixeira Coelho que, “*se a biblioteca moderna e a pré-moderna eram lugares da coleção, a pós-moderna se apresenta (ou pretende ser) como o lugar da informação, da discussão e da criação, rompendo vastamente com seus modelos passados*” (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 78).

A biblioteca é, assim, uma instituição que tem por objetivo democratizar a informação e a cultura, de forma a promover o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. Pressupõe-se, uma aproximação de objetivos e de papel no contexto social, considerando as características e funções das instituições anteriormente citadas e a biblioteca.

Inicialmente, a biblioteca preocupava-se com as obras impressas e multigrafadas. Atualmente, ela, seleciona, adquire, recupera e dissemina a informação para o usuário, independentemente de seu suporte. Assim, para que a biblioteca possa cumprir a sua função social, ela, além de conhecer a realidade em que vai atuar, precisa examinar suas potencialidades, a fim de desenvolver estruturas adequadas que propiciem a emergência cultural da comunidade a que vai servir.

A esse propósito, Lemos (2005), apresenta cinco pré-requisitos para se ter uma biblioteca no sentido de instituição social. A i) intencionalidade política e social; ii) o acervo e os meios para sua permanente renovação; iii) o imperativo de organização e sistematização; iv) uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais; e v) o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca (LEMOS, 2005, p. 101).

Segundo o autor, os pré-requisitos são para

encarmos a biblioteca, na perspectiva cultural, como memória coletiva de um grupo social e, por extensão, da própria humanidade e da perspectiva de serviço público voltado para o fornecimento de informações/ conhecimentos necessários ao exercício de atividades profissionais e de meios que ensejem a fruição do saber e o prazer da leitura (LEMOS, 2005, p. 101).

A estes pré-requisitos juntam-se os cinco postulados erigidos em leis da biblioteconomia pelo indiano Ranganathan, postulados esses sobre os quais se baseia o conceito de biblioteca: *i) os livros são para usar; ii) a cada leitor seu livro; iii) a cada livro seu leitor; iv) poupe o tempo do leitor; v) a biblioteca é um organismo em crescimento*. Desses postulados podemos inferir que, embora, a biblioteca, em sua finalidade cultural mais ampla seja semelhante aos museus e aos arquivos, diferencia-se dos mesmos pelo tipo de serviço que presta e do material que constitui o seu acervo.

Portanto, deve-se destacar que ela tem a finalidade de promover a efetiva utilização de seus materiais e não um mero local de custódia/ armazenamento de documentos criados por uma instituição ou pessoa, no curso das suas atividades, visando à utilização futura como acontece com o arquivo ou com o museu que reúne peças e objetos de valor cultural, histórico e científico.

No que diz respeito aos acervos de uma biblioteca, Lemos (2005) considera que estes variam segundo a natureza de seus objetivos e dos usuários a que servem, como buscaremos mostrar a seguir. A título de exemplo, pode-se dizer que nas bibliotecas públicas a parte mais importante do acervo é formada por livros. Nas bibliotecas especializadas, os periódicos técnicos e científicos ocupam lugar de destaque em relação aos livros, devido à própria dinâmica do processo de comunicação dos resultados de pesquisas (LEMOS, 2005, p. 114).

Assim, com vistas a compreendermos estas especificidades, descrevemos, a seguir, os tipos de biblioteca existentes, cujos acervos se formam em função das finalidades.

3.1.2.4.1 Tipos de bibliotecas

Alguns estudiosos da área de desenvolvimento de coleções têm discutido a especificidade das bibliotecas no que tange ao desenvolvimento de suas coleções. Curley e Broderick (1985), por exemplo, consideram que “*desenvolver a coleção de uma biblioteca pública não é a mesma coisa que desenvolver a coleção de uma biblioteca especializada. Constituem duas situações com objetivos diferentes*” (CURLEY e BRODERICK, 1985, p. 39).

Outros autores, no entanto, não chegam a fazê-lo com a mesma especificidade. Magrill & Hickey (1984), por exemplo, entendem que o assunto possa ser encarado amplamente e que o mesmo seria, portanto, globalmente válido e necessário em bibliotecas de qualquer tipo, nas quais ocorreria de maneira bastante semelhante. Para estas autoras, não haveria necessidade de particularizações.

Para Mueller (1984), esta colocação parece ser uma postura equivocada, pois, segundo a autora, tudo parece indicar que o desenvolvimento de coleções precisa, necessariamente, ser tratado de maneira específica a cada tipo de biblioteca em que vier a ocorrer, uma vez que o processo tende a variar de acordo com as finalidades das instituições em que acontece. Aliás, eis a razão das diferenciações dos vários tipos de bibliotecas.

Tendo em conta o modelo desenvolvido por Evans (1979), podem ser constatadas as seguintes especificidades quanto ao tipo de biblioteca em função do usuário que atende prioritariamente:

- *Bibliotecas públicas*- possuem uma clientela mais dinâmica e diversificada, que deve ser acompanhada com bastante atenção devido às mudanças de gostos e interesses. As necessidades informacionais da comunidade a ser atendida pela biblioteca variam, pode-se assim dizer, quase que na mesma proporção em que variam os grupos- organizados ou não- presentes na mesma. O trabalho de análise da comunidade parece ser, assim, aquele que maior ênfase deve receber por parte dos bibliotecários. Como consequência desse

acompanhamento da comunidade, exatamente em virtude das flutuações detectadas, haverá um cuidado especial com a seleção de materiais, devidamente alicerçadas em uma política de seleção (que, por sua vez, será baseada no perfil da comunidade a ser atendida). Uma maior ênfase deve ser dada ao processo de avaliação do acervo, que constitui uma outra característica do desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, principalmente quando se procura atender a demanda imediata dos usuários. Neste aspecto, salienta-se que os bibliotecários responsáveis pelo desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas devem

primariamente desejar servir o público mas ainda assim manter uma perspectiva prática, um interesse em questões correntes, uma saudável desconfiança do *status quo*, uma diversão em assumir riscos e uma incrível memória para livros mas uma falta de reverência por eles²⁴.

- *Bibliotecas escolares*- existem- ou, pelo menos, deveriam existir- para dar suporte às atividades pedagógicas das unidades escolares nas quais se localizam. Mais que isto, devem estar integradas ao processo educacional, como observado por Campello (2002). Para a autora, “há muito tempo que a biblioteca deixou de ser considerada apenas como local de preservação de livros e informações e passou a ser vista numa perspectiva educativa, isto é, como espaço de construção de conhecimento” (CAMPELLO, 2002, p. 99).

Segundo especialistas, as coleções das bibliotecas escolares devem seguir na realidade, os direcionamentos do sistema vigente, pautando-se pelos currículos e bibliografias básicas dos cursos. A ênfase do processo de desenvolvimento de coleções estará, portanto, muito mais na seleção de materiais para fins didático-pedagógicos— normalmente alicerçados por uma política de seleção que terá por base o currículo ou programa escolar.

Revele-se, a respeito disso, que as grandes inovações que vêm acontecendo em termos de recursos de informação colocados a serviço das instituições educacionais principalmente em países do primeiro mundo— em que as bibliotecas escolares se transformam em verdadeiras centrais de multimeios— cujos objetivos podem ser

²⁴ ROBSON *apud* REED (1983, p. 271).

expressos como “*dar suporte e promover o propósito formulado pela escola ou distrito do qual são parte integrante*”²⁵.

- *Bibliotecas universitárias*- devem atender aos objetivos da universidade, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade. Lá se encontram as maiores e melhores coleções de periódicos especializados e também os melhores acervos de obras de referência. Isto vai exigir, quase que necessariamente, uma coleção com forte tendência ao crescimento, pois atividades de pesquisa exigem uma variada gama de materiais de informação que possibilitem ao pesquisador ter acesso aos pontos de vista importantes ou necessários para sua pesquisa. Elas são, em geral, mais bem aquinhoadas do que as públicas e escolares. Nelas se concentra a maioria esmagadora do acervo bibliográfico do país.
- *Bibliotecas especializadas ou de empresas*- existem para atender às necessidades das organizações a que estão subordinadas e por isso, mais do que qualquer uma das outras anteriormente citadas, têm seus objetivos muito melhor definidos. A diferença maior no desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas está, provavelmente, na maior necessidade de especificação de normas para seleção dos materiais com a finalidade de compatibilizá-los com os objetivos da instituição maior. Da mesma forma, é nesse tipo de bibliotecas que são necessários, com maior frequência, materiais não convencionais entre os quais relatórios, patentes, pré-prints, entre outros, que exigem dos bibliotecários um enorme esforço para localização e obtenção dos itens desejados.

De acordo com Lemos (2005), existem, ainda, os seguintes tipos de bibliotecas:

- *Bibliotecas especiais*- são as que, devido a peculiaridades de sua clientela ou dos materiais com que lidam, ocupam categoria que as diferencia das demais. Uma biblioteca de estabelecimento carcerário é considerada especial por causa de sua clientela e localização, embora seu acervo em nada a distinga

²⁵ American Association of School Libraries *apud* MAGRILL e HICKEY (1984, p. 13).

de uma pequena biblioteca pública. Geralmente, o número de bibliotecas especiais tem sido em número bastante reduzido.

- *Biblioteca Nacional*- é o órgão responsável, como biblioteca depositária da produção bibliográfica de um país, pela coleta, organização, preservação e difusão de bens culturais de natureza bibliográfica. É uma biblioteca de último recurso, ou seja, em princípio, recorre-se a ela depois de esgotadas as possibilidades das outras bibliotecas.
- *Bibliotecas particulares*- não têm, hoje, a mesma envergadura e riqueza que ostentavam há alguns anos, em grande parte devido ao custo do espaço físico em áreas urbanas mas também devido a mudanças nas formas de busca e obtenção de informação e, quem sabe, a mudanças nos critérios que valiam para a conquista de reconhecimento social em certas camadas ditas de elite.

A questão de desenvolvimento de coleções não é enfocada da mesma maneira em todas as bibliotecas. Esta parece ser uma consequência lógica da própria diversidade das instituições, que vão abranger características de acervo, usuário e meio ambiente onde se localizam. Assim, iremos focar esse assunto sob a ótica de sua especificidade, às bibliotecas públicas, que é o objetivo primordial deste capítulo e em função de se encontrar integrado ao CCP-IC de Maputo, uma biblioteca de caráter público.

Deste modo, a fim de se compreender as especificidades da biblioteca pública, torna-se mister apresentar, em linhas gerais, as características e especificidades da biblioteca pública.

3.1.2.4.2 Caracterização da biblioteca pública

Afirmámos anteriormente que a biblioteca pública é a que tem por finalidade servir às massas, como um centro de educação para o povo. Segundo Martins (2002), o adjetivo “pública”, associado ao substantivo “biblioteca”, não significa somente que esta entidade seja mantida pelo governo, mas que é aberta a todos os interessados em consultá-la. Constitui, sim, serviço público, no sentido de serviço colocado à disposição de todos.

A palavra pública, como afirmámos, tem um sentido mais profundo, devendo ser encarada em toda a extensão do seu significado, o que não significa, porém, que os outros tipos de biblioteca não possam, também, dar acesso ao público, como demonstramos no item anterior.

Constata-se, através da literatura da área, que o conceito de biblioteca pública evoluiu bastante, ainda que determinadas características se mantenham até hoje.

Assim, dos conceitos mais antigos aos atuais temos que: Heintze²⁶ *apud* Campos (1995), observa que a UNESCO, em 1949, em seu Manifesto de Bibliotecas Públicas, definia a biblioteca pública como sendo

essencialmente destinada a assegurar a educação dos adultos e deve, igualmente, completar a obra da escola, desenvolvendo o gosto pela leitura nas crianças e nos jovens, para fazê-los adultos capazes de apreciar os livros e deles tirar proveito (CAMPOS, 1995, p. 43).

Nessa definição, observamos a preocupação em se valorizar o hábito e o gosto pela leitura, sendo uma variável para que no futuro, em fase adulta, a frequência à biblioteca seja direcionada de forma espontânea. Estão, igualmente, apontadas de forma implícita, a função informativa e educativa exercida pela biblioteca pública.

Para Macedo *apud* Campos (1995), a biblioteca pública é

entidade social aberta a toda comunidade, sem distinção de espécie alguma, oferecendo-lhe, em livre acesso, recursos informacionais, produtos, serviços e espaço para produção e reflexão. Seus objetivos primordiais devem ir de encontro ao suprimento das necessidades da comunidade em foco, no que respeita a informação, educação, cultura e lazer (CAMPOS, 1995, p. 44).

Nestas definições verificamos que os autores são unânimes em descrever a biblioteca pública como instituição pública, centro de informação, aberta a população, sem distinção e discriminação de credos, ideologias e condições sociais e econômicas.

Consultando o Manifesto atual, encontramos outros conceitos que, ainda, não haviam sido descritos tão explicitamente:

²⁶ HEINTZE, Ingeborg. *L'organisation d'une petite bibliothèque publique*. Paris: UNESCO, 1963.

todas as faixas etárias devem encontrar material adequado às suas necessidades. Coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte apropriados e tecnologia moderna bem como materiais convencionais. O acervo deve refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, assim como a memória das conquistas e imaginação da humanidade. Coleções e serviços não podem ser objeto de nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa (MANIFESTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA, 1995).

Voltando a gênese da biblioteca pública, de acordo com Mueller (1984), as chamadas bibliotecas públicas aparecem oficialmente na Inglaterra, no ano de 1850, na chamada época da Revolução Industrial. Quer dizer, no momento do máximo crescimento econômico e tecnológico do Império Britânico.

Nogueira (1983) explicita que a ideologia vigente naquela época, ao preconizar a liberdade e a igualdade como direitos de todos os indivíduos,

deu suporte para o surgimento de movimentos de massa, que exigiam a democratização da educação, enquanto que as inovações técnicas dos instrumentos de trabalho, ao promoverem a necessidade de melhor adiestramento da mão-de-obra disponível, davam força à pressão da massa para obter maior qualificação (NOGUEIRA, 1983, p. 207-208).

Diante das exigências das massas, o Estado cede a algumas das pretensões do proletariado, oferecendo melhorias através de serviços que incluíam a *educação*.

Assim, a biblioteca pública, apresenta-se como instituição que serve como instrumento propício para a consecução de tais fins. Para o público operário dessa época, a biblioteca pública ofereceu, leituras destinadas à capacitação e à “educação” para viver em sociedade (MUELLER, 1984).

Mueller (1983), conclui, então, afirmando que esse foi o modelo de biblioteca pública exportado pela Inglaterra para o resto do mundo.

Caberia mencionar que um modelo assim descrito se sustentou sobre um discurso liberal, que propunha (e julgamos ser a proposta da biblioteca pública nos nossos dias) o livre acesso a informações que contribuam para o pleno usufruto da cidadania.

No entanto, para que esse livre acesso se torne praticável, é necessário ter-se em mente que, no seu serviço,

nada se criará de sólido, de durável, se a noção de serviço público– com tudo o que deve comportar de flexibilidade e de adaptação a necessidades variadas– não for, em definitivo, a mais forte” (CAIN²⁷, apud MARTINS, 2002).

Essa não-burocratização dos serviços da biblioteca pública permite que ela deva, como observado por Luís F. Málaga²⁸ *apud* Martins (2002),

colaborar na educação das massas ignorantes. Completará o ensino dispensado pela escola e ajudará a formar o público de amanhã. Ela desempenhará o papel de um centro de serviço social, onde as crianças, os adolescentes e os adultos que não puderem receber nas escolas uma instrução suficiente, encontrarão informações, conselhos, divertimentos, sem distinção de condição social, de nacionalidade, de crença, de língua ou de profissão. Enfim, ela servirá aos interesses da comunidade e aos mais nobres valores humanos; ela despertará a consciência social do indivíduo e do grupo, contribuirá para o desenvolvimento das atividades criadoras no povo e orientará as aspirações altruístas dos melhores elementos da sociedade (MARTINS, 2002, p. 326).

De acordo com Andrade & Magalhães (1979), as funções da biblioteca pública têm sido classificadas em

i) *educativa* (que engloba a educação formal, não-formal e informal²⁹), ii) *informativa* (oferecendo serviços de informação confiável, rápida e eficiente para a comunidade), iii) *cultural* (que se refere à captação, preservação e divulgação dos bens culturais da comunidade, incluindo quaisquer formas de manifestação cultural, entre outras), e iv) *recreativa* (que diz respeito somente à organização de projetos e/ou atividades para o desenvolvimento do gosto pela leitura junto à população em geral, mas também para satisfação das necessidades de prazer) (ANDRADE & MAGALHÃES, p.51-52).

As autoras consideram, porém, que essa categorização é aceita apenas para fins didáticos, uma vez que “*essas funções não são mutuamente exclusivas e nem é possível desvincular uma das demais*” (ANDRADE & MAGALHÃES, 1979, p. 52).

Giongo (1989), reafirmando a perspectiva das autoras acima citadas, observa, porém que, para atingir o critério de “*atuação junto à comunidade*” e, dessa forma, ser

²⁷ CAIN, Julie. *La civilisation écrite*. v. XVIII de l’Encyclopédie Française. Paris: Larousse, 1939.

²⁸ MÁLAGA, Luís F. *Besoins et objectifs*. In: UNESCO. Le développement des bibliothèques publiques em Amérique Latine. p. 23, [s/d.].

²⁹ Entendida como educação desvinculada do sistema regular, por exemplo: educação de adultos, treinamento profissional; e a informal refere-se à aprendizagem não sistemática, através de instituições sócio-culturais e dos meios de comunicação de massa (ANDRADE & MAGALHÃES, 1979).

geradora de influência junto aos usuários, uma biblioteca pública precisaria “*exercer equilibradamente as quatro funções anteriormente mencionadas*” (GIONGO, 1989, p. 22).

Por outro lado e ainda relacionado com as quatro funções da biblioteca pública mencionadas anteriormente, o Instituto Colombiano de Cultura³⁰ citado por Campos (1995), descreve-as da seguinte forma:

- *Educativa*- propiciar a auto-educação a todas as pessoas da comunidade, oferecendo-lhes facilidades para cultivarem seus interesses, desenvolverem sua capacidade mental e ampliarem seus conhecimentos a um ritmo e condições próprias de cada um.

Nessa função, apreende-se que as bibliotecas devem incentivar a busca do conhecimento, por parte de seus usuários, nas diversas áreas da ciência, da técnica e da arte, pois o desenvolvimento do hábito da leitura, da educação e da ampliação em área cultural influencia não somente às necessidades específicas de cada indivíduo, bem com a todos os grupos sociais, conforme lembra Campos (1995) citando Miranda³¹.

- *Informativa*- oferecer ao indivíduo informação que lhe permita solucionar problemas da vida diária e de suas necessidades básicas. Por exemplo, problemas relacionados à saúde, moradia, alimentação, educação, transporte, comunicação, etc. Informação que permita ao cidadão conhecer em que sociedade vive, quais são os seus direitos e como pode defendê-los, de que maneira pode participar das decisões de sua comunidade local, regional ou nacional. Como está configurado o sistema de poder e de que forma ele participa. Que instituições ou organizações existem na comunidade e que papel cumpre cada uma delas.

A esse propósito Andrade & Magalhães (1979), observam que a função informativa, geralmente é exercida como apoio à educação formal e não formal e como serviço de

³⁰ INSTITUTO COLOMBIANO DE CULTURA, *La biblioteca pública: manual para su organizacion y funcionamiento*. Bogotá: Colcultura, 1982.

³¹ MIRANDA, A. A. *A missão da biblioteca pública no Brasil*. *Revista Escola de Biblioteconomia*, Brasília, v. 6, n. 1, 1978, p. 69-75.

informação para a comunidade que, além de responder questões, a biblioteca funciona como um “centro referencial”, atuando como *ponte* na busca de soluções para problemas da vida cotidiana.

- *Cultural*- promover manifestações culturais da comunidade através de todas as suas diferentes formas de expressão: pintura, música, folclore, produção literária, artesanato, tradições e costumes. A organização dessas atividades por parte da biblioteca ou o oferecimento do espaço físico para sua realização pode levá-la a converter-se em um centro da vida cultural da comunidade.

A preservação da identidade cultural da comunidade, conforme observado por Campos (1995), dá-se através da preservação da memória local, que pode ser feita através de

promoção de eventos que perpetuem as manifestações populares como: festejos, danças, artes, costumes, etc., do registro de depoimentos de pessoas do local, da manutenção dos acervos bibliográficos históricos, geográficos e culturais da cidade (CAMPOS, 1995, p. 49).

- *Recreativa*- favorecer o emprego positivo do tempo livre do indivíduo e dos diferentes grupos da comunidade, de acordo com idade, ocupação e interesse, proporcionando-lhes o material e os meios que facilitem seu aproveitamento.

Em seu “Manifesto sobre a biblioteca pública”, a UNESCO apresenta diretrizes sobre o papel, os recursos e o uso da biblioteca pública. Nesse manifesto³² (aprovado em Novembro de 1994), determina-se que na biblioteca pública devam ser oferecidos serviços com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social; serviços esses que a tornam como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar através do pensamento dos homens e mulheres.

Ainda dentro da proposição da UNESCO, as bibliotecas públicas devem ter a preocupação de reanimar o espírito do homem, oferecendo-lhe livros que forneçam diferentes tipos de informação. Assim, as bibliotecas públicas devem estar atentas ao surgimento de novas necessidades na comunidade onde se inserem,

³² Texto integral, Anexo V.

consubstanciadas em leituras especiais e em novos interesses no campo do lazer. O “Manifesto” ainda enfatiza os serviços de assistência aos estudantes pelas bibliotecas públicas.

Para Giongo (1989), o “Manifesto” deixa transparecer que os

objetivos da biblioteca pública mesclam-se com os da biblioteca escolar (quando não os substituem) no que tange ao desenvolvimento do gosto pela leitura, às exigências da pesquisa e estudo, à promoção das “capacidades críticas e criadoras” e ao preenchimento do tempo de lazer do estudante-usuário (GIONGO, 1989, 20).

3.1.2.4.2.1 Objetivos da biblioteca pública

Em relação aos objetivos de uma biblioteca pública, constatamos na literatura que, as palavras *finalidade*, *objetivo*, *meta*, *função*, *propósito*, *missão*, são empregadas por alguns autores, de forma indiscriminada e com diferentes conotações.

Assim, na medida em que as funções da biblioteca pública são inter-relacionadas e seu campo de ação muito vasto, pode ser que o estabelecimento de objetivos seja, realmente, tarefa de difícil execução. Porém, faz-se mister estabelecer prioridades em relação a eles.

Deste modo, buscaremos as propostas de Moraes³³ *apud* Campos (1995), em que propõe alguns objetivos, assim ordenados, para que a biblioteca pública possa levar a efeito o desempenho de suas funções:

- ✓ Conservar documentos oficiais e da memória local;
- ✓ Servir de complemento da educação formal;
- ✓ Informar e educar todas as classes de pessoas;
- ✓ Servir de instrumento de auto-educação;
- ✓ Dar ênfase às atividades básicas da biblioteca como instituição cultural, promovendo a realização de eventos e a atualização crescente de um acervo bibliográfico destinado a tais atividades;

³³ MORAES, Mirtes da Silva. *Objetivos e funções da biblioteca pública*. Boletim ABDF, Nova serie, Brasília, v. 9, n. 3, 1986, p. 190-192.

- ✓ Preocupar-se para que a biblioteca, em todos os aspectos de seu planejamento, se mantenha em dia com os problemas e as necessidades da comunidade;
- ✓ Cooperar com as demais instituições educativas, como instrumento eficaz da auto-educação;
- ✓ Atingir e servir ao indivíduo, sobretudo ao leitor desorientado ou pouco acostumado a consultar a biblioteca, atraindo-o e estimulando-o em suas ambições, mostrando-lhe como pode tirar proveito e satisfação de leitura;
- ✓ Colecionar materiais gráficos e audiovisuais úteis na vida individual e coletiva dos cidadãos;
- ✓ Organizar e distribuir estes materiais para uso contínuo;
- ✓ Interpretar e guiar o leitor na consulta e aproveitamento desses materiais;
- ✓ Estimular o uso e interpretação dos recursos da informação, através de orientação aos leitores como exposições, sugestões para leitura, mesa redonda, textos, filmes, etc.;
- ✓ Recuperar e organizar a informação necessária para satisfazer as necessidades da comunidade e,
- ✓ Divulgar a informação e prestar serviços a todos os grupos da comunidade.

Pimentel (1982), apresenta, de forma específica, os seguintes objetivos relativos a um programa de atividades educativas que a biblioteca pública pode desenvolver junto às escolas:

- ✓ Cooperar com as escolas para satisfazer as necessidades de aprendizagem dos alunos, dos professores e demais membros da comunidade;
- ✓ Estimular e orientar os alunos, em todas as etapas do seu aprendizado, para que façam leituras adequadas e possam encontrar satisfações crescentes em estudar;
- ✓ Dar oportunidade aos jovens para que desenvolvam os conhecimentos adquiridos na escola, garantindo-lhes a oferta de programas culturais específicos;

- ✓ Ajudar, tanto as crianças como os demais membros da comunidade, a usarem com habilidade e discernimento os materiais da biblioteca, tanto impressos como audiovisuais e cartográficos;
- ✓ Habituar as crianças a encontrarem respostas para suas tarefas escolares na biblioteca, desde as primeiras idades, e a cooperarem com seus esforços para estimular a continuidade de sua educação quando estiverem fora da escola;
- ✓ Trabalhar conjuntamente com os professores na elaboração de programas educativos que visem ao contínuo aperfeiçoamento profissional e cultural do corpo docente e dos jovens que já deixaram as escolas e dos demais membros da comunidade que desejam manter-se informados (PIMENTEL, 1982, p. 35).

Ainda dentro da óptica desta autora, a função mais importante da atuação da biblioteca na escola é o trabalho conjunto com os professores em benefício da comunidade escolar como um todo.

Campos (1995) chama atenção para o fato de se levar em conta as estratégias usadas ao se traçar os objetivos. Isso é para que se possam atingir plenamente as metas delineadas, porque *“sem se definir claramente o que se pretende, não se pode colocar um serviço em funcionamento”* (CAMPOS, 1995, p. 52-53).

Para Saliba & Pinheiro³⁴ *apud* Giongo, a biblioteca pública, ao assumir as funções de biblioteca escolar, *“não pode limitar-se a fornecer apenas livros e material de pesquisa aos estudantes, devendo atuar ativamente no processo educativo”* (GIONGO, 1989, p. 32).

Vale ressaltar que o Manifesto nos remete ainda para uma outra missão da biblioteca pública: *a missão de civilizadora*³⁵, no sentido largo e político da palavra, sugerida na conferência dos bibliotecários da África negra, quando em 1961, se reuniu em Copenhague e tinha como objeto estudar modos e meios de assistência dos países africanos (MARTINS, 2002). O autor observa que, se nos países escandinavos,

as bibliotecas se tornaram públicas no sentido pleno da palavra, na África subsahariana, ao contrário, o papel primordial da biblioteca pública é o de contribuir para o esforço nacional de educação motivado, de entre vários

³⁴ SALIBA, C. A. B. & PINHEIRO, A. M. *Biblioteca pública brasileira: objetivo e missão social*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982, p. 398-416.

³⁵ Termo usado por Martins (2002).

outros fatores, pela inferioridade das línguas africanas no que se refere ao vocabulário técnico e científico (MARTINS, 2002).

Para que os objetivos traçados no Manifesto sejam alcançados, é necessário que certas normas sejam cumpridas na biblioteca pública, normas essas relacionadas com o tipo de acervo e serviços de atendimento ao usuário e também com a realidade do país.

Portanto, num país em que o índice de analfabetismo é elevado, o lógico será que a biblioteca pública concentre seu foco para a alfabetização dos cidadãos, ampliando-se, gradualmente, para a cultura em geral, inclusive lazer, através de influência ao usuário, pelo gosto e contato com os livros e livre acesso às estantes e através da mediação crescente exercida pelo bibliotecário.

Esta mediação- livros e leitor-, como observa Mueller, citando Herbert Putnam³⁶ demonstra que o bibliotecário conhece seus livros, os relaciona com as necessidades do leitor, ser humano atual. É *“mais na eficiência desta relação humana do que na de catálogos e classificações (...) que nossa oportunidade exclusiva como bibliotecários reside agora”* (MUELLER, 1984, p. 16).

O sistema de livre acesso aplica-se, segundo Martins (2002), em diversas partes do mundo. Consiste em

dar aos usuários a possibilidade de escolher pessoalmente os livros nas estantes, de examinar e folhear a vontade todos os volumes e de se familiarizar com todos os gêneros de documentação que a biblioteca contém (MARTINS, 2002, p. 328).

O autor apresenta algumas vantagens que esse sistema oferece:

i) Para que o leitor escolha o livro que melhor lhe convém, que melhor se adapte às suas capacidades e que lhe seja o mais proveitoso ou o mais agradável de ler, é necessário que possa manejar livremente todos os volumes; ii) O sistema de livre acesso é o único que garante ao leitor a inteira liberdade de escolha que é o primeiro dever da biblioteca; iii) Com exceção das que freqüentam regularmente uma biblioteca, raras são as pessoas que sabem com precisão o que querem ler e que tenham um conhecimento suficiente dos livros em geral para deles tirar todo o partido e todo o proveito possíveis. A tarefa essencial da biblioteca pública é a de ensinar ao público a usar plenamente dos livros; é a de revelar-lhe as imensas possibilidades que

³⁶ PUTMAN, Herbert. *Per contra*. In: McCRIMMON, Bárbara, ed. *American Library philosophy, an anthology*. *Handen, Conn., Shoe String, 1997, p. 39-50.*

lhes são oferecidas pelo simples fato de que hoje esteja registrada em folhas impressas a maior parte dos atos, das idéias, dos sonhos e dos projetos humanos; mas para atingir esse fim, é necessário deixar ao leitor a liberdade de errar entre as estantes e de descobrir por si mesmo alguns aspectos da riqueza e da diversidade que caracterizam o mundo dos livros (MARTINS, 2002, p. 328-329).

No que diz respeito ao acervo da biblioteca pública, este, constituído por todo o tipo de material que contribui para atender às necessidades informacionais, educativas e de lazer da comunidade, a sua seleção é das mais importantes dentre os serviços de uma biblioteca. Os critérios para a sua seleção passam i) pelo conhecimento da comunidade local para se poder atender a todas as suas necessidades de informação; ii) pela não falta de obras sobre assuntos de atualidade; iii) pela formação de coleções de obras relativas à história, geografia, folclore, literatura, etc., sobre a região ou escritas por autores locais.

Flusser (1983), observa que, numa biblioteca pública, onde a ação cultural deve ser considerada, as duas posições diante da cultura— acervo e contexto— devem ser constantemente, também consideradas, *“pois a ação cultural é basicamente mediação e criação de acervo, inseridas em contexto cultural bem definido”* (FLUSSER, 1983, p. 148).

Campos (1995), complementando a idéia destaca a ação cultural na biblioteca como sendo o instrumento de união entre o bibliotecário e o usuário. Segundo a autora,

se houver troca de “saber” entre o profissional e o público que, neste prisma, tem a possibilidade de pronunciar a sua própria palavra, tem uma influência sobre quais os livros que compõem o acervo e se sente apto a ter uma opinião, a ação cooperativa, fará com que a biblioteca seja uma biblioteca-ação cultural (CAMPOS, 1995, p. 63).

Diante do que se acabou de descrever, consideramos que a biblioteca pública constitui um espaço ideal para a democratização da cultura onde, cidadãos de diversas classes sociais, têm oportunidades de assimilar e desenvolver habilidades, contribuindo, deste modo, para o melhor entendimento do conceito de cidadania e para que o mesmo, ao ser internalizado pelos sujeitos, possa lhes dar instrumentos de ação.

3.2 Informação e cidadania: aspetos teóricos

3.2.1 Surgimento e evolução da Ciência da Informação

O ato de informar ou ser informado, isto é, de emitir ou receber informações, nos é tão familiar quanto os atos de comer ou respirar... daí existir, no plano individual, uma necessidade permanente de informação, que faz com que o indivíduo ou seja naturalmente e suficientemente informado, ou vá em busca da informação, quando ressentido da sua ausência ou insuficiência.

Elie Reboul

A CI teve sua origem no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Na seqüência, Vannevar Bush, respeitado cientista do Massachusetts Institute of Technology (MIT), num importante artigo³⁷, *definiu sucintamente um problema crítico e propôs uma solução que seria um ajuste tecnológico*. Através do MEMEX³⁸, máquina por ele pensada para a solução do problema de que se chamou *explosão informacional*. Na denominação de explosão informacional, a recuperação da informação tornou-se uma solução bem sucedida encontrada pela CI e em processo de desenvolvimento até hoje.

Os trabalhos com a *recuperação da informação*_ termo cunhado por Mooers (1951)_, de entre inúmeras aplicações, foram responsáveis pelo desenvolvimento da CI, como um campo, *“onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais”* (FERNANDES, 1995, p. 45), e também influenciou a emergência, a forma e a evolução da indústria informacional. Em ambas as situações, de entre os vários fatores que ditaram o desenvolvimento da CI, a recuperação da informação foi o principal. É verdade que a CI ultrapassou a recuperação da informação, mas os problemas principais tiveram sua origem aí e ainda constituem seu núcleo. E mais, a recuperação da informação, no dizer de Saracevic (1996), influenciou a emergência, a forma e a evolução da indústria informacional.

De acordo com este autor, muitos exemplos históricos podem ilustrar a marcante evolução de sistemas, técnicas e/ou máquinas utilizados para recuperação da

³⁷ *As we may think*.

³⁸ *Memory extension*- designação da máquina visionária para auxiliar a memória e guardar conhecimentos.

informação. Dos cartões perfurados aos CD-ROMs e acesso *on line*; dos sistemas não-interativos àqueles de múltiplas possibilidades de interação, com interfaces inteligentes, transformando a recuperação de informação em um processo altamente interativo; de bases documentais para bases de conhecimento; dos textos escritos aos multimídia; da recuperação de citações à recuperação de textos completos; e ainda aos sistemas inteligentes e de respostas a perguntas.

Voltando ao desenvolvimento da CI, Fernandes (1995) citando Wersig & Nevelling³⁹, aponta que ela se desenvolveu historicamente porque os problemas informacionais relacionados com o desenvolvimento e com a disseminação do uso de redes de computadores desde a segunda guerra mundial modificaram completamente sua relevância para a sociedade ou, *“atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da CI”* (FERNANDES, 1995, p. 27).

É verdade que, no dizer de Saracevic (1996), problemas informacionais existem há longo tempo; sempre estiveram mais ou menos presentes, *“mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI, e não apenas dela”* (SARACEVIC, 1996, p. 43).

De acordo com este autor, os problemas informacionais, tal como a CI, são problemas internacionais ou globais, contrariamente ao que se possa pensar que sejam de origem americana em virtude de os Estados Unidos da América terem desempenhado o papel mais proeminente no desenvolvimento da CI. A evolução da CI nos vários países ou regiões acompanhou diferentes acontecimentos ou prioridades distintas, mas *“justificativa e os conceitos básicos são os mesmos globalmente. O despertar da CI foi o mesmo em todo mundo”* (SARACEVIC, 1996, p. 43).

A CI apresentou contribuições que influenciaram o modo como a informação é manipulada na sociedade e pela tecnologia e também permitiu melhor compreensão para um rol de problemas, processos e estruturas associados ao conhecimento, à informação e ao comportamento humano frente à informação.

³⁹ WERSIG, G., NEVELLING, U. *The phenomena of interest to information science*. Information Scientist, v. 9., 1975

Essa capacidade que a CI tem de se envolver na compreensão de muitos problemas deve-se, sobretudo, ao seu caráter interdisciplinar e sua relação com várias áreas, como por exemplo, a informática⁴⁰, que, aliás, constitui uma das características da existência e evolução da CI como mostra Saracevic. Para o autor,

a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos (...) o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial (SARACEVIC, 1996, p. 42).

Com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, a CI, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural.

Prosseguindo, discute-se o conceito de informação haja vista que o mesmo se constitui referencia fundamental para a análise da cidadania.

3.2.1.1 Informação

A informação desempenha um papel importante no desenvolvimento das nações, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento científico, tecnológico e social. Sua importância prende-se, sobretudo, à sua função de organização, difusão e uso do conhecimento como recurso para a geração de novos conhecimentos, bem como sua utilização na melhoria da qualidade de vida da sociedade em que vivemos.

O conceito de informação tem várias definições. No sentido de *conhecimento*⁴¹ *comunicativo*, ele desempenha um papel central na sociedade contemporânea.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar da CI, a ênfase dada ao conceito de acesso à informação, no presente trabalho, será emaranhado aos conceitos de

⁴⁰ A base da relação entre a CI e a ciência da computação reside na aplicação dos computadores e da computação na recuperação da informação, assim como nos produtos, serviços e redes associados. (SARACEVIC, 1996, p. 50)

⁴¹ “Um conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar a idéia de alguma coisa; é ter presente no espírito. Isso pode ir da simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico). O saber designa um conjunto articulado e organizado de conhecimentos a partir do qual uma ciência- um sistema de relações formais e experimentais- poderá originar-se” LE COADIC, (1996: 5).

conhecimento e de comunicação, no contexto de uma sociedade excludente onde as tecnologias da informação são supervalorizadas.

Assim, embora o *conhecimento* e a sua *comunicação* sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a sociedade como uma sociedade de informação. É comum considerar-se a informação como uma condição básica para o desenvolvimento econômico juntamente com o capital, embora, quanto a nós, a chamada tecnologia da informação esteja eivada de alguns pontos negativos no que diz respeito ao nível de abrangência, como tentaremos demonstrar mais adiante. Há, por exemplo, um vasto segmento da população (na África em particular) que não dispõe de informações mínimas para participar ativamente dessa “sociedade da informação”.

Por outro lado, tentaremos buscar considerações que nos auxiliam a entender a informação como uma construção social que permite aos atores interpretar ou atribuírem sentidos à realidade, considerações essas que nos devem ajudar a discutir os aspectos básicos relacionados com o tema da nossa pesquisa.

Assim, iniciamos por resgatar um dos seus sentidos através de sua origem etimológica. Deste modo, temos que informação é uma palavra de origem latina, do verbo “*informare*”, que significa dar forma, colocar em forma, criar, representar, construir uma idéia ou uma noção.

A partir desta visão etimológica, Araújo (1998) elabora uma formulação referente à informação conceituando-a como “*uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido*” (ARAÚJO, 1998, p.16).

Tendo, ainda, em conta a análise etimológica do lexema informação, pode-se destacar que, seja como processo de atribuição de sentido, seja como processo de representação para a comunicação, a informação comporta um elemento de sentido, ou seja, o objetivo do ato de informar é o envio e a apreensão de sentidos. Se não ocorre atribuição de sentido, o processo de representação do fenômeno informacional não se desenvolve.

Buckland (1991), apresenta três vertentes que considera importantes para o estudo do fenômeno informacional. A primeira refere-se à informação como processo ou ato de comunicar algo. A segunda visualiza a informação como conhecimento e redutora de incertezas. A terceira, vê a informação como coisa, ou seja, trata-se de dados e documentos informativos.

No âmbito do quadro sugerido por Buckland, Pinto (2004), observa que existe uma tendência, na área, de enfatizar a terceira vertente e aponta Marteleto (1992), como exemplo, para quem tal tendência- pensar a informação enquanto “coisa”- mostra-se presente, em especial, nos estudos que focam a aplicação das tecnologias da informação. Nesse contexto, *"predomina a concepção que limita a informação a objetos, a documentos ou a dados que devem ser armazenados, estocados e gerenciados"* (PINTO, 2004, p. 30).

Marteleto questiona essa visão da informação como algo isolado do contexto social ou externo ao sujeito. Isso porque, a informação não é uma “coisa”, facilmente isolável para efeito de análise, e nem pode ser dissociada do contexto da ação em que ocorre. Ao contrário, a informação eminentemente situacional, tomando conotação diferente de acordo com a posição sócio-econômica dos sujeitos, nos processos comunicacionais em que se encontram envolvidos, com poder maior ou menor sobre o significado e a posse legítima dos meios para absorvê-la (MARTELETO, 1992).

Entretanto, Brookes (1990) considera que a informação é um elemento que provoca transformações nas estruturas. Assim, de acordo com o autor, quando se envia uma mensagem (conjunto de informações) a um ser consciente - mensagem essa baseada num código conhecido tanto pelo emissor, como pelo receptor – essa pode ser interpretada e, a partir daí, adquirir um sentido.

O autor acrescenta afirmando que o sujeito social, ao utilizar esta informação (com sentido), para resolver determinado problema ou se informar sobre qualquer situação, produz conhecimento que pode ser a simples identificação de determinado objeto ou a compreensão exata e completa deste mesmo objeto.

Assim, segundo Le Coadic (1996), quando se afirma que existe uma relação entre informação e conhecimento e que estes elementos podem provocar transformações nas estruturas, estamos nos baseando na idéia de que,

o nosso estado (ou nossos estados) de conhecimento sobre determinado assunto, em determinado momento é representado por uma estrutura de conceitos ligados por suas relações: 'nossa imagem' do mundo. Quando constatamos uma deficiência ou uma anomalia desse(s) estado(s) de conhecimento(s), encontramos-nos em estado anômalo de conhecimento. E, ao tentarmos obter uma informação ou informações que corrigirão essa anomalia, criaremos um novo estado de conhecimento que uma vez aplicado a determinada situação problemática, pode provocar uma nova situação ou uma transformação de estruturas (LE COADIC, 1996, p. 9-10).

Nesse sentido, compreende-se perfeitamente porque Le Coadic definiu informação como sendo:

um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (LE COADIC, 1996, p. 5).

Como se pode notar, esta definição estabelece uma sinonímia entre informação e conhecimento onde, tanto Brookes (1990) como Le Coadic (1996), insistem nas acepções de (a) **conhecimento**, tais como: *faculdade de conhecer, de ter informação; maneira de compreender, de perceber; o que se adquiriu pelo estudo ou prática;*

e (b) de **informação**: *ação ou efeito de informar, de se informar; indicação, explicação, esclarecimento dados sobre alguém ou alguma coisa; comunicação social, instrumento de transmissão de um conhecimento, que tem como objetivo dar a conhecer ao grande público as notícias e os fatos recentes, o que faz com que os dois termos se entrelacem semanticamente ao nível dinâmico e generalizado do senso comum.*

A partir dessas colocações, Araújo conclui, então, que

a informação é uma pratica social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, pode provocar transformações nas estruturas, pois gera novos estados de conhecimento (ARAÚJO, 1998, p. 17).

Entretanto, para tornar mais clara essa observação do fenômeno informacional, seria interessante considerar, igualmente, o sujeito do conhecimento, ou seja, o sujeito/usuário de informação e/ou sujeito/gerador de conhecimento. Em Ciência da Informação (CI), e de modo amplo, apontam-se três tendências acerca desse tema, apresentadas por Araújo (1998):

- ***informação como produção de um sujeito universal***: Esta abordagem considera que o sujeito do conhecimento é um sujeito universal, pois, é portador de categorias e operações estabelecidas “a priori”. Tais categorias e operações que se caracterizam como sendo formas racionais, universais e transculturais, estariam presentes de modo “virtual” em cada sujeito particular, e são anteriores e independentes de cada ato particular de conhecer e representar determinada situação ou objeto.

Sobre tal perspectiva, Gómez (1984) pontua que em relação a essa forma de pensar, o sujeito cognitivo aparece nos estudos informacionais. Isto é,

encontramos, por exemplo, em Austin, o autor do PRECIS- Preserved Context Index System. Aquele modelo “virtual” universal de categorias e relações proporciona um saber antecipatório sobre a estruturação da informação para se usar como esquema prévio para a construção de instrumentos e arquivos, no escopo da recuperação da informação. Para Austin, todos os produtos da classificação- ou seja- todo tipo de proposições e enunciados, estão compostos de certos tipos básicos de conceitos ligados por um conjunto comum e limitado de relações primitivas. O projeto de organização da informação proposto por Austin, aponta identificar uma base inter-linguística, a fim de construir um instrumento de processamento da informação com a maior potencia de controle, capaz de atravessar as barreiras lingüísticas geradas pela diversidade das línguas naturais e das linguagens especializadas ou técnicas. Para isso, procura aquele “a priori” lógico-sintático, um sintagma universal (GOMEZ, 1984, p. 108).

Esta abordagem que coloca a *informação como produção de um sujeito universal*, Araújo (1998) considera que,

através de princípios universais e de “n” operações individuais feitas a partir de categorias colocadas “a priori”, o sujeito do conhecimento não é um ente a-histórico, um ente abstrato. Tal sujeito é histórico e conseqüentemente, inserido socialmente numa relação tempo/espço (ARAUJO, 1998, p. 18).

Para a autora,

“aceitar esta consideração significa romper com o “a priori” lógico-sintático universal. Este rompimento nos leva a buscar uma outra abordagem teórica

que caracterize de forma mais completa a ação do sujeito do conhecimento” (ARAUJO, 1998, p. 18).

- *informação como produção de um sujeito cognitivo-individual*: Para esta abordagem, é a partir de experiências que o sujeito de conhecimentos combina percepções elementares e as generaliza, dando lugar a produtos mais complexos, tais como o conhecimento científico. Tendo este ponto como fundamento, as operações cognitivas elementares são reconstituíveis a partir da observação do comportamento dos indivíduos. Esta abordagem enfatiza a dimensão subjetiva do processo informacional, ou seja, para a mesma, as práticas informacionais (recepção, geração e transferência de informação) são ações que ocorrem no “interior” de um sujeito cognitivo individual.

Destaque-se, porém, segundo Pinto (2004), que as práticas informacionais realizadas pelos atores sociais são influenciadas pelas experiências cotidianas, pelos conceitos familiares, mediados pelos meios em que convive (na escola e/ou no trabalho), pelos partidos políticos, associações, sindicatos (a que pertence ou comunga com as idéias) e demais influencias que afetam a vida ou a cultura local em que o ator se insere. Isso porque,

é dentro do contexto social, em seu cotidiano e por meio de suas competências culturais, que os atores constroem sua identidade, gradualmente, de forma a impulsionar novas ações, seja deles mesmos, seja de outros atores. É também, nesse contexto, que os atores fazem suas interpretações, elaboram suas mediações e constroem suas práticas informacionais (PINTO, 2004, p. 40).

Ainda em relação à abordagem que considera a *informação como produção de um sujeito cognitivo-individual*, Araújo (1998), observa que, Farradane⁴², constitui o exemplo dessa abordagem no campo da CI. Aquele autor parte do pressuposto de que diferentes assuntos não comportam diferentes operações de pensamento. Assim, diante da multiplicidade dos conteúdos e das linguagens ou “sistemas de significação”, ele contrapõe a unidade psicológica do processo de informação. Para Farradane, não haveria categorias “a priori”. Os sujeitos realizam simples operações de união/separação dos conceitos para elaborar representações de informação.

⁴² FARRADANE, J., Relational indexing; part. I. Journal of Information Science. V. 1, p. 267- 276, 1980.

Estas operações se fundamentam em “operadores relacionais” que são utilizados como elementos de ligação.

Segundo Araújo (1998), Farradane discorda do princípio de que o sujeito do conhecimento seja universal, no sentido de que o mesmo teria categorias e operações estabelecidas “a priori” e tenta criar uma outra interpretação para o fenômeno informacional. Entretanto, se na abordagem do sujeito universal o indivíduo

elabora a representação a partir de “princípios universais”, na abordagem do sujeito cognitivo-individual, ele o faz a partir de “princípios relacionais mecânicos”. O autor considera que a abordagem do sujeito cognitivo-individual, assim como a abordagem do sujeito universal, acabam por aprisionar o sujeito do conhecimento num universo de escolhas mecânicas ou não lhe permitem escolha, pois *já existem princípios universais que orientam as práticas informacionais do mesmo* (ARAÚJO, 1998, p. 19).

Para a autora, estas abordagens desconsideram que além do sujeito do conhecimento e da informação, existe um terceiro elemento no fenômeno informacional: a realidade, que expressa a complexidade das relações sociais de produção instadas a atender às necessidades de sobrevivência da humanidade embutidas no sistema econômico; as relações entre as instituições políticas e administrativas que compõem o sistema político-administrativo e por fim, as tradições culturais e as instituições que dão força normativa a estas tradições que formam o sistema sociocultural. Assim, devemos buscar uma abordagem que tome em consideração todos os aspectos inerentes ao fenômeno informacional (ARAÚJO, 1998, p. 19).

- ***informação como produção de um sujeito cognitivo-social:*** Para esta abordagem, o sujeito do conhecimento é também um sujeito social. Um dos fundamentos dessa abordagem é que as práticas informacionais são mediadas por um sistema de conceitos, que constituem um “modelo” de mundo para o sujeito do conhecimento. Este modelo opera como uma unidade de seleção na “filtragem” e estruturação, tanto na emissão, como na recepção da informação. Mas, como esse “modelo” conceitual se diferencia das categorias e operações estabelecidas “a priori” da abordagem do sujeito universal ou dos operadores relacionais da abordagem do sujeito cognitivo-individual? O elemento diferenciador é o ponto de vista que relaciona o sujeito do conhecimento com seu contexto social. Sobre tal perspectiva, Gómez (1984) aponta que,

uma das conseqüências destes estudos, é que essa matriz conceitual depende das experiências anteriores de um indivíduo ou grupo, sendo afetada pelos processos de socialização que recebem os indivíduos e pela vivência histórica dos grupos sociais. São, como preferimos dizer, matrizes sócio-cognitivas (GOMEZ, 1984, p. 111).

Wersig (1985) considera a realidade social em seus estudos sobre a informação. Para este autor, as práticas informacionais acontecem sempre entre sujeitos duplamente geradores e receptores de informação, a partir de um “equipamento prévio” que os capacita para a comunicação e para a ação.

Essa afirmação ajuda-nos a compreender como a informação pode ajudar para a transformação da realidade dos atores na sociedade. Ou seja, a informação, como elemento dinâmico, possibilita a transformação do estado do conhecimento e mesmo das estruturas sociais.

No entanto, segundo o mesmo autor, surge uma situação-problema quando uma incerteza se estabelece entre o sujeito (seus modelos cognitivos e seu repertório de ações possíveis) e as demandas de uma situação concreta. Nesse caso o equipamento prévio é insuficiente para resolver a situação. Para ultrapassar essa situação de incerteza, de acordo ainda com o autor, se faz necessária a informação, ou seja, se faz necessário um elemento que reduz a incerteza. Assim, para Wersig, a informação é um elemento que resolve uma situação-problema.

Na mesma linha de pensamento, Pinto (2004) citando Medeiros⁴³ e Robredo⁴⁴ destaca que o processo de apropriação da informação modifica as estruturas do cotidiano, à medida que o sujeito toma consciência de algo e decide agir ativamente para modificá-lo.

Para que as informações e os conhecimentos sejam potencializadores de mudanças, é fundamental, segundo Medeiros *apud* Pinto (2004), que os mesmos sejam trabalhados pelos atores sociais. Nesse contexto, destaca-se a

importância dos espaços de interlocução que favorecem as trocas de informações e a construção de conhecimentos, capacitando-os para o

⁴³ MEDEIROS, J. W. de M. *Informação televisiva e espaço escolar: pedagogia de participação e cidadania para o ensino fundamental brasileiro*. In: XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2000. CD ROM.

⁴⁴ ROBREDO, Jaime. *Epistemologia da Ciência da Informação e Biblioteconomia revisitada*. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia ENANCIB, 2003. CD ROM.

exercício de práticas de cidadania, com potencial de alterar as estruturas de seu cotidiano (PINTO, 2004, p. 37).

Vale destacar que, em relação à informação produzida fora das instâncias científicas e decisórias, temos, segundo Marteleto (1997) a informação veiculada pelos meios de comunicação de massa ou ainda, as informações armazenadas em bancos/bases de dados e aquelas que circulam através das redes de comunicação eletrônica. Essa dinâmica informacional faz com que os indivíduos não entrem em contato com a realidade através de sua práxis, mas pela informação veiculada por estes variados canais de comunicação. Assim a informação não seria um elemento que garante o equilíbrio dos sistemas ou que transforma os contextos sociais, mas “*um elemento que mediatiza os processos de apreensão da realidade, e as próprias relações sociais*” (MARTELETO, 1987, p. 177).

Araújo (1998), aponta Lyottard (1990) como um dos vários autores que aborda esse tema tendo em vista que aquele autor considera que no contexto pós-moderno a informação é um elemento que apresenta uma dupla significação, pois, de um lado ela mediatiza os processos de apreensão da realidade e as próprias relações sociais, mas por outro lado, ela é um elemento que adquire características de mercadoria, pois se torna indispensável à força produtiva.

Assim, a informação fica submetida às leis de mercado e ganha valor de troca. Ela se transforma em informação-mercadoria. Nesse contexto, ocorre também o que o autor chama de “decomposição dos grandes relatos”, ou seja, “*os antigos pólos de atração formados pelos Estados-nações, os partidos políticos, as instituições, as profissões e as tradições perdem o seu atrativo*” (ARAUJO, 1998, p. 28). O indivíduo parece estar só, pois se encontra privado de um significado que o possa unir historicamente a outros indivíduos. Lyottard (1990) esclarece, ainda, que tal indivíduo não está isolado, mas sim preso numa tessitura de relações mais complexas e móveis do que nunca: os nódulos dos circuitos da comunicação.

Consideramos que a visão pós-moderna proposta tanto por Lyottard, como pelos outros autores, se constitui em alternativa analítica válida para a compreensão do fenômeno informacional no campo da CI, como bem coloca Araújo.

Portanto, essas colocações sobre a informação, o sujeito do conhecimento e a função da informação no atual contexto social, a partir de diferentes abordagens, segundo Araújo (1998), nos possibilita ampliar nosso conhecimento sobre estes temas e a verificação de que a CI tem um amplo espaço analítico, no sentido de que, *“ela tem ainda muitas visões/abordagens a explorar, a utilizar na sua busca por uma maior compreensão do fenômeno informacional”* (ARAUJO, 1998, p.29).

Assim, para todos defensores modernos da CI, cuidar (analisar, classificar, ordenar, conservar e difundir) rigorosamente da informação é a garantia infalível de um maior e melhor conhecimento. *“É, afinal, a certeza legitimadora do papel social insubstituível dos profissionais da informação (bibliotecários, documentalistas, arquivistas e gestores de informação)”* (SILVA, 2003, p. 28).

Até aos nossos dias, em que a noção de informação é entendida como algo que existe desde os primórdios da humanidade, ela, enquanto problema de investigação, surge apenas no período pós-Segunda Guerra, associando ao que se convencionou chamar de “explosão da informação”. Segundo Fernandes (1995), este fenômeno, por sua vez, é identificado como tendo origem, ou como sendo problema efetivo para três instituições eminentemente modernas:

o sistema produtivo capitalista, o Estado e os serviços de utilidade pública e a Ciência. Tais instituições seriam afetadas, no que tange a seu pleno funcionamento, por uma avalanche de informações, e precisam organizar-se no sentido de geri-las de forma eficiente: a informação passa a ser um problema a conhecer e a gerir (FERNANDES, 1995, p. 27).

Vale destacar a importância histórica da comunicação verbal da informação. Com o advento da escrita, a comunicação passou de oral a escrita. Isto, segundo Le Coadic (1996), teve como consequência, para um baixo custo energético, a multiplicação da informação (cópia de manuscrito, imprensa, fotocópia) e memorizá-la, permitindo assim exteriorizar, primeiro *“nas bibliotecas, uma das funções do cérebro humano, que é a memória. Essas operações de multiplicação e memorização explicam uma boa parte do que se costumou chamar de explosão da informação...”* (LE COADIC, 1996, p. 7).

Outro aspecto que importa salientar na compreensão do fenômeno informacional são os vários estudos desenvolvidos no campo da CI, sobre os canais de comunicação e

as barreiras/constrangimentos existentes no processo de transferência de informação. Segundo Araújo (1998), teríamos, deste modo:

- *canais formais*: veiculam informações já estabelecidas ou comprovadas através de estudos. Assim compreendem: livros, periódicos, obras de referencia, artigos de literatura. Estes documentos constituem repositórios no qual uma unidade de informação é buscada para consulta e/ou aplicação prática;
- *canais informais*: caracterizam-se por contatos realizados entre sujeitos emissores e receptores de informação. Assim compreendem: trocas de correspondências, reuniões, contatos interpessoais, visitas. Estes canais desempenham funções muito importantes na produção do conhecimento pois, através deles pode-se fazer verificações no sentido de retificar as informações geradas. Assim podemos dizer que os canais informais veiculam “informações em processo”, ou seja, informações relativas, principalmente, a práticas informacionais em andamento;
- *canais semi-formais*: são caracterizados pelo uso simultâneo dos canais formais e informais.

Por tudo o que se falou sobre a informação, sobre as vantagens das novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC's), achamos justo levantar, a seguir, algumas inquietações/ constrangimentos de que as novas TIC's possam causar.

3.2.1.1.1 Constrangimentos das novas Tecnologias de Informação e de Comunicação

À primeira vista, as TIC's parecem oferecer diversas vantagens sobre os meios de comunicação tradicionais, proporcionando um ideal para a comunicação democrática. Os seus dispositivos interativos e multifuncionais oferecem novas possibilidades para a participação descentralizada. Mas, tais vantagens, em contrapartida, podem constituir grandes barreiras para aqueles que não têm acesso.

Wersig (1992) destaca as principais transformações ocorridas na sociedade contemporânea no que se refere à forma como os sujeitos sociais lidam com o

conhecimento no contexto de mudança de paradigma, tanto na dimensão filosófica como na tecnológica.

A primeira transformação, apontada pelo autor, refere-se à despersonalização do conhecimento em decorrência do desenvolvimento extraordinário das tecnologias da informação e dos meios de comunicação de massa, como banco de dados *on line*, CD-ROM, correio eletrônico, videoconferências, discos óticos, sistemas multimídia. Essas novas tecnologias possibilitam o armazenamento, disseminação e a transferência de conhecimento em quantidades crescentes, sobrepondo-se ao conhecimento personificado baseado na experiência e na tradição localizada no tempo e no espaço.

A segunda refere-se à crise de credibilidade do conhecimento desenvolvido na sociedade atual, processo que se seguiu à preocupação com a chamada explosão informacional. Isso ocorre porque a maior parte desse conhecimento não se restringe ao conhecimento científico. Difícilmente pode ser provada e, por vezes, sequer é compreendida por todos, mas precisa ser aceita pela crença nos argumentos em que se baseia. Problema que é ampliado no que se refere ao conhecimento manipulado e transformado por processamento tecnológico de dados.

Diante dessas transformações, o autor chama atenção para um dilema enfrentado pelas pessoas na sociedade. Trata-se do fato de que, com a hegemonia das novas tecnologias da informação na sociedade, o conhecimento está se tornando cada vez menos baseado na tradição e na experiência pessoal.

Estudos apontam que em muitos países africanos, por exemplo, incluindo Moçambique, a dinâmica de exclusão social de parte significativa da população, resultante das novas formas de inclusão resultantes das novas tecnologias de informação e do conhecimento dos países na economia global, funciona em escala maior. Quer dizer, quem não domina as novas tecnologias da informação e do conhecimento está “condenado” a ficar de fora.

Os mesmo estudos advertem que as novas aplicações tecnológicas, independentemente de favorecerem ou dificultarem a democracia, devem ser pensadas de maneira associada com os elementos sócio-históricos próprios dos

atores sociais, e com os procedimentos da comunicação estabelecidas entre os sujeitos comunicantes concretos.

Associadas aos constrangimentos ora apresentados, as seguintes barreiras, amplamente estudadas pelos autores citados anteriormente reduzem igualmente a eficiência do processo de transferência de informação e, conseqüentemente, reduzem o uso e a efetividade da informação. Assim, Araújo (1998) as sintetiza da seguinte forma: (a) *barreiras interpessoais* que existem entre usuários e intermediários dos serviços de informação; (b) *intraorganizacionais*, causadas pelas diferentes posições hierárquicas no âmbito das organizações; (c) *geográficas*, que favorecem a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação; (d) *ideológicas*, que ocorrem entre grupos sociais de uma mesma sociedade, mas que possuem ideologias diferentes; (e) *econômicas*, que se baseiam no fato de que a informação tem adquirido valor de propriedade privada para seu produtor e seu acesso/uso dependem do poder ou de negociações com seu produtor. Existem ainda (f) as *barreiras legais*, representadas pelas restrições estabelecidas ao acesso/uso da informação, especialmente a informação tecnológica- aplicável a produção de bens e serviços; (g) *barreiras de tempo*, que, segundo Araújo (1998), atuam no fenômeno informacional através de dois aspectos: por um lado, pelo fato de que a informação envelhece - torna-se obsoleta como bem cultural ou de produção - o que obriga o usuário a estar atento à oferta de conhecimento, de modo a encontrar novos dados que complementem seu conjunto de informação; por outro, pelo fato de que, freqüentemente, muito tempo é gasto entre a produção de informação e sua disseminação por um meio de comunicação eficiente; (h) *barreiras financeiras*, segundo as quais a informação, enquanto mercadoria, tem um preço relativo ao seu custo e à demanda de mercado. Há ainda (i) *barreiras de capacidade de leitura*, que se relacionam com a capacidade do usuário de informação de selecionar e ler o material relevante para atender suas necessidades.

É pertinente ressaltar que, qualquer que seja o canal utilizado, sempre existirão barreiras para dificultar o trânsito da informação entre os indivíduos. Entretanto, o avanço das novas TIC's está fazendo com que as barreiras de natureza física diminuam, mas as de natureza psicológica, essas, ainda persistam. Tais barreiras, no

dizer de Araújo (1998), são inerentes à própria natureza dos sujeitos sociais uma vez que “*envolvem questões emocionais e de limitações mentais*” (ARAÚJO, 1998, p. 32).

3.2.1.1.2 *Por uma Sociedade da Informação no contexto de Moçambique*

Constitui objetivo desta parte do trabalho, analisar, no contexto moçambicano, a questão da Sociedade da Informação, os meios através dos quais a informação é disseminada ou feita circular, bem como, em que condições e meios é disseminada, e a quantidade de pessoas que recebem ou têm acesso a essa informação.

O conceito de 'Sociedade da Informação' (SocInfo) emerge nos meados dos anos 60/70, consolidando-se durante a década de 80. Para Lyon (1994),

[...] a idéia de sociedade de informação não é inteiramente nova. Tem as suas raízes na literatura do 'postindustrialismo', a noção científica social popular dos anos 60 e 70 que prenunciou o fim da era capitalista industrial e a chegada de uma sociedade de 'serviço' e de 'laser' (LYON, 1994, p. 2).

A definição mais comum de Sociedade de Informação põe ênfase nas espetaculares inovações tecnológicas. A idéia-chave é que estes progressos fenomenais no processamento de informação, armazenamento e transmissão conduziram a uma aplicação de tecnologias virtualmente em todos os cantos da sociedade.

Portanto, hoje, é economicamente possível pôr computadores no lugar dos datilógrafos, em carros, cozinhas, relógios, máquinas de fabricas, televisões, brinquedos das crianças, entre outros. Isto, no dizer de Webster (1997), significa que o ser humano passa a estar cada vez mais dependente da tecnologia, quer seja em casa, no serviço, no transporte, público ou privado; em todo o lado onde estiver, estará dependente de tecnologia de informação e de comunicação tornando-a, deste modo, como importante fator de inserção social, quer seja através da produção ou na dinâmica da sua própria elaboração.

Apesar de alguns estudiosos, nomeadamente, Naisbitt⁴⁵ citado por Flecha (1996), considerarem que a Sociedade da Informação é mais democrática e igualitária que a Sociedade Industrial em virtude de esta última se caracterizar pelo predomínio do material, que está muito desigualmente distribuído, na sociedade da informação predomina o mental, e *“todos temos uma cabeça para processar a informação”* (FLECHA, 1996, p. 34), não nos parece ser tão linear essa colocação na medida em

⁴⁵ NAISBITT, J. *Global paradox*. London: Nicolas Brealey Publishing, 1994.

que não basta apenas “*termos cabeça para pensar*”, é, também, necessário que tenhamos condições econômicas.

Flecha, contra-argumentando tal pensamento, exemplifica com o próprio Naisbitt que, para o ingresso a uma das suas palestras custou, em Barcelona, quase 200.000 Pesetas (cerca de 1.200 Euros). Ora, todas as pessoas “*têm uma cabeça, porém nem todas dispõem deste dinheiro para terem acesso a essa informação privilegiada que ele possui*” (FLECHA, 1996, p. 35).

No momento atual, para que o sujeito “social” tenha pleno exercício da cidadania, exige-se que tenha qualificação, que se recicle, adquirindo o conhecimento técnico exigido pelo momento histórico. E para que sejam aproveitadas todas as vantagens econômicas e sociais do progresso tecnológico e melhorada a qualidade de vida dos cidadãos, é tarefa da sociedade da informação, assentar nos princípios da igualdade de oportunidades, participação e integração de todos, o que só será possível se todos tiverem acesso a uma quota parte dos novos serviços e aplicações oferecidos pela sociedade da informação.

A UNESCO, sentindo os constrangimentos que as TIC's possam trazer para as sociedades desfavorecidas, observa que uma Sociedade da Informação aberta e universal somente poderá se desenvolver e subsistir se ela for baseada em princípios políticos fundamentais e que sejam compreendidos por todos.

Portanto, o acesso universal a todos os novos serviços de informação e mídia é, em muitas mentes, o mais importante desses princípios e está implicitamente incorporado à Declaração Universal dos Direitos Humanos, particularmente o Artigo 19, que trata da liberdade de expressão, e o Artigo 27, relacionado à liberdade de acesso à informação e proteção da segurança e privacidade dos usuários.

O Livro Verde sobre a Sociedade da Informação em Portugal, por exemplo, é muito explícito acerca dos riscos que corre a democraticidade na era das redes:

O caráter democrático da sociedade da informação deve ser reforçado. Por isso, não é legítimo abandonar os mais desprotegidos e deixar criar uma classe de info-excluídos. É imprescindível promover o acesso universal à

info-alfabetização e à info-competência (Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, Maio, 1997).

É verdade que estamos vivendo a “Sociedade de Informação”, construída com base nas tecnologias da comunicação e da informação, fluindo através de velocidades e quantidades inimagináveis e representando uma profunda mudança na organização da Sociedade e da Economia. Essas tecnologias de comunicação e informação estão adentrando na sociedade de modo a facilitar a recepção, o uso e a geração dessas informações.

No entanto, segundo Silva (2001), a realidade que se apresenta é "*a apartação de uma vasta gama da sociedade nesse contexto sócio-cultural*" (p. 68), em que elementos como, Interatividade, Interconectividade, Cibernética, Internet, e-mail e tantos outros aparatos da sociedade eletrônica ficam à margem do conhecimento das classes subdesenvolvidas, o que acarreta uma série de implicações, destacando-se um crescimento de *info-excluídos*, desemprego e marginalização de acesso a tais benefícios por parte da sociedade.

Nesta realidade, a educação desempenha, logicamente, um papel importante na aquisição desses aparatos tecnológicos. Pensar a educação na Sociedade da Informação exige considerar um leque de aspectos relativos às tecnologias de informação e comunicação, a começar pelo papel que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como uma das prioridades principais.

Cumpre-nos afirmar que para o caso de Moçambique, ainda não existem análises teóricas sobre a questão da Sociedade da Informação no contexto moçambicano.

Vale, contudo resgatar alguns dados que nos podem ajudar a inferir sobre o assunto. A conquista da independência (1975) não trouxe alterações dramáticas ao perfil da economia de Moçambique. Segundo Mabunda (2005), o país continuou com a sua infra-estrutura comunicacional mais a servir os países do interior e a produzir matérias-primas para a exportação.

De acordo com o autor, a rede de cobertura de transportes e comunicações não fugiu a essa precariedade. A rede viária é bastante pequena, muito diminuta, cobrindo essencialmente as urbes e estabelecendo alguma ligação entre elas. Não responde às necessidades populacionais, econômicas ou de desenvolvimento de Moçambique. A maioria das vias rodoviárias do país que, na altura da proclamação da independência eram de terra batida, nos dias de hoje permanecem na mesma situação. As asfaltadas, essas, eram/são numa ínfima parte.

Em termos de ligação do país, o grande meio de transporte dos moçambicanos, à escala nacional, eram os próprios pés, na altura da independência e atualmente, esta situação ainda se verifica em grande medida, devido, não somente à falta de vias de acesso, mas à falta de capacidade financeira para apanhar o precário transporte. O maior dinamismo em termos de oferta de transporte situa-se nas rotas urbanas e interurbanas e menos das zonas urbanas para as rurais.

O telefone que na época colonial não era de conhecimento de muitos nativos, hoje, se o é, a cobertura é bastante pobre.

Perante este quadro, fica subjacente que, em Moçambique, hoje em dia, o discurso oficial sobre o acesso do povo à informação se mostra insignificante, como bem afirma Mabunda (2005). Para este autor,

nada se diz sobre a problemática de acesso do povo à informação, ou diz-se muito pouco. Somente a última Constituição⁴⁶, em vigor desde Fevereiro de 2005, é que já elabora de algum modo satisfatório. Mas falta vigor na disposição (MABUNDA, 2005, p. 64).

Entendemos que, aquilo que o Livro Verde de Brasil chama de “Universalização de serviços para a cidadania”, enquadra-se, igualmente, na situação moçambicana, para a inserção nas atividades democráticas. Para o Livro Verde de Brasil, o conceito de Universalização,

para além de ter um carácter evolutivo decorrente da velocidade do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, deve também, abranger o conceito de democratização para permitir que as

⁴⁶ O Artigo 48, sobre Liberdades de expressão e informação veicula o seguinte: “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação” (Constituição da República de Moçambique, 2004, p. 14).

peçoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede (Livro Verde- Brasil, 2000).

Assim, os elementos desta discussão tornam patente a relevância de se efetivar o debate em termos de cidadania, a fim de que se possa avançar na constituição da mesma no âmbito de Moçambique.

3.2.2 Cidadania

O homem, a partir do momento em que toma consciência de um processo de opressão, inicia um movimento em busca de liberdade de expressão/ação que se denomina de conscientização. Só o homem é capaz de assumir seu destino conscientemente; destino que é também o de seus semelhantes e do mundo. Assim, o homem é um ser aberto, insatisfeito, não completo, que aspira e busca sempre melhores condições de existência. Perante isso, o homem não aceita *conscientemente* condições subumanas de vida. O desejo de libertar-se de estruturas sociais que não o permitem viver uma vida verdadeiramente humana é o passo inicial no processo de conscientização, cujo desenvolvimento culmina na busca por direitos de cidadania.

Os direitos de cidadania são elementos que estimulam e orientam o sujeito social em sua luta por condições dignas de existência. Mas, em que consiste a cidadania? O que significa ser cidadão?

Não é fácil “conceituar cidadania”, sobretudo, se tivermos em conta o percurso histórico do seu entendimento.

A palavra cidadania é derivada de cidadão que vem do latim *civitas*, que, à semelhança da *polis*, que vem do grego, ambas significando cidade. No Ocidente, a sua evolução esteve dependente, quase sempre, do “perfil do homem” que devia prevalecer na sociedade. Em função desse perfil, definiu-se o projeto educativo, foi organizado o desenvolvimento da economia e foram traçadas as linhas mestras da política. Com isso, na época greco-romana prevaleceu o “homem político”; na Idade Média prevaleceu “o religioso”; durante o Renascimento o “cortesão” estava no centro da sociedade; o homem culto no século XVIII. Para o Iluminismo, a cidadania esteve mais ligada à classe burguesa. No entanto, foi a partir desse período que a consciência de cidadania foi-se consolidando até chegar à consciência da igualdade dos homens, que mais tarde justificou a Revolução Francesa, de que iremos falar mais adiante.

Voltando ao conceito de cidadania, para compreendermos a natureza e sua evolução nos contextos sociais, tomemos como referência, o sociólogo inglês Marshall (1967), que aponta três direitos como constitutivos da cidadania:

- **Direitos civis**, dizem respeito aos direitos do indivíduo na sociedade e referem-se à liberdade individual, ou seja, são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual;
- **Direitos políticos** são assegurados pelos direitos civis e estão relacionados ao exercício do poder, através do voto ou da representação política. É a participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral, quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está a falar. É possível haver direitos civis sem direitos políticos, o contrario não é viável. Nesse sentido, Carvalho (2004) acrescenta dizendo que sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, *“os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos”* (CARVALHO, 2004, p.10).
- Os **direitos sociais** devem garantir o bem-estar social e, conseqüentemente, a dignidade humana. Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde à aposentadoria. A garantia da sua

vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo.

Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social.

Mas, tomando a cada um desses direitos de forma isolada, nota-se que eles não são oferecidos com equidade e percebe-se que a cidadania não é a mesma em todos os níveis sociais, e sim múltipla, variando conforme classe social, categoria profissional, raça, gênero e outras variáveis que indicam grupos humanos.

A expressão cidadania vem sofrendo alterações ao longo do tempo, resultantes das pressões exercidas pelos excluídos de seus direitos ou forçada pelos vários modelos dos países em que estiver a ser evocada.

Assim, no sentido moderno, encaramos cidadania como um conceito derivado da Revolução Francesa (1789) para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. Estão caracterizados neste conceito, os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que foram proclamados através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A concepção de que o ser humano é portador de direitos universais, que antecedem a instituição do Estado é uma das bases desse texto, que acabou por influenciar outro texto - a Declaração dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas (ONU), promulgada em 1948⁴⁷. Assim, o primeiro artigo desse texto coloca que: *“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”*, embora, como contrastado por Arendt (1997) que, na verdade, os homens não nascem iguais, mas tornam-se iguais como membros de uma coletividade, em virtude de uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais, o que nos faz ressaltar a idéia de que a igualdade não é algo dado, mas sim, algo construído, elaborado convencionalmente pela ação dos homens, enquanto cidadãos, na comunidade política; ação essa que se caracteriza pela capacitação do

⁴⁷ Anexo VI.

cidadão a participar da vida da cidade particularmente, e extensivamente, da vida na sociedade.

Covre (1991), como que corroborando com a visão de Arendt (1997), acrescenta que a cidadania é o próprio direito à vida no seu sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do homem no universo.

Cabral (1995), coloca que o centro do pensamento democrático se encontra fundado

na soberania do povo, sendo que sua realização concreta se dá através da participação popular, num processo em que os cidadãos exercem funções públicas para expressar a vontade majoritária do interesse coletivo e para controlar permanentemente os agentes estatais (CABRAL, 1995, p. 37).

Vale ressaltar, no entanto, que, ultimamente, a palavra cidadania tem sido evocada em referência ao homem comum, ao ser humano de uma forma geral. Todos acabam se acostumando com ela e com a idéia de ser cidadão. Esse fato leva a que muitos estudiosos questionem o seu impacto, formulando as seguintes indagações: somos todos cidadãos? E de forma indistinta para todos?

Carmo e Andrade Neto (2003), consideram que, para a primeira questão de certa forma, a resposta é sim. Mas para a segunda, entendem que não. De acordo com esses autores, a cidadania não se apresenta de forma *una* em todas as situações e para todas as pessoas. O termo cidadão agrega a si valores diferentes em momentos distintos da história, até chegar ao sentido que atualmente tem.

A educação formal, por exemplo, é um direito social indispensável a qualquer cidadão, sendo a principal forma de ascensão social e de preparo para o exercício da cidadania e para a qualificação profissional, condizendo com a concepção corrente de que *“só quem sabe ler e escrever é capaz de agir politicamente, de participar, de ser livre, responsável, consciente- de ser Homem histórico e político: de ser cidadão”* (SOARES, 2004, p. 55), embora, como tentaremos demonstrar, tal concepção está eivada da ocultação dos reais determinantes não só da exclusão da cidadania, mas também da construção da cidadania.

Nesse sentido, no dizer de Soares (2004), é preciso fugir a uma interpretação linear dos dois termos (Educação e Cidadania), atribuindo-lhes uma relação causa-consequência, em que

a construção da cidadania seja vista como dependente da alfabetização; esta deve ser entendida como um componente, entre muitos outros, da conquista, pela população, de seus direitos sociais, civis e políticos (SOARES, 2004, p. 57).

Entretanto, podem-se identificar, no mínimo, duas formas de educação: uma pública e outra privada. A primeira atende a demanda das classes populares e a segunda atende as classes superiores—oferecendo serviços de qualidade a quem possa pagar por eles. O mesmo ocorre com a saúde, em que há hospital público para pobres e hospital privado para ricos. Idêntica é a situação de todos direitos básicos e fundamentais à cidadania, que são oferecidos de formas diferentes, com base na renda dos clientes usuários.

Para Carvalho (2004), há uma exceção na seqüência de direitos anotada por Marshall. Trata-se da educação popular. Ela é definida como direito social, mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos. A educação popular

permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos a construção da cidadania civil e política” (CARVALHO, 2004, p.11).

Achamos pertinente, nesta questão sobre as formas de educação, fazer referência aos termos “público”, “esfera pública”, “vida pública”, termos esses relacionados com o conceito de cidadania e que muitas vezes são usados como significando a mesma coisa. Segundo Habermas (1984), o termo “público” é também usado para significar tudo aquilo que é acessível a qualquer pessoa, podendo dispor da “coisa pública” como apeter (HABERMAS, 1984, p. 14).

Interessa-nos refletir sobre o alcance da “esfera pública” ou da “vida pública” e entendermos o significado do Estado como “poder público”. Seria pertinente, para isso, começarmos pela diferenciação entre a *esfera doméstica*, a *esfera privada* e a *esfera pública*, com os correspondentes *poder doméstico*, *poder privado* e *poder público*.

A esfera doméstica não é de domínio privado nem público_ muito menos o poder daí decorrente. Esta esfera tem no seu centro a *família*.

Para Habermas (1984), a esfera privada está geralmente associada à esfera econômica_ que tem no seu centro a propriedade privada_ que se desenvolve dentro das leis de mercado. Esta esfera funciona nas condições da mais ampla liberdade de mercado e da concorrência. Na sua reflexão sobre as estruturas sociais da esfera pública, Habermas (1984, p. 45-46) observa que, enquanto o setor público se limita ao poder público, *“no setor privado também, está abrangida a ‘esfera pública’ propriamente dita, pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas”* (HABERMAS, 1984, p. 46).

Essa associação da esfera privada à esfera econômica de que Habermas (1984) se refere pode ser percebida na atual sociedade moçambicana— cuja economia procura reger-se pelas leis do mercado livre quer, por razões de sobrevivência, quer, pelo contributo que dão a sociedade— conforme observado por Mazula (2001). Nesse caso, as instituições privadas lutam junto do Governo, buscando também regalias das instituições públicas, apresentando-se como pertencentes à esfera pública.

Podemos inferir, assim, que, a esfera pública só o é na medida da *inclusão*, ou seja, da *participação* do cidadão nessa esfera e a sua exclusão denuncia a marginalização social. Isso é tal que, o “público dos cidadãos” se justifica na origem da organização do Estado de Direito e no seu funcionamento se constitui no autêntico “público pensante”.

Segundo Mazula (2001), este público pensante é a sociedade civil. Portanto,

não há um Estado, ou seja, não se constitui uma esfera pública sem cidadãos. Quanto mais os cidadãos se constituem em público pensante, ou seja, em sociedade civil forte, mais se consolida o Estado de Direito (MAZULA, 2001, p. 21).

Ainda sobre a natureza e evolução do conceito de cidadania, Scherer-Warren (1995) acredita, porém, que a cidadania é algo a ser conquistado. Esta conquista realiza-se em vários níveis, assim por ela destacados:

1. Conquista de novos direitos e de incorporação dos chamados direitos de terceira geração (de gênero, ambientais, étnicos, etc.);
2. Reconhecimento do direito de ter direitos, principalmente entre determinados setores da sociedade, como entre os denominados ‘excluídos sociais’;
3. Cumprimento dos direitos, das leis estabelecidas e não observadas (SCHERER-WARREN, 1995, p. 4).

O pronunciamento de Scherer-Warren sustenta o que Marshall (1967) citado por Carvalho (2004), afirma, referindo-se ao caso inglês, segundo o qual a cidadania desenvolveu-se na Inglaterra com muita lentidão. Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII; depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos; finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Segundo aquele autor, esse processo não se trata de seqüências apenas cronológicas: ela é também lógica.

Numa analogia com a construção da cidadania dos países da África, nota-se que, a partir, sobretudo, da Conferência de Berlim (1884-1885)⁴⁸ o Homem africano vem lutando pela cidadania e pelos seus direitos humanos. A África lutou contra o sistema da dominação colonial, conquistando, primeiro, as Independências nacionais_ passo importante para a conquista dos outros direitos, ou seja, em busca da cidadania.

Para Mazula (2001), a categoria de cidadania é, fundamentalmente, uma relação do *homem- cidadão* com o Estado, o mercado e a comunidade. O autor, citando Touraine⁴⁹, observa que o termo cidadania refere-se diretamente ao Estado Nacional. Porém, na história da África, o objetivo imediato das lutas de libertação não era o Estado nem o mercado. Esta categoria

vai-se impondo e refinando à medida que se vai sentindo a necessidade de clarificação e organização do Estado e da definição das opções econômicas no período pós-independência. Isto revela, historicamente, a natureza dinâmica da categoria cidadania (MAZULA, 2001, p. 16).

⁴⁸ Cf. MAZULA, 2000, p. 94.

⁴⁹ TOURAINE, Alain. *O que é Democracia?* Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Retomando a evolução do conceito de cidadania, Vieira (1997), observa que a construção da cidadania moderna, como a que é proposta por Marshall, enfrentou três problemas que a diferenciaram da cidadania antiga.

[...] O primeiro problema é o da edificação do Estado, a separação das instituições políticas e da sociedade civil no interior de territórios mais vastos, com população muito mais numerosa do que a das repúblicas antigas. Lembremo-nos de que na Atenas dos séculos 5 e 6 A.C., o número de cidadãos oscilava entre 30.000 e 60.000. O segundo problema é o regime de governo. O ideal republicano, ambiente propício a cidadania moderna, só se realiza em governos democráticos ou em governos mistos, onde existe um certo arranjo entre a aristocracia e a democracia, como ocorreu nas cidades gregas. Ora, o ideal republicano da modernidade foi retomado em meio a sociedades que, em sua maioria, possuíam governos monárquicos e aristocráticos. O terceiro problema é que a sociedade pagã, politeísta e escravagista da Antiguidade nunca inscreveu o Homem no direito: os direitos humanos são inexistentes. A escravidão é incompatível com os princípios cristãos da dignidade igual dos homens perante Deus e com os direitos do homem que surgiram no século 18 no bojo das Revoluções Francesas e Americanas (VIEIRA, 1997, p. 29).

Assim, essas três questões— do Estado, do Governo e do Homem obrigam os modernos a redefinirem a cidadania diferenciando-se da cidadania antiga por esta se ampliar e se estender a um número maior de membros de uma mesma nação.

Para Araújo (1998), as categorias que estruturam o conceito de cidadania apresentadas por Marshall (1967) representam uma visão liberal da cidadania. De acordo com a autora, existem outras visões, tais como a visão do “*Welfare State*”, cuja prática se concretiza nos países mais desenvolvidos economicamente. “*Neste tipo de prática de cidadania, entende-se o êxito material (emprego, renda, consumo, liberdades democráticas, direitos sociais) como o verdadeiro exercício da cidadania*” (ARAÚJO, 1998, p. 9). A autora apresenta ainda uma terceira visão de cidadania, que considera a sociedade dividida em duas classes: a dominante e a tutelada.

À primeira caberia encaminhar os processos de desenvolvimento da sociedade, e à segunda, caberia seguir os passos estabelecidos pela primeira. Um dos processos a serem encaminhados pela classe dominante é o da cidadania. Este processo se dá principalmente através de políticas sociais assistencialistas que apenas reforçam a condição de dependência dos indivíduos. Esta é uma visão conservadora de cidadania (ARAÚJO, 1998, p.10).

De maneira ampla, pode-se definir a cidadania como o conceito que expressa o conjunto de direitos e deveres do indivíduo no contexto da sociedade.

Demo (1992) elaborou uma definição que ressalta o caráter de ação política inerente ao mesmo. Segundo este autor, a cidadania é

o processo histórico de conquistas populares, através dos quais a sociedade adquire progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar um projeto próprio de desenvolvimento social. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia de marginalização (DEMO, 1992, p.17).

A partir da definição de Demo, apreende-se que a base prática do conceito de cidadania se apóia nas ações organizadas por grupos sociais, ou seja, na sociedade civil organizada cuja base teórica se apóia na crença da igualdade de todos os homens perante a lei e o reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras inalienáveis de direitos e deveres.

Assim, ser cidadão significa poder gozar plenamente de direitos civis, políticos e sociais, ou seja, ter direito a um emprego e a um salário capazes de garantir um padrão de vida digno e ter acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade. É, também, poder votar e ser votado, opinar, **informar e ser informado**, poder participar com liberdade e consciência crítica, ter capacidade de intervir nas decisões que dizem respeito aos interesses individuais e coletivos. Ser cidadão significa ser sujeito emancipado.

Porém, a emancipação, por sua vez, seria “(...) *a competência teórica e prática de formular e executar projetos próprios de desenvolvimento*” (DEMO, 1990, p. 17). A emancipação não é possível sem a construção de um espaço próprio de atuação que, por sua vez, se confrontará com outros espaços já constituídos. Assim, de acordo com Demo (1990), tanto a emancipação como a cidadania, podem ser compreendidos como conceitos inter-relacionados e podem ser caracterizados como processos de confronto entre iguais e desiguais (no sentido de excluídos).

Mas como se constrói a emancipação e a cidadania? Como o individuo se torna cidadão? Como se aprende a ser cidadão?

Conforme Jelin (1994)⁵⁰ citada por Araújo (1998), para se chegar a ser cidadão/cidadã ativos/ativas e responsáveis é necessário contar com oportunidades e

⁵⁰ JELIN, E., *Construir a cidadania: uma visão desde baixo*. Revista Lua Nova, nº 33, p. 39-57, 1994.

espaços que permitam (e promovam) o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades e idéias muito especiais, ou seja, “*a cidadania é uma prática que se aprende através da participação em experiências concretas. É uma prática educacional*” (ARAUJO, 1998, p. 41).

A emancipação de que Jelin se refere dá-se através do agir comunicativo. Este, por sua vez, se constrói num contexto amplamente democrático, onde todos os participantes detêm os mesmos direitos de se manifestarem, desde que seja de modo argumentado, ou seja, através de um agir comunicativo. Este tipo de agir comunicacional baseia-se na oportunidade de discurso para todos os sujeitos sociais, bem como, no amplo acesso às informações pelos mesmos.

Por outro lado, conforme Araújo (1998), a construção da cidadania passa por duas áreas de fenômeno. Assim, por um lado temos um processo de aprendizagem (prática educacional) de direitos e deveres, por outro lado temos a criação de um quadro institucional democrático, tanto ao nível das estruturas do Estado, como ao das outras instituições da sociedade civil. Em relação ao aprendizado dos direitos/deveres, as questões a serem analisadas seriam: que direitos tem o cidadão/cidadã? Quais são seus deveres/responsabilidades?

Esse processo, para Araújo (1998), implica em um duplo exercício, no qual simultaneamente o indivíduo reconhece quais são as responsabilidades em relação a ele próprio— *seus direitos*, e ao mesmo tempo aprende, quais são as suas responsabilidades em relação ao outro- *seus deveres*.

No entanto, para Benevides (1991), a formação da cidadania pode ser feita no sentido formal e informal. No sentido formal, processa-se através do sistema regular de ensino, escola, ensino fundamental, ensino universitário, etc. No sentido informal, através de participação em movimentos sociais, de associações, das ONGs, de partidos políticos em seus programas de formação entre outros. Enfim, através da participação popular, em que devem surgir os “*canais institucionais para a intervenção direta na atividade de produção das leis e de políticas governamentais*” (BENEVIDES, 1991, p. 12).

Cabral (1995), concordando com Benevides considera que ela, a participação popular, é, com certeza,

a melhor forma de educação política e de exercício democrático da cidadania, sendo o caminho legítimo e eficaz para influir nas decisões e propor, como direito, políticas que visem a transformação do que é injusto, do que é objeto de diferenciação social (CABRAL, 1995, p. 36-37).

Já, Rocha (1999) considera que a construção da cidadania realiza-se através do conhecimento do mundo, adquirido, formal e informalmente, a partir das experiências e do convívio em sociedade, pelas trocas lingüísticas. Para esta autora, a construção da cidadania é fruto de um processo sistemático de formação intelectual e moral do indivíduo.

Rosário (1996) acrescenta ao conceito de cidadania a dimensão psicológica que, segundo ele, *“permite ao indivíduo considerar-se membro da sua cidade, saber quem é e o que deve fazer e ainda que lugar ocupa”* (ROSARIO, 1996, p. 14).

Turner (1990) define duas tradições de cidadania: a passiva (que é o resultado da obtenção da mesma, via Estado) onde o Estado gere o espaço público, mantém a iniciativa de mudança e vai incorporando aos poucos os cidadãos à medida que vai ampliando os seus direitos; e a ativa (que é a obtenção da mesma como resultado de uma luta pelos direitos civis, políticos e sociais).

Como se pode notar, existem várias concepções de cidadania. Por tudo o que se falou, achamos pertinente notar que o desenvolvimento do conceito de cidadania, com base nos elementos apontados, tanto por Marshall, como por outros teóricos, até nossos dias, atravessou e atravessa fases diferentes nos diversos países. Esses elementos ora se fundem, ora se confundem, ora se distanciam e até desaparecem, em função do momento histórico de cada povo e nação.

3.2.2.1 Conceito de cidadania sob ponto de vista moçambicano

Várias são as interpretações que o lexema *cidadania* tem na sociedade moçambicana. Ngoenha (1998), prefere usar os termos *moçambicanidade*, *afirmação nacional*, para descrever atos relacionados com a cidadania. Para o autor,

a identidade moçambicana é, de certa forma, uma herança que herdamos da coragem e da valentia de muitos homens e mulheres que lutaram, que se sacrificaram e dos quais muitos morreram pela nossa independência, pela nossa soberania, pela nossa liberdade. Exatamente por isso, a moçambicanidade é, também e, sobretudo, um dever e uma tarefa: dever de conservar a liberdade e a soberania duramente conquistadas; tarefa de as consolidar e de as incrementar para as gerações futuras (NGOENHA, 1998, p. 17).

O pronunciamento de Ngoenha evidencia que, sendo Moçambique um país independente do colonialismo português desde 1975 e recém democrático (1992), o mesmo, ainda se encontra no processo de construção e consolidação da nação, manutenção da unidade nacional, do norte ao sul, o que se supõe ser a razão do provável cuidado em usar-se os termos *moçambicanidade*, *identidade nacional*, *afirmação nacional*, em vez do lexema *cidadania moçambicana* que, aliás, pelo conceito, nos parece desembocar nos mesmos propósitos, embora, como sugerido por Ngoenha (1998), o termo *identidade* seja muito ambíguo.

Para o autor, o termo identidade pode significar o conjunto de características específicas de um ser, que fundamenta a sua personalidade e o torna irreduzível a um outro. Assim,

cada homem possui uma existência jurídica materializada pelo bilhete de identidade onde estão escritos, o seu nome, apelido (sobrenome), idade, lugar de nascimento, sexo, etc. Neste sentido, cada ser é único” (NGOENHA, 1998, p. 28).

Mas a identidade de que nos referimos ser evocada, é unificadora. É o conjunto de traços que fazem com que dois seres se pareçam. Enquanto no primeiro sentido, identidade significa singularidade, individualidade, aqui ela é sinônimo de semelhança. Este é o tipo de identidade que interessa ao saber histórico (NGOENHA, 1998).

A questão de cidadania moçambicana deve ser vista tendo em conta a história do país. Sendo Moçambique, um país resultado da dominação colonial portuguesa, a diversidade étnica é conflituosa, afetando diretamente o entendimento do conceito de cidadania, de tal forma que, os moçambicanos transfronteiriços vivem quase sempre num dilema, pois acabam não sabendo a que realidades efetivamente pertencem, por partilharem, com os cidadãos dos países vizinhos, não só a mesma língua, como também a mesma cultura.

Para Hedges (1999), no período colonial, de um modo geral, ser cidadão significava ser assimilado, isto é, saber falar português, saber sentar-se à mesa, ter o 4º nível de escolaridade, entre outros. Muito embora a maior parte da população não reunisse esses requisitos o governo colonial apenas considerava cidadãos os assimilados. "*Os demais ainda eram considerados indígenas*" (HEDGES, 1999, p. 13).

Faife (2003), aponta que parte significativa destes assimilados acabou sendo a precursora da revolução moçambicana, em vários sentidos (social político e cultural). Daí que a "*eles se delegue a paternidade da cidadania moçambicana*" (FAIFE, 2003, p. 2). Para a autora, neste período a cidadania estava vinculada aos propósitos da administração colonial.

Com a criação da Frelimo (1962), e o início da luta armada (1964), os indígenas e alguns assimilados, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de comungar os mesmos ideais, lutando por uma causa comum, na esperança de poderem viver num país livre e sentirem-se cidadãos em toda a sua plenitude.

De acordo com Faife (2003), houve aqui uma mudança significativa onde "*os indígenas tiveram que aceitar uma entidade abstrata, a pátria, como objeto de lealdade suprema, acima da família e de outros grupos primários*" (FAIFE, 2003, p. 2). Este, segundo a autora, já era um ingrediente mais do que crucial para a criação da cidadania. A Frelimo era, para os indígenas (de ora em diante moçambicanos), o "*seu representante único e legítimo, o aglutinador de todas as aspirações e vontades, enfim o único veículo para a obtenção da cidadania*" (*Ibidem*, p. 3). O surgimento de um inimigo comum despertou sentimentos de patriotismo nunca antes vistos. Não se questionava aqui o que era ser cidadão, quais os direitos e deveres, mas a pátria acima de tudo.

Quando o país se tornou independente em 1975, a Frelimo declarou, como prioridades: a eliminação dos vestígios coloniais, das formas de poder tradicional, que passaram a ser consideradas supersticiosas⁵¹ e a formação do homem novo com base numa orientação socialista.

⁵¹ A Frelimo banuiu oficialmente as Autoridades Tradicionais (em parte por terem colaborado com o governo colonial) e os elementos substantivos da cultura tradicional, por serem tidas como retrógradas (FAIFE, 2003).

Porém, a formação do ‘homem novo’ não ocorreu de forma pacífica, como a Frelimo almejava, de modo que alguns moçambicanos dissidentes⁵² revoltaram-se e formaram a Renamo, como referimos anteriormente.

Para Faife (2003), a guerra civil significou uma ruptura com o sentido de cidadania que havia despontado apenas como um esboço. Nesta altura,

passaram a existir cidadãos dentro do horizonte da Frelimo e outros que, sendo moçambicanos, reivindicavam a sua cidadania pela força das armas. Houve aqui uma fissura e os moçambicanos que se encontravam dentro do território controlado pela Frelimo, sentiam-se cidadãos de acordo com os ideais da Frelimo. A outra parte constituía uma espécie de não-cidadãos (FAIFE, 2003, p. 3).

A partir de 1986 a Frelimo passou a agregar nos seus discursos a reintegração das autoridades tradicionais, a abertura de um espaço de diálogo entre as diversas sensibilidades_ nesta altura ainda considerava a Renamo como bandidos armados (*Ibidem*, p. 3).

Em 1990 entrou em vigor a nova Constituição que reza o direito à participação dos cidadãos na vida política, o direito a livre associação, etc. De acordo com Faife (2003), a nova Constituição foi, para muitos moçambicanos, a "*grande oportunidade de, pela primeira vez, participarem ativamente na vida política, formar grupos de interesse ou, até mesmo, voltar a acreditar num Moçambique onde se pudesse consolidar a democracia*" (*Ibidem*, p. 4).

Em 1994, com a realização das primeiras eleições livres e multipartidárias, o moçambicano, que não conhecia o voto secreto e direto, sentiu-se livre e ao mesmo tempo desordenado, por se confrontar com uma nova realidade⁵³.

Faife (2003), considera que, para alguns moçambicanos, este poderá ter sido um dos grandes momentos de questionamento da sua cidadania enquanto fator psicológico. Isto é, "*enquanto consciencialização dos seus direitos e deveres*". Para a autora, a guerra acabou favorecendo a solidificação da cidadania passiva, uma vez que "*todo o esforço do Estado visava eliminá-la, fazendo, uma vez mais, com que a população partilhasse os ideais comuns, isto é, do fim da guerra como pressuposto para a liberdade e a democracia*" (FAIFE, 2003, p. 5).

⁵² Uma parte dos dissidentes resultou da decretada destruição dos valores tradicionais (FAIFE, 2003).

⁵³ No período de ‘construção do homem novo’, existia o voto popular, mas este era de braço no ar, o que provocava constrangimentos na população (FAIFE, 2003).

Assim, de acordo com a autora, em Moçambique, a cidadania foi construída de cima para baixo, isto é, foi construída uma cidadania passiva e/ou *Estado-cêntrica*. Tal passividade resulta de vários fatores. Entre eles a autora aponta:

a delimitação das fronteiras (imposta pelo Estado colonial); o período da revolução socialista, onde o processo de construção da nação foi através da submissão da população ao Estado; o fato de a Frelimo ter agido numa lógica de partido único, no qual a manifestação do movimento social, na sua diversidade, era inaceitável; a crença numa "revolução"⁵⁴ do Estado, que se transformou no instrumento privilegiado e o lugar de realização da unidade nacional e construção da cidadania. E, por último, a guerra civil que dividiu os moçambicanos, fazendo com que, uma vez mais, o Estado continuasse a dirigir os destinos do País seguindo uma nova realidade, mas criando uma cidadania cada vez mais passiva (FAIFE, 2003, p. 5).

Pode-se questionar como é que um povo, que se rebelou e lutou pela independência do seu país, pode ter constituído uma cidadania passiva? Ou ainda, como é que um povo, mesmo durante o período colonial, se manifestava organizando greves, pode ter adquirido a cidadania via Estado? Faife (2003), explica que na verdade,

foi que todas essas conquistas foram reivindicadas e aglutinadas num Estado que, com o decorrer do tempo foi favorecendo algumas elites transformado-se num Estado elitista e clientelista, como resultado da adoção da via socialista. E como o socialismo concentra uma burocracia complexa que, após a sua instalação, está entre as formas mais difíceis de destruir⁵⁵, o que agora vivemos não é nada mais do que apanágio do nosso percurso (FAIFE, 2003, p. 6).

Portanto, após a análise das especificidades dos termos informação e cidadania, definimos por buscar uma compreensão sobre como se dá a inter-relação entre os referidos termos.

⁵⁴ Após a independência a maioria da população acreditou que a prioridade da Frelimo era criar a nação moçambicana, fato que não se verificou (BRITO, 1995).

⁵⁵ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. V. I. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

3.3 Inter-relação Informação e Cidadania

A informação, da mesma maneira que se utiliza no trabalho e nos estudos, recorre-se a ela no quotidiano. Nós usamos a informação como consumidores de bens e serviços, oferecidos tanto pelo setor privado quanto pelo público, e igualmente como cidadãos. Neste caso a utilizamos para exercer nossos direitos e nossas responsabilidades.

Mas existe uma grande diferença entre ter um direito e poder exercê-lo. Os cidadãos mal ou mesmo, não informados vêem, freqüentemente, seus direitos negados por falta, ou dos meios necessários para fazê-los valer, ou porque não existe a disponibilização de tais meios, ou ainda, existindo, não têm capacidades de decodificá-los.

Alguns autores tentam propor para a solução desse problema, distinguindo outro tipo de direito para além dos tradicionalmente conhecidos: “*o direito à informação e ao assessoramento*” (MOORE, s/d, p. 105). Para este autor, desfrutar este direito suplementar é estar mais bem armado para fazer valer todos os demais. Concordamos com este ponto de vista na medida em que, segundo Cabral (1995), a informação é a “*matéria-prima que permite aos cidadãos fazerem suas escolhas e opções e, um povo bem informado é a única base segura para que o governo de um país represente a vontade popular*” (CABRAL, 1995, p. 19).

Assim, de acordo com a autora, a informação é “*fundamental ao pleno exercício da cidadania, assegurando a todos o direito de participação política, possibilitando o desenvolvimento do espírito crítico e o reconhecimento do outro como indivíduo*” (CABRAL, 1995, p. 19).

Os fatores que podem reduzir o acesso à informação são inúmeros. A Unesco (1983) já relatava um histórico progressivo sobre o acesso do indivíduo à informação, que estaria diretamente vinculado a sua busca pela cidadania, e à evolução tecnológica ocorrida ao longo dos anos: desde o século da Era Cristã _ substituição do pergaminho e do papiro pelo papel_ até o século XX e XXI, expansão dos meios de comunicação de massa.

Apesar dessa evolução, a maior parte da população, nomeadamente a dos países africanos, não usufrui as vantagens da evolução tecnológica.

Enquanto os sociólogos ocidentais debatem a fase em que as respectivas sociedades se encontram, à luz do novo *modus vivendi* largamente caracterizado pela abundância, circulação e enorme consumo de informação; a nossa⁵⁶ parece ser aquela situação que inspira outro tipo de debate. Olhando-se sucintamente para ela, perde-se na imensidão de empecilhos que de nenhuma forma permitem vislumbrar algo parecido ou próximo de uma hipotética sociedade de informação (MABUNDA, 2005, p. 21).

Tememos cada vez mais que a criação das sociedades da informação desemboque em uma divisão suplementar da sociedade, entre aqueles que têm acesso à informação e são capazes de utilizá-la e aqueles que são incapazes disso. Segundo especialistas da área, é de se temer que uma divisão como a que acabamos de apresentar, agrave ainda mais as diferenças existentes na maior parte das sociedades: entre os ricos e os pobres; entre as maiorias e as minorias étnicas, lingüísticas ou religiosas; entre as pessoas em plena posse de suas faculdades físicas e mentais e os portadores de cuidados especiais.

Todos estes elementos constituem obstáculos no caminho do acesso à informação e, pouco a pouco, a tendência é reconhecer a necessidade de se ultrapassar tais obstáculos. O recurso aos serviços da biblioteca pública, de que falamos no capítulo anterior, é uma estratégia viável para se ultrapassar tais obstáculos.

Araújo (1997) concorda que o acesso à informação, como pressuposto da absorção de elementos da cidadania, a construção desta ou de suas práticas passa pela questão do acesso e uso da informação isto porque, segundo ela, tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, quanto à implementação dos deveres do cidadão dependem do livre fluxo de informação sobre tais direitos e deveres.

Ao questionar como ocorre a inter-relação entre práticas de informação e práticas de cidadania na sociedade, a autora percebe que aquelas práticas precisam ir além da simples disseminação da informação. Entende que é necessário contemplar, também, os processos de construção de sentidos e significantes por parte dos atores sociais, isso porque somente a disseminação da informação não é suficiente para garantir o exercício da cidadania.

⁵⁶ Por ‘nossa’ deve entender-se as sociedades menos desenvolvidas no geral, particularmente a larga maioria das situadas ao sul do Sahara do qual Moçambique faz parte.

É através desse processo que a informação pode se constituir em recurso para a cidadania. Consideramos que as práticas informacionais em um contexto de cidadania se estruturam em outros modelos que tendem em se constituir apenas em disseminação de informação, ou seja, em comunicação da informação de forma pronta e acabada, onde se dá a redução dos sujeitos emissores em simples repetidores de informação e dos sujeitos receptores em meros consumidores (ARAÚJO, 1998, p. 159).

Este ponto de vista de Araújo, remete-nos para a necessidade de o indivíduo, enquanto ser social, membro de uma sociedade, poder se manter informado para o exercício pleno da cidadania. O exercício da cidadania, neste prisma, depende da ampla disseminação e circulação da informação e de um processo de discussão e crítica sobre as diferentes questões que envolvem a vida do cidadão.

Os mecanismos para uma efetiva participação dos cidadãos na construção de uma nova sociedade não terão plena eficácia se as pessoas que participam do processo não têm acesso às informações pertinentes aos interesses da coletividade.

Segundo Araújo (1998), é de suma importância que seja garantido o direito à informação para que haja possibilidade de ingerência, pelos cidadãos, na administração pública, sendo em maior escala no âmbito municipal.

No contexto das práticas sociais a informação é um elemento de fundamental importância, pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir daí tomam decisões sobre suas vidas, seja a nível individual ou coletivo. Assim,

ao estabelecerem circuitos comunicacionais os sujeitos constroem as práticas informacionais. Estas podem ser definidas como ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais (ARAÚJO, 1998, p. 33).

Araújo, (1998), considera também que o não-acesso a informação impede o pleno exercício da cidadania. Assim, para a autora, a informação deve ser vista como um bem social e um direito de todos como qualquer outro tipo de direito, sendo tão importante como o direito à educação, à saúde, à moradia, à justiça e a tantos outros.

A informação é um direito de todos. Foi expresso na “Declaração Universal dos Direitos do Homem” aprovada em Dezembro de 1948 por todos os países membros da ONU, e garantido pela Constituição de Moçambique, através do Artigo 48, § 1º, onde se afirma que, *“todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”*, tornando-se, então, uma questão de cidadania.

Nesse sentido, a informação aparece como um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal. Não há exercício de cidadania sem informação. Isto porque, de acordo com Targino, para *“cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação”* (TARGINO, 1991, p. 155).

A partir do exposto até então, podemos inferir que ser cidadão é ter consciência de seus deveres e acesso a seus direitos. A cidadania se manifesta e se constrói a partir dessa conscientização e da participação política e social dos homens na sociedade, o que pressupõe o acesso a informações variadas e atualizadas, quaisquer que sejam os suportes físicos: livros, discos, fitas, filmes, base de dados CD-ROM, a sofisticada e complexa rede de informações científicas Internet. Mas tal acesso passa necessariamente pela educação, ou seja, *“a educação é precisamente condição necessária para desabrochar a cidadania, com vista à formação de sujeito do desenvolvimento, num contexto de direito e deveres”* (DEMO, 1996, p. 52).

Portanto, tendo tais norteamentos como base, articularam-se os elementos metodológicos para a realização da pesquisa, conforme descrito a seguir.

4.1 Fundamentação teórico-metodológica

A presente pesquisa apresenta-se como um estudo de caráter predominantemente qualitativo sendo que, tal posicionamento não descartou a conjugação dessa abordagem com aspectos metodológicos quantitativos. Por isso, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre os métodos qualitativo e quantitativo e sua inter-relação no planejamento/implementação do trabalho de pesquisa.

Segundo Richardson (1989), o método quantitativo, caracteriza-se pelo

emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. (RICHARDSON, 1989, p. 29).

Assim, de acordo com este pronunciamento, achamos que o método quantitativo nos possibilitaria obter uma certa precisão no tratamento dos dados, nomeadamente, os que dizem respeito aos números dos inquiridos que opinaram sobre algum fenômeno ou situação que se verifica no CCP de Maputo, o que nos assegurou, conseqüentemente, uma certa margem de segurança quanto às inferências em relação a situação analisada.

Entretanto, consideramos que a abordagem qualitativa, como afirmamos, nos pareceu ideal dada às semelhanças existentes entre o presente estudo e as características deste tipo de pesquisa. Quer dizer, a nossa opção justifica-se, sobretudo, “*por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social*”, (RICHARDSON, 1989, p. 38), ou seja, a contribuição do Centro Cultural Português de Maputo na construção de uma cidadania moçambicana. Em razão deste objetivo, estruturamos a pesquisa buscando apreender os serviços prestados pelo CCP, tanto na biblioteca como na galeria e a contribuição dos mesmos para a construção da cidadania.

Para fazê-lo, consideramos necessário precedentemente apontar que o presente trabalho de pesquisa possui características semelhantes às definidas por Triviños (1997), como sendo as da pesquisa qualitativa:

- *o ambiente natural é a fonte direta dos dados e o pesquisador constitui-se no principal instrumento de manipulação dos dados;*
- *os dados coletados são predominantemente de ordem descritiva e a indução é o princípio orientador de suas análises;*
- *há primazia do processo sobre os resultados, e o significado constitui-se no principal foco de atenção do pesquisador (TRIVIÑOS, 1997, p. 128-30).*

Ressalta-se também que a conjugação das abordagens qualitativa e quantitativa nesta pesquisa (com mais ênfase na dimensão qualitativa) se justifica a partir do momento em que consideramos a dicotomia entre essas duas abordagens como algo falso. Os aspectos quantitativos são pontos de partida e de apoio para a análise que, por sua vez, buscará nos aspectos qualitativos, a melhor compreensão dos dados obtidos. Portanto, o que ocorre entre estes dois aspectos é uma relação de complementaridade, que enriquece e amplia a compreensão dos dados.

Assim, guiados por esse princípio, achamos que, para a recolha dos dados da presente pesquisa, a conjugação das duas modalidades se afigura como ideal, conforme nos é bem colocado por Glaser e Strauss (1967). Para estes autores, não há

atrito fundamental entre os propósitos e as possibilidades dos métodos qualitativos de pesquisa e os dos métodos quantitativos. O atrito que há é na prioridade dada à geração ou à verificação de uma teoria. (...) Cada uma dessas formas de trabalhar com os dados é útil tanto para a geração de teorias quanto para sua verificação, dependendo da propriedade da pesquisa (GLASER & STRAUSS, 1967, p. 17-18).

4.2 Instrumentos de pesquisa

Para a coleta de dados, utilizamos os seguintes instrumentos de pesquisa, **questionário** e **entrevista**, de forma a apreender as três divisões estruturais da atuação do CCP de Maputo:

- ✓ biblioteca e Centro de Recursos (acervo, atendimento aos usuários);
- ✓ animação cultural/galeria, lançamento de livros, mesas redondas, exposições documentais, palestras/painéis, apoio técnico a organizações e associações culturais;
- ✓ serviços da execução cultural externa do IC (cooperação portuguesa nas áreas de educação e cultura).

Foram ainda utilizadas, a **análise documental** e a **observação**, esta última, apenas se operou no contexto da biblioteca porque, para as outras atividades, nomeadamente, as da galeria, coincidiu com o período de férias coletivas, o que não nos foi possível nos inserir no contexto do que desejávamos observar.

Assim, o questionário, que é uma “*série de perguntas sobre o tema visado, perguntas escolhidas em função da(s) hipótese(s)*” (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 183), se encarregou na recolha de dados correspondentes aos serviços biblioteconômicos e atividades na galeria relativos aos sujeitos da nossa pesquisa, ou seja, foi administrado aos usuários do centro.

De acordo com Richardson (1989), a informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo, nomeadamente, sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, entre outras, características essas que necessitávamos obter para fundamentar as análises a serem efetivadas a partir dos dados obtidos junto aos sujeitos da pesquisa.

Já a entrevista, uma forma de diálogo assimétrico, em que “*uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação*” (GIL, 1994, p.113),

serviu para colher dados, tanto para os serviços biblioteconômicos, como para às atividades da galeria.

Segundo Gil (1994), a entrevista, enquanto instrumento de coleta de dados,

é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 1994, p. 113).

Selltiz (1987), observa que a entrevista leva vantagem sobre o questionário no que diz respeito à comunicação.

Uma vez que o entrevistador e o entrevistado estão ambos presentes, à medida que as questões são formuladas e respondidas, há oportunidade para um cuidado maior na comunicação das questões e em fornecer informação, além de que o entrevistador tem a oportunidade de observar tanto o sujeito como a situação total na qual a resposta ocorre (SELLTIZ, 1987, p. 16).

Assim, a entrevista serviu para colher um outro tipo de dados, diferentes/complementares dos que se obtiveram no questionário e se efetivou com outra amostra de respondentes. E mais, nos permitiu abranger as informações que por ventura teriam passado despercebidas no questionário, como bem colocado por Laville & Dionne (1999). Segundo os referidos autores, a entrevista é mais abrangente do que o questionário, conforme se evidencia nos argumentos explicitados a seguir:

não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados, os entrevistadores permitem-se, muitas vezes, explicar algumas questões no curso da entrevista, reformulá-las para atender às necessidades do entrevistado (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 188).

As formulações apresentadas por estes autores, corroboram com a nossa intenção de conjugar a técnica do questionário seguida da entrevista, ou seja, tentar procurar maior verossimilhança na coleta dos dados. Caso algum(s) fenômeno(s) passasse(m) despercebido(s) ou se apresentasse(m) como duvidoso(s) na técnica do questionário, a entrevista encarregar-se-ia de aclarar, podendo complementar ou trazer outras visões em relação à questão pesquisada.

No que diz respeito à observação, técnica pela qual o “*pesquisador examina sistematicamente, guiado por uma pergunta ou uma hipótese, um acontecimento, um fenômeno ou uma situação*” (Leville & Dionne, 1999, p. 335), nos possibilitou, conforme explicado anteriormente, apreender a *imagem* que tínhamos sobre os serviços oferecidos pelo CCP de Maputo, embora, tal observação não tenha sido efetivada da forma como desejaríamos, pelas razões apontadas anteriormente. Essa observação, que foi participante, cingiu-se apenas na biblioteca, onde participamos, como funcionário, executando tarefas de atendimento aos usuários ao lado dos demais colegas.

Estamos cientes de que, segundo Richardson (1989), a observação é imprescindível numa pesquisa científica, pois ela “*tanto pode conjugar-se a outras técnicas de coleta de dados como pode ser empregada de forma independente e/ou exclusiva*” (RICHARDSON, 1989, p. 213).

Na observação participante, ou observação ativa, como alguns autores denominam, o observador

está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto (Schwartz & Shwartz⁵⁷ apud MINAYO, 2004, p. 135).

De entre os vários tipos de observação, a *participante* é importante na pesquisa qualitativa uma vez que, não só é tida como uma estratégia no conjunto da investigação, mas também é um método, em si mesmo, para a compreensão da realidade (MINAYO, 2004).

De acordo com Gil (1994), em relação às outras modalidades de observação, a observação participante apresenta algumas vantagens:

1. facilita o rápido acesso a dados sobre situações habituais em que os membros das comunidades se encontram envolvidos;
2. possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado;

⁵⁷ SCWARTZ, M. & SWARTZ, C. G. *Problems in participant Observation*. American Journal of Sociology 60, January, 1955.

3. possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados (Gil, 1994, p. 108).

Os fatos, na técnica da observação, são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação, reduzindo, deste modo, a subjetividade que permeia todo processo de investigação social.

4.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

A escolha do CCP-IC em Moçambique-Maputo, como campo de pesquisa deve-se ao fato de, como afirmamos anteriormente, aquele organismo constituir o nosso objeto de pesquisa e, portanto, oferecer condições - tipo de atividades e serviços - para a confirmação ou refutação das hipóteses.

Assim, para a aplicação do **questionário**, definimos no terreno que, do universo total dos usuários do CCP de Maputo, constituído por 17.332 membros,- até a época em que nos deslocamos a Maputo (Dezembro de 2005), - optaríamos por trabalhar com a amostra⁵⁸ (representativa) de 2.022 usuários ativos - considerados como tais os que têm a situação de membro atualizada, a partir dos dois últimos anos. Os critérios para a formação dessa amostra basearam-se em sexo, idade, etnia, local de residência.

Deste número, optamos pela escolha da amostra probabilística⁵⁹ de 5%, ou seja, trabalhamos com cerca de 100 usuários. Consideramos esse número suficiente para colher opiniões do que necessitávamos. Até porque, o presente trabalho, como afirmamos, teve como predomínio a pesquisa qualitativa. Análises quantitativas serviram para reforçar as nossas ilações.

Antes da aplicação do questionário definitivo, num momento anterior, fizemos um pré-teste com o intuito de verificarmos alguma incompreensão nas perguntas. Assim, depois dos ajustes necessários, avançamos, então, com a aplicação definitiva dos questionários que foram administrados no período que coincidiu com férias de Natal e escolares (Dezembro, Janeiro e primeira quinzena de Fevereiro), o que nos criou alguns constrangimentos em relação à abrangência dos usuários.

⁵⁸ Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população. (GIL, 1994, p. 92).

⁵⁹ Amostra probabilística opõe-se à não-probabilística em virtude de “*ser composta escolhendo-se, ao acaso, dentre os elementos da população, todos tendo chance real e conhecida de ser seleccionados, o que permite ao pesquisador avaliar o caráter generalizável dos resultados obtidos*”. (LAVILE & DIONNE, 1999, p. 330).

Porém, para contornarmos tais constrangimentos, como solução, optamos por deixar grande parte dos questionários para que fosse entregue aos visados entre os meses de Fevereiro e Abril de 2006 e posterior envio para Brasil.

No entanto, tivemos que solicitar, via *e-mail*, aos usuários, que voltassem a responder aos inquéritos uma vez que, os que nos haviam sido enviados por correio, não nos chegaram às mãos por motivos não identificados.

Assim, entre perdas e extravios, dos 100 questionários previstos/ determinados, conseguimos recuperar e trabalhar com 80%, ou seja, 80 questionários.

De qualquer forma, com esse número, achamos termos conseguido obter a sensibilidade dos inquiridos em relação aos serviços oferecidos pelo CCP de Maputo na construção da cidadania moçambicana. E mais, a técnica de questionário foi realizada em paralelo com as outras mencionadas. O que passasse despercebido numa técnica poderia, as outras suprir.

Reafirma-se, portanto que o presente trabalho foi caracterizado pela abordagem qualitativa, constituindo os dados e as análises quantitativas como informações importantes para dar suporte às descrições dos fenômenos constatados e contribuir para a obtenção de uma visão ampla e totalizadora dos dados obtidos.

Ressalva-se ainda que, esse questionário, que foi padrão⁶⁰, único, nos permitiu, assim, identificar os usuários, caracterizar seus perfis, bem como as suas etnias e línguas maternas, o que nos foi ideal para chegarmos à resposta das nossas indagações.

⁶⁰ Terminologia de Laville & Dionne. As perguntas são apresentadas em uma ordem fixa, cada uma sendo acompanhada por um conjunto determinado de respostas dentre as quais o entrevistado escolhe a que melhor lhe convém.

Este tipo de questionário, concordando com Laville & Dionne (1999), permite o alcance rápido e simultâneo a um grande número de pessoas, uma vez que, para o nosso caso, iríamos trabalhar com uma amostragem representativa de usuários do CCP.

Em relação à técnica da **entrevista**, esta, de caráter semi-estruturada⁶¹, foi endereçada a diferentes atores, assim identificados:

1. Um entrevistado com estatuto de direção no Instituto Camões de Moçambique - **En.D.**;
2. Dois funcionários de serviços no Instituto Camões em Moçambique - **En.F.**;
3. Quatro representantes da sociedade civil, instituições acadêmicas, artistas plásticos e escritores moçambicanos - **En.SC.**

Através dessa técnica foi-nos possível obter dados sobre o campo de atuação do CCP do IC em Maputo, suas atividades bem como a apreensão dos acordos que nortearam a implantação do IC em Moçambique.

Assim, para aqueles entrevistados elaboramos um roteiro de entrevista semi-estruturada, ressaltando-se, porém, a adequação na formulação das questões, em função do perfil do entrevistado e das informações a serem obtidas com os mesmos.

A partir das entrevistas se obtiveram dados de duas naturezas que, segundo Minayo (2004), se identificam como *objetivos* e *subjetivos*. Os que se referem

a fatos que o pesquisador poderia conseguir através de outras fontes(...)-*dados objetivos* (...) e os que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões. São informações ao nível mais profundo da realidade que os cientistas sociais costumam denominar de *dados subjetivos*; Só podem ser conseguidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos (MINAYO, 2004, p. 108).

O terceiro procedimento, a **análise documental**; como a semântica do próprio nome sugere, é toda a fonte de informação já existente, quer seja impressa, quer audiovisual. Esta técnica visa secundar as constatações extraídas na entrevista e no

⁶¹ Série de perguntas abertas feitas oralmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistado tem a possibilidade de acrescentar questões de esclarecimento (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 333).

questionário. Assim, foi-nos possível analisar a Lei Orgânica do ICA, o resumo das atividades desenvolvidas pelo CCP e o acervo disponível na biblioteca.

Aqui, os dados numéricos disponíveis no centro desempenharam importante papel. Verificou-se a frequência dos usuários no CCP e, a partir das fichas de membro, se pode determinar o número de usuários, dados relativos a sexo, idade, morada, nível de escolaridade e demais elementos que serviram inclusive de instrumentos auxiliares para a definição da amostragem e a implementação das diretrizes de coleta de dados, tendo como instrumento o questionário.

A última técnica por nós adotada é a **observação**. Através dela, pudemos ter a oportunidade e privilégio de entrar em “contacto com o real”, mas esta, no dizer de Laville & Dionne (1999), só teria um carácter científico se fosse posta a serviço de um objeto de pesquisa, questão ou hipótese, claramente explicitado.

Para o nosso caso, esta técnica, como afirmamos, serviu apenas como elemento legitimador e complementador dos dados obtidos a partir das outras modalidades citadas anteriormente, em virtude de que, a época da nossa pesquisa ter coincido com o período de férias dos serviços da galeria do CCP de Maputo. Apenas tivemos a oportunidade de, na biblioteca, observar/confirmar participando das tarefas de atendimento ao usuário, alguns dados colhidos nos questionários, nomeadamente, o tipo de relacionamento entre o usuário e o pessoal da biblioteca, o que nos ajudou a apreender mais ainda a realidade do nosso objeto de pesquisa.

Todos os dados obtidos a partir desses instrumentos foram analisados à luz do referencial teórico construído tendo em conta as categorias de análise e dos objetivos, apresentando-se os resultados no capítulo V.

5.1 Sobre a implantação do Instituto Camões em Moçambique

Para uma melhor compreensão da ação informacional do IC em Maputo-Moçambique, neste capítulo, iremos apresentar e analisar os dados da pesquisa, tendo como eixo o referencial teórico apresentado no capítulo IV, do presente trabalho.

Como afirmamos no primeiro capítulo, e de acordo com a análise dos documentos que nos foram disponibilizados, o Centro Cultural Português (CCP) de Maputo é uma instituição pública pertencente ao Instituto Camões (IC) que tem como objetivo geral o apoio e internacionalização e ensino da língua portuguesa (LP), mas também da Cultura Portuguesa. Desse objetivo geral extraem-se os objetivos específicos, que, segundo a mesma fonte, variam de acordo com o contexto em que estão inseridos, ou seja, os objetivos em África são diferentes dos da América, Ásia e Europa, etc.

Em África (nas ex- colônias portuguesas), onde Moçambique faz parte, as linhas de orientação são bastante específicas. De acordo com o entrevistado com estatuto de direção no IC em Moçambique (En.D.), o IC, através das suas bibliotecas e equipamento, conseguiu colmatar muitas lacunas existentes nesses países.

Assim o dirigente demarca o papel do IC afirmando:

Enquanto que na Europa, Ásia, nós estamos exclusivamente preocupados em afirmar a Língua e Cultura Portuguesas, aqui (Moçambique) não; aqui estamos exatamente preocupados em divulgar, apoiar também outros aspectos das culturas locais, nomeadamente mesmo não necessariamente ligadas a cultura portuguesa; Nós em África damos apoio a artistas plásticos locais, tentamos apoiar e internacionalizar a arte e a cultura moçambicana... (En.D., 2006).

Portanto, se as colocações acima evidenciam a posição do IC em Moçambique torna-se importante, também, antes de se apresentar a análise de todos os dados da pesquisa, apontar as características dos participantes, em termos de origem, etnia, faixa etária, conforme sistematizado na tabela 2, a seguir:

Tabela 2- Distribuição dos usuários do Centro Cultural Português de Maputo em função da sua origem, etnia e faixa etária.

Origem	Nr. usuários	Etnia	Faixa etária*					
			7-14	15-18	19-20	21-25	26-30	+30
Cabo Delgado	5	Makonde			2	3		
Niassa	2	Yao				2		
Nampula	4	Makua- Lomué			2	2		
Tete	6	Maravi		2		3	1	
Zambezia**	7+2	Makua-Lomué				2	2	1
Manica	2	Shona- Karanga				2		
Sofala	2	Shona-Karanga				2		
Inhambane	6	Chopi		1	2	3		
Gaza	10	Tsonga						
Maputo**	25+9	Tsonga		4	5	7	7	2

Fonte: Elaboração do autor.

Nota: A denominação das etnias foi definida de acordo com a classificação de Rita-Ferreira (1976).

* A distribuição da faixa etária corresponde ao que a PNE prevê no SNE em Moçambique.

** Nestas províncias, os números adicionados referem-se aos usuários que indicaram o português como sua etnia.

Nesta tabela, a faixa etária dos 7 aos 14 anos corresponde ao EP1 e EP2 (da 1^a a 7^a classes); dos 15 aos 18 anos, se refere ao ESG- 1^o Ciclo, ou seja, 8^a, 9^a e 10^a classes; 19 e 20 anos seria a faixa do ESG- 2^o Ciclo, o chamado pré-universitário (11^a e 12^a classes). Por último, a faixa de 21 a 25 anos seria, respectivamente, correspondente à entrada e término do nível universitário.

Antes de entrarmos na análise dos dados da nossa pesquisa, à margem dessa, é interessante observar que, a partir da TAB. 2, se pode inferir para uma outra interpretação relacionada, provavelmente, com o nível de repetência que poderá estar a ocorrer no seio da faixa etária dos 21 aos 25 anos, correspondente ao nível superior.

Ora, se estamos a afirmar que, em relação ao nível universitário, os usuários freqüentadores do CCP-IC de Maputo são os dos primeiros anos (entenda-se aqui tratar-se do 1^o e 2^o anos), infere-se, então, com isso, que se desenha um cenário de algum índice elevado de repetências nesta faixa etária, na medida em que, os usuários, para estarem no 1^o e 2^o anos tem de, respectivamente, possuírem 21 e 22 anos. Mas o que está a acontecer, a partir da leitura da TAB. 2 é que com as idades acima referidas, os usuários ainda se encontram nos dois primeiros anos da universidade.

Veja-se, então, a seguir, na tabela 3, a ilustração desses dados em que os usuários da faixa etária de 21 a 25 anos se encontram, apenas, no 1º e 2º anos da universidade:

Tabela 3- Distribuição dos usuários do ES, correspondentes a faixa etária de acordo com o SNE de Moçambique

Faixa etária	Nível escolar				
	ES*				
	1ª ano	2ª ano	3ª ano	4ª ano	5ª ano
21- 25 anos	19	7	–	–	–

* O ensino superior em Moçambique (graduação) tem a duração de 5 anos.

O que estamos tentando mostrar é que, com estes dados configuram-se, como afirmamos, outras interpretações de origem sociológica, desde a entrada tardia no nível, à questão da repetência escolar.

Infelizmente, dada a natureza e objetivos prévios do presente trabalho, não estamos em condições de avançar com as causas exatas desse fenômeno, pois, tal exigiria uma pesquisa paralela, com a formulação prévia de pressupostos do gênero. Fica, apenas uma chamada de atenção para estudos futuros.

5.2 Visão dos usuários do centro

5.2.1 Sobre os serviços biblioteconômicos

A nossa pesquisa, conduzida através de quatro modalidades (entrevista, questionário, análise documental e observação), permitiu fazer uma confrontação entre as informações obtidas em cada uma dessas modalidades e a partir daí se extraírem as constatações e subseqüentes conclusões.

Efetivando-se a análise, em relação aos serviços biblioteconômicos, de entre várias questões, procuramos saber, no questionário submetido aos usuários, sobre a finalidade destes ao consultar a biblioteca.

Constatamos que grande parte dos inquiridos respondeu que vai a biblioteca do CCP de Maputo para consultar livros escolares (53.7%) e, na galeria, para participar de palestras e/ou conferências e visitas a exposições de arte.

Para uma melhor compreensão deste fato, veja-se a TAB. 4, onde estão agrupados os tipos de obras mais consultadas na biblioteca em função do número de usuários.

TABELA 4- Distribuição do tipo de obras mais consultadas na biblioteca em função do número de usuários.

Tipo de obra	Nr. usuários	% usuários
Livros escolares	43	53.7
Livros técnicos	4	5
Material próprio	14	17.5
Revistas	6	7.5
Jornais	8	10

Fonte: Elaboração do autor.

Nota: Dados calculados sobre o total de 80 usuários inquiridos, conforme explicado no capítulo da Metodologia.

Estas preferências dos usuários levam-nos a inferir, à partida, que a biblioteca do CCP-IC de Maputo funciona como uma **biblioteca escolar** e eis a razão porque grande parte do acervo é virado para fins escolares.

Analisando a base de dados dos membros da biblioteca do centro e a partir dos questionários que submetemos aos usuários, constatámos que, de fato, grande parte

dos usuários do centro (64.9% - TAB. 5) é constituído por alunos dos três níveis (Secundário Geral, 1º / 2º Ciclos e universitário- primeiros anos), o que justifica a ocorrência do fenómeno acima constatado, o de que a consulta de livros escolares se sobrepõe em relação aos outros tipos:

TABELA 5- Distribuição dos usuários do CCP- IC quanto ao nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Nr. de usuários	%
Estudante- ensino primário (EP1, EP2)	6	7.5
Estudante- ensino secundário (1º Ciclo)	11	13.7
Estudante- ensino secundário (2º Ciclo)	23	28.7
Estudante- ensino superior	18	22.5
Professor	6	7.5
Outro	4	5

Fonte: Elaboração do autor.

Tal perspectiva encontra-se presente na visão do entrevistado– En.D.-, conforme indicado por suas colocações:

Apesar de a biblioteca ter a denominação de biblioteca pública, ela é freqüentada praticamente por estudantes 90%, talvez e isso é bom... (En.D., 2006).

De acordo com o que apurámos no nosso referencial teórico, sobre as funções de uma biblioteca pública, verificámos de fato que ela deve possuir uma clientela diversificada (não apenas alunos) e que deve ser acompanhada com bastante atenção devido às mudanças de gostos e interesses.

Ora, o que nos parece estar a verificar-se é que a biblioteca do CCP de Maputo, apesar de se denominar de biblioteca pública, porém, na prática, ela serve mais a alunos do ESG (com predominância para os do 2º Ciclo, com 28.7%) e a alunos Universitários (primeiros anos– 22.5%), conforme ilustra a TAB. 5. Fazer pesquisa da escola, para a maioria dos inquiridos coloca-se como motivo primordial de ida a biblioteca do CCP. Ou seja, a leitura-estudo do texto (leitura cognitiva), para efeitos de realização de pesquisa escolar, prevalece em termos de utilização dos serviços biblioteconômicos da biblioteca do CCP.

Daí é-nos possível inferir que a ida a biblioteca, por parte desta camada de usuários, ocorre principalmente em função das exigências escolares, voltadas à busca de informações para a elaboração de trabalhos de pesquisa. Em termos mais diretos, os alunos freqüentam a biblioteca pública do CCP de Maputo porque a escola, através dos professores, assim o exige e recomenda, como, aliás, nos foi confirmado pelo En.D. do IC em Maputo:

É uma biblioteca muito africana no sentido de que grande parte dos utentes é constituída por jovens que vêm do ensino secundário e pré-universitário. Não é uma biblioteca no modelo do mundo mais desenvolvido que possui bibliotecas mais ecléticas, onde as pessoas vão procurar muita informação sobre diversas áreas; Aqui, as bibliotecas em África, quer em Moçambique, quer em São Tomé, Cabo Verde, Angola e Guiné, os utentes são quase todos estudantes que vêm buscar livros básicos escolares (En.D., 2006).

O nosso entrevistado esclarece, no entanto que o termo “biblioteca africana” não deverá ser entendido como sendo freqüentada pelos africanos, mas sim, pelo perfil dos usuários:

Quando falo de que a biblioteca é tipicamente africana é pelo perfil. Portanto, muita gente vem aqui buscar informação de livros puramente escolares e isso não é normal... (ibidem, 2006).

O mesmo entrevistado avança com algumas medidas para se ultrapassar tal lacuna. Segundo ele,

uma das funções dos funcionários da biblioteca, se se pudesse ser feito de uma forma organizada é, exatamente, motivar— e é uma coisa que muitas vezes eu disse ao bibliotecário, se houvesse tempo e disponibilidade— era os funcionários da biblioteca orientassem ou motivassem o próprio usuário à alternativa de consulta ao outro livro ou motivá-lo a outras alternativas para além do livro escolar. No fundo, abrir caminhos para que as pessoas possam perceber que numa biblioteca podem engrandecer os níveis de conhecimento (En.D., 2006).

Assim, a biblioteca pública do IC em Maputo, ao assumir as funções de biblioteca escolar, deve atuar, segundo Saliba & Pinheiro *apud* Giongo (1989), “*ativamente no processo educativo*” (GIONGO, 1989, p. 32) mantendo, assim, os objetivos que lhe são inerentes.

No entanto, a fala do En.D., acima transcrita, sugere uma análise mais profunda que tentaremos, a seguir, apresentar, a partir do resgate dos subsídios teóricos que fundamentam o presente trabalho.

Conforme Martins (2002), citado no referencial teórico do presente trabalho, uma das missões da biblioteca pública em África é a de *civilizadora*, no sentido largo e político da palavra. A conferência dos bibliotecários da África negra, reunida em Copenhaga (1961), tinha por objetivo,

estudar modos e meios de assistência dos países escandinavos para a criação de bibliotecas públicas nos países africanos. As nações de mais altos índices mundiais de instrução tratavam de encarar os problemas daqueles em que a percentagem de analfabetos é uma das mais preocupantes. Se nos países escandinavos, as bibliotecas se tornaram públicas no sentido pleno da palavra, na África negra, ao contrário, **o papel primordial da biblioteca pública é o de contribuir para o esforço nacional de educação** (MARTINS, 2002, p. 327-328.- grifo nosso).

Ora, tendo em conta o postulado acima, somos levados a inferir que a principal missão da biblioteca pública em África é a oferta de um acervo com características primárias, ou seja, predomínio de livros *puramente escolares*, que possam contribuir para o esforço de educação nacional. É evidente que o desejável seria, como foi manifestado pelo nosso entrevistado, que os usuários das bibliotecas públicas moçambicanas/ africanas fossem à procura não só de livros escolares, mas também de obras sobre diversos saberes.

É provável que o IC em Maputo, seguindo as orientações da Conferência dos bibliotecários da África negra, após ter notado carências de bibliotecas escolares ao nível da cidade de Maputo, tenha feito um “exercício” de adaptação com vista a suprir tais lacunas, funcionando, então, como um *apêndice escolar*, nos termos de Andrade e Magalhães (1975), constantes no nosso referencial teórico. Segundo as autoras,

os estudantes constituem a frequência majoritária das bibliotecas públicas, não só nos países sub-desenvolvidos, onde se poderia atribuir tal fato à inexistência de bibliotecas escolares, mas também em países que contam com boas redes dessas bibliotecas (ANDRADE & MAGALHAES, 1975, p. 54).

A biblioteca escolar, como se sabe, deve seguir os direcionamentos do sistema vigente, pautando-se pelos currículos e bibliografias básicas dos cursos. E, a ênfase do processo de desenvolvimento de coleções, na biblioteca escolar, está, portanto, muito mais na seleção de materiais para fins didático-pedagógicos.

Assim, o CCP-IC em Maputo, ao adotar essa postura, de caráter minimizador, “ocultando”, assim, a real missão da biblioteca pública⁶²—, que é a promoção, para além da educação, também da informação, cultura e recreação—, nos parece pertinente colocar, para reflexão, que a biblioteca do CCP de Maputo, intitulando-se de biblioteca pública, mas atendendo apenas a uma certa camada de usuários (alunos), que está a lutar por um acesso à educação, como uma tentativa de ascensão social, estaria a apresentar um trabalho voltado para “*contribuir para a erradicação do analfabetismo*” (NOGUEIRA, 1983, p. 210), como bem recomenda a conferência dos bibliotecários da África negra? Em outros termos, também é possível questionar tal diretriz haja vista que ao fazer tal opção, o IC estaria restringindo o escopo de sua atuação e limitando as oportunidades dos estudantes moçambicanos.

À primeira vista, a resposta nos parece ser negativa, na medida em que, se fosse o caso de o IC, “limitar” o acesso aos outros tipos de usuários estaria, ao mesmo tempo, a criar condições para a “fossilização” do número dos já analfabetos existentes. Tal atitude, quanto a nós, beneficiaria a uma certa camada de cidadãos em detrimento da outra.

É verdade que, por um lado, o CCP-IC de Maputo, como qualquer instituição pública do gênero, a sua biblioteca não pode «ser tudo para todos», oferecendo uma gama completa de serviços cívicos, culturais, informativos, de lazer e de pesquisa (MILANESI, 1997), mas, por outro lado, tendo em conta a heterogeneidade do público que caracteriza a instituição, medidas alternativas se mostrariam viáveis para o cumprimento dos objetivos estratégicos traçados no âmbito do seu plano de atividades em Moçambique, o primeiro dos quais prevendo a *diversificação de conteúdos e públicos*⁶³.

Diante desses fatos, nos parece, aqui, afigurar-se uma situação em que o CCP-IC de Maputo se encontraria num dilema entre o oferecer

um serviço precário, superficial, em todas as áreas de atuação e para todos os membros da comunidade, e escolher um ou mais serviços que possam ser oferecidos de forma adequada e eficiente” (ANDRADE & MAGALHAES, 1979, p.50).

⁶² Cf. Anexo V- Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas.

⁶³ Ver objetivos do CCP em Moçambique- Cap. II.

O sensato, quanto a nós, seria a opção de um caminho que englobasse o ajuste dos interesses dos usuários com os da biblioteca do CCP-IC de Maputo, buscando um ponto de equilíbrio entre os objetivos de ambas as partes, para estabelecer a programação e políticas de ação mais apropriadas.

Segundo Andrade & Magalhães (1979) há autores que defendem ser o papel da biblioteca servir aos membros «sérios e culturalmente alertas» da comunidade, neste caso_ aos alunos dos níveis acima citados_, e não tentar atender a todos, sob pretexto de que é através desses membros que os «outros» podem ser influenciados. Ora, tal raciocínio, quanto a nós se apresenta inadequado, na medida em que não é papel da biblioteca influenciar opiniões, mas sim dar várias opções para que o público escolha, o que deseja e não apenas oferecer o que é social e culturalmente “recomendável”, como bem colocam Andrade e Magalhães (1979), no referencial teórico deste trabalho.

No entanto, a par dessa análise, é pertinente fazer um outro tipo de colocações que nos poderão ajudar a compreender melhor os fatos. Uma das colocações pode ser buscada a partir da análise do próprio acervo que o CCP de Maputo oferece aos seus usuários.

Assim, na questão sobre a existência do material desejado na biblioteca, pudemos apurar, conforme ilustra a TAB. 6, que 90% dos inquiridos encontram, freqüentemente, o que desejam na biblioteca no CCP de Maputo.

TABELA 6- Distribuição dos usuários em função da disponibilidade do material na biblioteca

Encontra material na biblioteca?	Nr. de usuários	%
Sempre	5	6.2
Freqüentemente	72	90
Raramente	3	3.7
nunca	—	—

Fonte: Elaboração do autor.

Estes números não nos causam nenhum espanto se tivermos em linha de conta do que acabamos de descrever. Ou seja, a biblioteca do CCP de Maputo tem grande parte dos seus usuários constituída por alunos e o acervo é, consequentemente, predominado por livros escolares.

Diante deste fato, é de se colocarem duas situações que poderão estar a ocorrer:

- i) por um lado, que o CCP de Maputo, tendo constatado que a constituição dos seus membros é predominada por alunos do nível Médio e Superior (primeiros anos), optou por privilegiar, para a sua biblioteca, um acervo que satisfaça aquele público;
- ii) por outro lado, que o CCP de Maputo, apesar de se denominar de biblioteca pública e, portanto, conhecendo as características desse tipo de bibliotecas, sente-se limitado em fornecer um acervo que seria ideal para as características daquele tipo de público.

Pelos dados da presente pesquisa, tudo indica que a primeira situação é a que mais se enquadra na situação descrita. Parece-nos que o CCP de Maputo privilegia, no seu acervo, livros escolares. Não nos parece que o IC se sinta limitado em apetrechar o acervo nos moldes que uma biblioteca pública exigiria.

Os fatos observados acima ajuda-nos a legitimar as constatações que fizemos sobre o que se apresenta como o aparente "desinteresse", que as outras camadas dos cidadãos têm em frequentar a biblioteca do CCP. É, quanto a nós, por algum dos motivos mencionados, desde a inexistência de um acervo do seu interesse a outro tipo de constrangimentos decorrentes da situação sócio-econômica, divididos, nomeadamente, entre meio de transporte para acessar o centro e necessidade de auxiliar em atividades domésticas.

Mas para reduzir a nossa incerteza, julgamos que uma análise das respostas à pergunta relacionada com a política/modalidades de aquisição do acervo para a biblioteca do CCP se afigura ideal. Quer dizer, para chegarmos às razões do não uso maciço da biblioteca por parte das restantes camadas de cidadãos, que não estes alunos é preciso, também, para além de outros prováveis fatores apontados anteriormente, verificar o tipo de acervo existente na biblioteca do CCP de Maputo.

Isso foi-nos possível através da análise documental, descrita como uma das metodologias do presente trabalho.

Esta análise revela que, a partir das duas possibilidades acima apresentadas, foi possível inferir que o restante público não frequenta a biblioteca do CCP de Maputo porque o acervo aí existente não é do seu interesse. O acervo da biblioteca do CCP de Maputo é constituído majoritariamente por livros escolares⁶⁴ havendo poucas possibilidades de se encontrarem obras sobre conhecimento geral, que possam interessar a este grupo de usuários.

Numa biblioteca pública, como a que é denominada a biblioteca do CCP de Maputo, em virtude de atender uma comunidade diversificada, um cuidado especial com a seleção de materiais para o seu acervo deve ser dado. Quer dizer, dado o carácter geral que tem uma biblioteca pública, seu patrimônio bibliográfico deverá ser amplo e nele devem refletir-se os diversos interesses de um público heterogêneo. Sua função primária é atender a pessoas provenientes de todos os setores da sociedade e seu acervo deve abranger obras sobre grande variedade de assuntos, o que só poderá ser possível se a seleção dos tais materiais obedecer a certos critérios, como os citados por Lemos (2005):

i) Conhecimento da comunidade local para se poder atender a todas as suas necessidades de informação; ii) não falta de obras sobre assuntos da atualidade; iii) formação de coleções de obras relativas à história, geografia, folclore, literatura, etc., sobre a região ou escrita por autores locais (LEMOS, 2005, p. 114).

Assim, de acordo com o que afirmamos no referencial teórico, o acervo da biblioteca pública deve ser constituído por todo tipo de material que contribui para atender às necessidades informacionais, educativas e de lazer da comunidade e, a sua seleção é das mais importantes dentre os serviços de uma biblioteca.

O que nos parece estar a acontecer na biblioteca do CCP de Maputo é que essa prática não está a funcionar em pleno, como, aliás, nos foi confirmado pela direção do IC em Maputo, quando pretendíamos saber sobre a existência de uma “sintonia” entre a demanda por parte dos usuários e a oferta do centro.

⁶⁴ TAB. 3.

Isso era o que devia acontecer como um dos objetivos da biblioteca, mas acontece que dada à procura intensiva das nossas instalações por parte dum público que vê o IC como um espaço privilegiado para, exatamente, vir colmatar algumas deficiências, algumas lacunas no acesso ao livro... Mas esse seria o objetivo do IC; que a biblioteca conseguisse ser uma referência através de uma montra editorial para captar outro tipo de leitores (usuários)... Que desse um contributo, digamos paralelo às livrarias existentes em Maputo para o fomento da leitura... Isso era um objetivo, mas eu penso que há-de vir a ser conseguido mas nesta fase é algo frustrante porque não é a imagem que temos" (En.D., 2006).

Prosseguindo esta análise e consoante a visão do En.F.1, a inexistência de uma política que permite aos usuários sugerirem obras para a biblioteca deve-se ao fato de a biblioteca depender diretamente de Portugal.

Nós recebemos ofertas. Se compramos livros, é em quantidades muito limitadas. Se calhar é por isso que a biblioteca é pouco freqüentada por outras camadas da sociedade (En.F.1, 2006).

Para este entrevistado, a razão dessa prática deve-se à própria política do IC, que é virada para a divulgação da língua e cultura portuguesas.

É por isso que a biblioteca investe mais na área de literatura portuguesa e isso se pode observar a partir do próprio acervo (En.F.1, 2006).

De fato, pela análise que fizemos ao acervo da biblioteca, verifica-se que a literatura portuguesa ocupa o primeiro lugar, mas também verificamos que a literatura moçambicana segue-lhe, estando a crescer progressivamente nas estantes da biblioteca, o que, por outro lado, nota-se uma certa sensibilidade por parte do CCP-IC de Maputo, em relação aos assuntos relativos a Moçambique.

Porém, se for o caso do fato descrito, podemos concluir que, efetivamente, a realidade da biblioteca pública do CCP de Maputo se mostra diferente dos objetivos específicos do IC em Maputo se se considerar que a demanda para utilização das massas é restrita a determinados grupos, nomeadamente, a alunos dos níveis referenciados, satisfazendo, assim, apenas às suas necessidades.

Assim, a biblioteca pública do CCP de Maputo teria a sua forma e conteúdo ditados por parâmetros que limitariam a sua utilização, não havendo espaço social para a sociedade como um todo e nem para cumprir todas as suas funções, como bem refere Campos (1995), na discussão teórica apresentada, no que se refere aos objetivos da biblioteca pública. Uma das funções destacadas é que a biblioteca pública deve se preocupar para que, em todos os aspectos de seu planejamento, se

mantenha em dia com os problemas e as necessidades da comunidade. A outra, que a biblioteca pública recupere e organize a informação necessária para satisfazer as necessidades da comunidade e divulgue a informação e preste serviços a todos os grupos da comunidade.

Ainda relacionado com o tipo de acervo existente na biblioteca do CCP-IC de Maputo, o fato de o menor número dos inquiridos terem apontado o acervo da biblioteca virado para assuntos relacionados com Portugal, nomeadamente, literatura portuguesa, geografia, história, mereceu, mesmo assim, nossa atenção para análise, uma vez que poderá ser este, um dos motivos da pouca afluência por parte das outras camadas de usuários, como nos deu a entender o En.F.1:

Há determinados usuários que vêm à procura de um certo material e não chegam a encontrá-lo. Esta biblioteca reúne mais material para alunos dos níveis Secundário e Pré-Universitário e também obras sobre literatura portuguesa, história de Portugal, geografia. Portanto, assuntos que não interessam muito aos moçambicanos (En.F.1, 2006).

Uma outra interpretação que poderá sustentar a provável causa da não frequência à biblioteca por parte dos restantes usuários, pode ser buscada no fator *constrangimento*. Segundo Julien Cain *apud* Martins (2002), o excesso de burocratização constitui uma barreira se “a noção de ‘público’ com tudo o que deve comportar de flexibilidade e de adaptação a necessidades variadas, não (é), em definitivo, a mais forte” (MARTINS, 2002, p. 326).

Assim, sobre o assunto, formulamos uma pergunta no questionário, ou seja, se a informação tipo (jornais, livros, revistas, conferências, etc.), estava disponível a todos no CCP, ao que nos constou que tal se verifica na sua total plenitude.

O elevado índice de respostas positivas (91.2%), conforme ilustra a TAB. 7, leva-nos a descartar a possibilidade de se considerar o fator *constrangimento*, como razão da não afluência à biblioteca por parte dos usuários em causa. Podemos aferir, com isso, que o acesso ao CCP de Maputo é permitido a todos os usuários sem restrição de qualquer espécie, como bem postulam as recomendações do Manifesto da UNESCO sobre a biblioteca pública. Nesse Manifesto determina-se que, na biblioteca pública, “devam ser oferecidos serviços com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social...” (Texto integral, Anexo-V).

TABELA 7- Classificação do acesso aos materiais no Centro Cultural Português do Instituto Camões de Maputo

Classificação do acesso	Nr. de usuários	%
Positivo	73	91.2
Negativo	7	8.7

Fonte: Elaboração do autor.

A leitura desta tabela revela que os inquiridos desvalorizam uma das componentes do fator constrangimento quanto ao acesso a uma biblioteca pública. É o “livre acesso às estantes”. Na biblioteca do CCP de Maputo, o acesso às obras é feito via-bibliotecário, ou seja, o usuário informa ao bibliotecário a obra que pretende consultar e este vai buscá-la nas estantes.

Grande parte dos inquiridos, (91.2%), conforme mostra a tabela, não apontaram este fato— não acesso às estantes—, como obstáculo a consulta dos materiais (acervo) do centro.

De acordo com Martins (2002), o sistema de livre acesso às estantes é dos mais ideais embora, o seu funcionamento acarrete um enorme exercício técnico-financeiro. O autor descreve que tal sistema consiste em

dar aos leitores a possibilidade de escolher pessoalmente os livros nas estantes, de examinar e folhear à vontade todos os volumes e de se familiarizar com todos os gêneros de documentação que a biblioteca contém (...) (MARTINS, 2002, p. 328).

As vantagens que esse sistema pode trazer são inúmeras. O autor apresenta algumas, assim resumidas:

1. Para que o leitor escolha o livro que melhor lhe convém, que melhor se adapte às suas capacidades e que lhe seja o mais proveitoso ou o mais agradável de ler, é necessário que possa manejar livremente todos os volumes;
2. O sistema de livre acesso é o único que garante ao leitor a inteira liberdade de escolha que é o primeiro dever da biblioteca;
3. Com exceção das que freqüentam regularmente uma biblioteca, raras são as pessoas que sabem com precisão o que querem ler e que tenham um conhecimento suficiente dos livros em geral para deles tirar todo o partido e todo o proveito possíveis. A tarefa essencial da biblioteca pública é a de ensinar ao público a usar plenamente dos livros; é a de revelar-lhe as imensas possibilidades que lhe são oferecidas pelo simples fato de que hoje esteja registrada em folhas impressas a maior parte dos atos, das idéias, dos sonhos e dos

projetos humanos; mas para atingir esse fim, é necessário deixar ao leitor a liberdade de errar entre as estantes e de descobrir por si mesmo alguns aspectos da riqueza e da diversidade que caracterizam o mundo dos livros (MARTINS, 2002, p. 328-329).

Ainda sobre o leque das razões de a biblioteca pública do CCP de Maputo ser majoritariamente freqüentada por uma única camada de cidadãos, impostos pelas necessidades escolares, julgamos pertinente trazer, também, para discussão o fator *localização* do centro. O CCP de Maputo localiza-se na zona nobre da cidade⁶⁵. E essa aparente barreira, simbólica, segundo Milanesi (1997), costuma ser, muitas vezes, a razão porque o centro cultural/ biblioteca, intitulando-se como instituições públicas, não abarca cabalmente às camadas dos cidadãos para quem realmente se destina.

Assim, se por um lado, as informações fornecidas por um centro cultural não devem ser aceitas passivamente, devem ser discutidas e seu público deve ser alternativo (não um público preferencial), tornando-o, desse modo, como um lugar onde a produção cultural se dá por meio da troca de experiências, da expressão e da reflexão sobre a vida social e do debate sobre o cotidiano, sobre a educação, sobre as questões urbanas e, principalmente, sobre os direitos e deveres do cidadão. Por outro lado, e segundo Milanesi (1997), tal fim pode estar comprometido, na medida em que os centros culturais, estando localizados nos centros das cidades ou zonas nobres (como é o caso do CCP de Maputo), com o argumento de se tratarem de locais de fácil acesso, o cidadão periférico não é atraído por eles, ou porque os centros culturais se localizam longe da sua residência, ou porque apresentam uma programação que não lhe cativa (MILANESI, 1997, p. 164).

Assim, a confirmar-se esta hipótese, para que o CCP de Maputo contorne essa lacuna, o ideal seria que, notando que o usuário não pode, por algum motivo ir a biblioteca, a biblioteca fosse então, até ele. É o que se denomina de 'serviços de extensão' (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1995, p. 73).

O serviço de extensão, em termos conceituais, é um serviço executado fora do espaço físico da biblioteca, em locais periféricos como distritos, vilas, hospitais, asilos, creches, etc. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1995, p. 73). Julgamos

⁶⁵ Ver capítulo II.

que esses serviços se encaixariam melhor para a situação descrita anteriormente em que o CCP de Maputo conseguiria recuperar e/ou conquistar o público que, em princípio, deveria ser freqüentador assíduo do centro.

O propósito do “serviço de extensão” é tornar as bibliotecas verdadeiramente públicas, dando acesso à informação ao maior número possível de usuários, mesmo fora de seus limites físicos (*Ibidem*, p. 74).

Com o serviço de extensão, a biblioteca pública do CCP-IC de Maputo poderia abarcar maior número e diversos tipos de cidadãos, facultando-lhes o acesso ao conhecimento, como uma das condições básicas da cidadania. O serviço de extensão não deve, necessariamente, se relacionar apenas com a função cultural do centro em que, atividades como conferências, exposições, concertos, cursos, apresentações artísticas diversas, são as mais fortes. Ele pode ser caracterizado, também, pelo recurso a carro-biblioteca, *“levando livros aos que não têm iniciativa, tempo, transporte, conhecimento, inclinação, habilidade ou dinheiro para fazer uso da biblioteca central”* (DUMONT, 1995, p. 183).

Entretanto, em relação ao serviço de extensão, Reis e Rezende (1995), citando Freire⁶⁶, chamam atenção para a necessidade de se questionar a realização da extensão sob uma perspectiva mecanicista, pois

retira dos indivíduos a capacidade de atuarem enquanto sujeitos e os transforma em objetos de ação de outros que, bem intencionados ou não, atuam retardando o processo de crítica e transformação social” (REIS e REZENDE, 1995, p. 291).

Para as autoras, a extensão deve nortear-se dentro de uma visão dialógica e num processo de interação entre sujeitos.

5.2.2 Sobre as atividades da galeria

Em relação às atividades na galeria, constatamos que se verifica uma situação contrária da descrita na biblioteca, em relação ao tipo de usuários. Na galeria do CCP de Maputo, verifica-se uma relativa heterogeneidade do público freqüentador para assistir aos eventos aí decorridos.

⁶⁶ FREIRE, P. *A ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

A uma pergunta formulada no questionário sobre a satisfação dos usuários pelas atividades apresentadas na galeria, conforme ilustra a TAB. 8, 23.8%, 26.2%, 22.5% dos inquiridos mostraram-se satisfeitos com as atividades do interesse nacional, desenvolvidas neste espaço, respectivamente, lançamento de obras literárias, palestras e/ou conferências sobre diversos assuntos, exposições de arte, seguindo-se-lhes às correspondentes estrangeiras, com 20%, para lançamento de obras e 7.5%, exposições de artes.

TABELA 8- Distribuição das atividades realizadas na galeria em função do número de usuários

Tipo de atividades	Nr. usuários	% usuários
Lançamento obras de escritores estrangeiros	16	20
Lançamento obras de escritores nacionais	19	23.8
Palestras e/ou conferências diversas	21	26.2
Exposições de arte de artistas nacionais	18	22.5
Exposição de artes de artistas estrangeiros	6	7.5

Fonte: Elaboração do autor.

Como se pode observar, essas atividades mereceram grande satisfação por parte dos nossos inquiridos, fato, constatado, igualmente, por um dos nossos entrevistados:

...sabemos também que o IC acolhe vários eventos onde elementos culturais por excelência são ressaltados e quem está a ser promovido são os moçambicanos. Tem havido varias conferências sobre autores moçambicanos; têm sido lançados livros de autores moçambicanos, portanto, a cultura moçambicana tem sido evocada naquele espaço (En.SC.3, 2006).

No entanto, vale ressaltar que os dados da pesquisa revelam ainda que o público que acorre à galeria do CCP para assistir a eventos acima mencionados é muito diversificado, contrariamente na biblioteca, onde predomina um tipo de usuários, não obstante ser em número maior.

É pertinente, por outro lado, ressaltar que tal heterogeneidade se verifica apenas entre as camadas escolarizadas, ficando, ainda, de fora o cidadão comum. Isso deve-

se, provavelmente, àquele preconceito descrito por Andrade & Magalhães (1979), no referencial teórico do presente trabalho de que, a palavra “cultura”, da qual se relaciona com as atividades da galeria do CCP de Maputo, “*lembra grupinhos fechados de intelectuais, atribuindo o centro cultural um caráter elitista*” (ANDRADE & MAGALHAES, 1979, p.55).

De fato, analisando a base de dados dos usuários do CCP que freqüentam a galeria e através da entrevista a um dos En.F. constatamos que a galeria é, sim, freqüentada por diversas camadas de cidadãos, porém escolarizadas. Ou seja, para além de alunos dos diversos níveis, também freqüentam, jornalistas, políticos, artistas, advogados, escritores, enfim, vários acadêmicos, mas muito pouco ou quase nunca por cidadãos de níveis acadêmicos abaixo da média.

Aqui vêm vários tipos de pessoas de todos pontos do país, cada um com sua cultura, mas o que tenho notado é que não são pessoas quaisquer; muitos deles são Doutores, quer dizer, pessoas que estudaram. É muito raro receber aqui alguém que não tenha instrução (En.F.2, 2006).

Perante essa situação, é de se manifestar alguma preocupação se considerarmos a intenção de construir a cidadania moçambicana através da participação de instituições de acesso e democratização da cultura, como é o caso do CCP-IC de Maputo.

Vale destacar que a galeria do CCP-IC de Maputo é o local ideal para as práticas da cidadania, assim como o é a biblioteca. Ambas têm como objetivo possibilitar a convergência de diversos cidadãos, oriundos das várias etnias moçambicanas, para a busca de informação. Sendo assim, achamos que na política de divulgação das atividades do IC em Moçambique, se leve em consideração esse aspecto, a fim de se mudar o atual quadro.

Por outro lado, é pertinente destacar um fator positivo que acontece na galeria do CCP, que se pode considerar como “ingrediente” para a cidadania moçambicana: o fato de a galeria constituir um local, à semelhança do que acontece na biblioteca, onde diversas pessoas, vindas de diferentes pontos do país_ apesar de, como constatámos, ser constituída apenas pela elite escolarizada_, se encontram e trocam idéias, como nos foi confirmado pelo En.F2:

As pessoas que aqui vêm são todas diferentes, cada uma com a sua cultura, sua língua materna, mas a convivência, pelo que tenho visto, é fácil. Elas conseguem se relacionar umas às outras, conversam sobre diversos assuntos à margem da exposição ou palestra, quer dizer, parece que se conhecem há longa data, enquanto, muitas vezes, costumam se conhecer durante o evento (En.F.2, 2006).

Este depoimento remete-nos para o que afirmamos no capítulo- II do presente trabalho, sobre a existência de várias camadas de usuários, de diferentes línguas e etnias, convivendo no mesmo espaço sem conflito de nenhuma espécie. Quer dizer, confirma-se o quão foi (é) fácil construir a cidadania moçambicana, porque não existem conflitos étnico-linguísticos que possam gerar confrontos físicos⁶⁷.

A discussão sobre a cidadania moçambicana não deve ser encarada por motivos étnico-linguísticos, porque não nos parece que esse fato constitua grande problema; a questão da cidadania moçambicana deve, sim, ser vista pela própria história de construção do Estado moçambicano e de seus desafios, como bem coloca Cabral (1995) referindo-se ao caso brasileiro do qual tomamos como exemplo, por se assemelhar à situação moçambicana:

nossa política é apenas formalmente democrática e, por falta de instituições suficientemente fortes e sólidas, nunca atendeu às exigências de ordem social e cultural de uma democracia moderna, em que todos devem ser cidadãos de 1ª classe, sem diferenças de tratamento para uns e para outros (CABRAL, 1995, p. 24).

Assim, achamos que a partir das atividades do CCP-IC de Maputo, se pode “*resgatar e difundir os elementos da cultura popular para integrá-los à cultura nacional e universal; defender o patrimônio artístico nacional; defender as expressões do pluralismo cultural*” (COELHO, 1996, p. 20), sem correr nenhum risco de conflitos étnicos.

As palestras que ocorrem na galeria, por exemplo, constituem um caminho para a apreensão do conhecimento científico, como bem afirma Milanesi (1997). O autor indica que as palestras poderão ajudar a estimular o gosto pela leitura e pela busca do conhecimento. O mesmo se pode dizer em relação às exposições de arte que constituem uma das atividades mais dinâmicas dos centros culturais; a partir delas a galeria do IC tem a oportunidade de desenvolver atividades tendentes ao entendimento do conceito de cidadania moçambicana.

⁶⁷ Tal como acontece, por exemplo, com alguns países, nomeadamente, Sudão, na África e Jugoslávia, na Europa, onde a questão étnica gera confrontos violentos.

Após esta descrição dos serviços biblioteconômicos e das atividades da galeria achamos que atingimos os dois primeiros objetivos do presente trabalho: I) *Identificar e caracterizar as atividades culturais e os serviços biblioteconômicos fornecidos pelo CCP-IC de Maputo*, que, como tentamos demonstrar, tais serviços funcionam, na biblioteca, para uma camada de usuários predominada pelos alunos dos níveis médio e universitário (primeiros anos); II) *Identificar e caracterizar o perfil do usuário do CCP-IC de Maputo e apreender o seu interesse e objetivos pelos serviços do CCP-IC de Maputo*), assemelhando-se às características de uma biblioteca escolar, e na galeria (sala de exposições e conferências), onde há predomínio de artistas nacionais nos lançamentos de obras de arte e de obras literárias, porém, apesar das referidas atividades abarcarem um público heterogêneo, tal público é, na maioria, escolarizado.

Perante esses fatos, nos atrevemos a afirmar que sentimos uma lacuna no que diz respeito a uma política adequada de inclusão nas atividades desenvolvidas pelo CCP-IC de Maputo que poderá passar pelo serviço de extensão, como afirmamos anteriormente. Quer dizer, o CCP-IC de Maputo ir ao encontro do usuário.

5.3 Visão dos representantes da sociedade civil: literatos, acadêmicos e artistas

5.3.1 *Sobre o impacto da informação no CCP de Maputo na cidadania moçambicana*

Acabamos de apresentar uma análise dos serviços biblioteconômicos e as atividades desenvolvidas na galeria de arte. A seguir, nos propusemos a discutir o impacto que tem essa informação disponível, tanto na galeria como na biblioteca do CCP-IC de Maputo na construção da cidadania moçambicana, terceiro, quarto e quinto objetivos do presente trabalho.

Já constatamos, no item anterior, que o acesso ao CCP de Maputo é permitido a todos cidadãos, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução, requisitos estes que concorrem para os preceitos da cidadania. Mas julgamos que não basta apenas o CCP de Maputo ter as portas abertas para todos cidadãos; é necessário considerar a diferença entre ter direito e poder exercê-lo.

Assim, os “cidadãos” mal ou mesmo não informados vêem freqüentemente seus direitos negados, por falta, ou dos meios necessários para fazê-los valer, ou porque não existe a disponibilização de tais meios, ou ainda, existindo, não têm capacidade de decodificá-los.

Desse modo, para analisarmos o impacto, na cidadania moçambicana, da informação disponibilizada pelo IC através do CCP de Maputo é necessário levarmos em consideração vários aspectos inerentes ao país. Aspectos ligados à própria trajetória do povo moçambicano, sua cultura (etnias, línguas nativas, etc.), luta de libertação nacional, entre outros.

Assim, a uma pergunta que submetemos, tanto aos usuários, como aos entrevistados (representantes das instituições acadêmicas, sociedade civil, artistas plásticos e escritores moçambicanos- En.M), sobre o tipo de material relativo a Moçambique, disponível no CCP-IC de Maputo, as respostas foram de certa forma díspares, com predominância para as negativas seguidas das neutras. Quer dizer, a maior parte dos nossos inquiridos (cerca de 61%)-TAB. 9, considera que no CCP-IC de Maputo, não existe materiais sobre o país, que estejam relacionados com a cidadania moçambicana.

TABELA 9- Disponibilidade de materiais sobre Moçambique no CCP

Material sobre Moçambique	Nr. de usuários	%
Existe	11	13.7
Não Existe	49	61.2
Não responde	20	25.1

Fonte: Elaboração do autor.

Mas por outro lado, analisando as respostas sob outra visão, nos parece existir uma contradição nas mesmas, contradição essa, talvez, justificável pela perspectiva que a maioria dos cidadãos moçambicanos têm sobre o conceito de *cidadania*, sobre quais os seus princípios.

É que, quando lhes foi solicitado para apontar, no questionário que fornecemos, os materiais sobre Moçambique, disponíveis no CCP-IC de Maputo e relacionados com cidadania moçambicana, nomeadamente, Constituição da República, Boletim da República, Lei Eleitoral, Resoluções do parlamento, os nossos inquiridos, como afirmamos acima, consideraram a inexistência desses materiais no CCP. Mas, entretanto, na opção seguinte, reconheceram e apontaram o manual *História de Moçambique*, como disponível no centro, mas entretanto, não o consideraram como sendo relacionado com a cidadania moçambicana. Ora, a obra que retrata a história de Moçambique, quanto a nós, representa um dos requisitos da cidadania moçambicana.

No tópico sobre o conceito de cidadania, no referencial teórico do presente trabalho citamos, de entre vários autores, Mazula (2001), referindo-se a construção da cidadania nos países africanos. O autor, a dado passo, descreve que a construção da Identidade do Homem africano começou pela luta contra o sistema da dominação colonial, conquistando, primeiro, as independências nacionais_ passo importante para a conquista dos outros direitos, ou seja, em busca da cidadania (MAZULA, 2001, p. 16).

Partindo desse ponto de vista, nos parece mister considerar a obra sobre a história de Moçambique como o ponto de partida, ideal, para a compreensão do fenómeno da construção da cidadania moçambicana. O cidadão moçambicano precisa, na medida

do possível, compreender os contornos que levaram a luta de libertação nacional até se chegar à Independência Nacional.

Assim, para a biblioteca do CCP-IC de Maputo, esse material constituiria uma alternativa e oportunidade de divulgação dos princípios da identidade moçambicana, passo importante para a compreensão do conceito e preceitos da cidadania moçambicana.

Este desconhecimento dos preceitos de cidadania moçambicana que a maioria dos cidadãos manifesta, deve-se, em parte, àquilo que Lopes (2004), denominou, referindo-se ao Estado moçambicano, de um “quase-Estado”, pelo fato de, ao Estado moçambicano, faltar-lhe a capacidade necessária para exercer as funções de governo historicamente associadas à condição de Estado. Sentimos concomitantemente que, a construção da cidadania moçambicana foi construída de *cima para baixo*, ou simplesmente é uma **cidadania passiva**, que é o resultado da obtenção da mesma via Estado, na acepção de Turner (1990). Esta, muito provavelmente, seja a principal causa do não domínio, por parte de muitos cidadãos moçambicanos, dos preceitos da cidadania.

A própria história de Moçambique, a qual tentámos descrever num dos itens do quarto capítulo do presente trabalho, sugere a existência da obtenção da cidadania moçambicana via Estado.

Faife (2003), descrevendo a trajetória da formação do Estado moçambicano, afirma que a guerra civil em Moçambique⁶⁸ acabou favorecendo a solidificação da cidadania passiva, uma vez que *“todo o esforço do Estado visava eliminá-la, fazendo, uma vez mais, com que a população partilhasse os ideais comuns, isto é, do fim da guerra como pressuposto para a liberdade e a democracia”* (FAIFE, 2003, p. 5).

Concordamos com a opinião de que todo este processo, desde a luta de libertação nacional a guerra civil, criou, no cidadão moçambicano, uma certa *confusão* sobre o entendimento do conceito de cidadania. Parece-nos que o cidadão moçambicano,

⁶⁸ Ver capítulo II e IV do presente trabalho.

ainda se encontra fechado dentro de si, como que habituado e conformado em ver seus destinos ditados pelo Estado, como bem coloca Faife (2003). Para esta autora, a cidadania moçambicana foi construída de cima para baixo, isto é, foi construída uma cidadania passiva e/ou *estado-cêntrica* (FAIFE, 2003, p. 5).

Assim, nos parece, então, ser compreensível que o cidadão moçambicano não conheça, ainda, os princípios de cidadania em termos conceituais. Compreensível, é, conseqüentemente, a não assimilação da idéia segundo a qual uma obra, sobre a história de Moçambique, seja importante para a apreensão dos preceitos da cidadania moçambicana. Provavelmente esse desconhecimento possa desaparecer ao longo do tempo⁶⁹, com a mudança da ordem social do país, mas tal só poderá ser possível com a ajuda de instituições, organismos, difusores da informação, como é o caso do IC de Moçambique.

Ainda sobre a pergunta anterior, para os En.SC., o CCP-IC de Maputo não possui os materiais relacionados com cidadania moçambicana de forma direta, mas, através das suas atividades, poderá influenciar o entendimento do conceito.

Eu acho, para já, não é o objetivo do IC apoiar a cidadania moçambicana. O objetivo do IC é promover a língua e cultura, portuguesas. Portanto, não tem nenhum objetivo de apoiar a cidadania moçambicana. Agora, como efeito colateral das suas atividades, pode, eventualmente, sim, apoiar no entendimento do termo... (En.SC.1, 2006).

De fato, o pronunciamento deste entrevistado, corrobora com o que constatamos na Lei Orgânica do IC, em que não se vislumbra qualquer tipo de apoio ou implementação da cidadania nos países onde o IC está implantado. O principal objetivo do IC é, efetivamente a divulgação da língua e cultura portuguesas. Mas, a partir dessas atividades, aí sim, o IC pode, implicitamente, passar tal imagem:

Vamos ver, o IC tem exposições de pintura, de artes plásticas, lançamentos de obras de escritores moçambicanos, etc. Ao fazer uma exposição de artes plásticas dum pintor ou dum escultor moçambicano, está, de alguma maneira, a promover um cidadão moçambicano, está fazê-lo conhecido do público quer seja nacional, quer seja estrangeiro... (En.SC.1, 2006).

⁶⁹ O país ainda é muito jovem, a democracia iniciou em 1997 (detalhes no Capítulo- II).

Nota-se a preocupação por parte deste entrevistado em deixar clara a idéia do efeito colateral das atividades do IC em Moçambique. Posição semelhante assume o segundo En.SC., para quem não se pode pedir ao IC que construa a cidadania moçambicana:

Não podemos estar à espera e criticar o IC porque não fez, não chegou a construir a moçambicanidade, porque essa não é a expectativa dos moçambicanos. Não é o que o IC se propõe. Acho que os moçambicanos devem olhar esse casamento como qualquer coisa que, depois eles, com sua própria iniciativa, sua própria atividade, poderão transformar isso numa arma de construção da moçambicanidade (En.SC.2, 2006).

Esses depoimentos colocam o IC na posição de um agente cultural onde, as pessoas encontram oportunidades, não apenas de participação em eventos artísticos tradicionais, mas também de compartilhamento de um espaço que contribui diretamente para a formação humanística e para a busca da realização da cidadania, como foi reforçado por este En.SC.3, nos seguintes termo:

Nesse sentido é um espaço que tem sido importante para a promoção da cultura de um modo geral e da cultura moçambicana, também. Portanto, são coisas que acabam por influenciar, por contribuir para a construção e fortalecimento da nossa identidade (En.SC.3, 2006).

O mesmo entrevistado aponta, ainda, de forma particular, a biblioteca do IC como veículo para a formação da identidade moçambicana:

A biblioteca do IC de Maputo, ela é usada mesmo na forma mais científica. O estudante vai lá a procura de uma coisa mais simples que pediram na escola e, mesmo que não encontre a matéria que lhe foi recomendado, mas a informação que encontrou ali, acaba por ser útil na sua própria formação cultural. E, do jeito como a biblioteca do IC tem sido uma das mais procuradas pelos estudantes, acaba por ter seu contributo tendo em conta esses aspetos (En.SC.3, 2006).

Ainda relacionado com os materiais disponíveis no CCP-IC de Maputo, formulamos uma outra pergunta aos nossos inquiridos, pergunta essa relacionada com a acessibilidade da linguagem utilizada pelo CCP na divulgação das suas atividades. Quer dizer, se o CCP de Maputo utiliza outra(s) língua(s) alternativas ao português, ou outro recurso de comunicação, justamente para minimizar a insuficiência lingüística que caracteriza a maioria dos cidadãos moçambicanos, conforme demonstramos no capítulo- II do presente trabalho.

As respostas que obtivemos para essa questão foram na unanimidade negativas, ou seja, 100% dos inquiridos consideram que o IC em Maputo, não possui, na divulgação das suas atividades, e nem mesmo no acervo da biblioteca, qualquer outra língua nacional diferente do português para promover a inclusão daqueles que não lêem, que não dominam o português, salvo um ou dois dicionários das principais línguas nacionais do país.

Numa situação como essa, é inevitável a possibilidade de exclusão dos cidadãos da vida política social e civil, o que, pode influenciar negativamente no desempenho da cidadania, na medida em que, como afirmamos no referencial teórico, os cidadãos mal ou mesmo não informados vêem, freqüentemente, seus direitos negados por falta, ou dos meios necessários para fazê-los valer, ou porque não existe a disponibilização de tais meios, ou ainda, existindo, não têm capacidades de decodificá-los.

Para este caso, julgamos que grande parte dos cidadãos moçambicanos, no geral e da cidade de Maputo, em particular, que gostaria de freqüentar o CCP-IC de Maputo, para além da inibição pelo fator localização do centro, de que descrevemos anteriormente, o fator lingüístico poderá ser, também, a causa do constrangimento.

Assim, a confirmar-se esse cenário, é de se pensarem alternativas de inclusão dos usuários que se encontram nessa situação, se bem que, tudo se deve à vontade política, em avançar com o programa nacional de revisão do ensino.

Esta nossa colocação se justifica pelo fato de a educação em Moçambique ser feita em língua portuguesa (salvo o projeto piloto em curso de ensino das línguas autóctones, em paralelo com o português)⁷⁰, e que o português língua oficial, de comunicação e de instrução, seja falado por apenas 8,8%⁷¹ da população moçambicana, é necessário encontrarem-se mecanismos para a inclusão dos cidadãos na situação de insuficiência lingüística.

⁷⁰ Ver capítulo- II

⁷¹ Ver capítulo- II

A educação formal, da qual o CCP também pode desempenhar, é um direito social indispensável a qualquer cidadão, sendo a principal forma de ascensão social, da qualificação profissional, enfim, do exercício da cidadania, como mostra o depoimento do En.SC.3, referindo-se, especificamente sobre a importância da literatura moçambicana no entendimento da cidadania. O nosso entrevistado usa o termo *moçambicanidade literária* para descrever o que se pode escrever sobre Moçambique:

Eu penso que o autor de um texto literário assume uma determinada atitude e depois encontra, ao nível textual, formas tipos, estratégias próprias para marcar a sua identidade... Eu acho que a questão da nacionalidade literária moçambicana pode ser vista nesse jogo em que se pretende dizer uma coisa de depois introduz-se um conjunto de aspetos, enfim, de estratégias que levam a provocar esse efeito de moçambicanidade, quando no caso, é efeito de real, aquele efeito de moçambicano. (En.SC.3, 2006).

Portanto, o entendimento e exercício plenos da cidadania, passam, também, pelo processo de ensino e aprendizagem (E-A)– educação formal–, como bem coloca Soares (2004). Segundo a autora, só quem sabe ler e escrever “*é capaz de agir politicamente, de participar, de ser livre, responsável, consciente– de ser Homem histórico e político, enfim, de ser cidadão*” (SOARES, 2004, p. 55).

Assim, é pertinente ressaltar, como tivemos a oportunidade de constatar nas entrevistas, o trabalho que o IC tem vindo a desenvolver em Moçambique em prol do E-A da LP. Todos entrevistados são unânimes em apontar o papel positivo que o Instituto Camões desempenha para o E-A da LP.

Desde a sua implantação em Moçambique, o IC possui uma rede de docência que participa da formação de professores moçambicanos de língua portuguesa. Tem, instalados, na Universidade Pedagógica (UP) e na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), agentes que coordenam os centros de língua portuguesa, com o intuito de ajudar e colaborar no aperfeiçoamento do português, língua oficial e de ensino em Moçambique, a mesma língua de cujos símbolos, valores sobre a cidadania moçambicana se representa.

Portanto, cabe-nos reiterar, mais uma vez, de que o efeito colateral das atividades do IC, através do CCP de Maputo, de que nos referimos anteriormente, se manifesta, a partir do aperfeiçoamento da LP.

Porém, não devemos descurar que, a formação da cidadania também pode ser feita no sentido informal. Quer dizer, não necessariamente pelo domínio da LP. No sentido informal, a cidadania pode processa-se através de participação em movimentos sociais, de associações, das ONG's, de partidos políticos em seus programas de formação, como bem colocou Benevides (1991). Mas, como diz Jelin *apud* Araújo (1998), para se chegar a ser cidadão/cidadã ativos/ativas e responsáveis, é necessário contar com oportunidades e espaços que possam permitir e possam promover o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades e idéias muito especiais, ou seja, “a cidadania é uma prática que se aprende através da participação em experiências concretas. É uma prática educacional” (ARAUJO, 1998, p. 41). E, quanto a nós, o CCP-IC de Maputo seria um espaço ideal para a prática de tais atividades.

Na esteira desta análise, relacionada com a questão do material alternativo ao português na divulgação das atividades do IC em Maputo e levando já em conta a situação lingüística do país, é interessante observarmos a opinião dos sujeitos entrevistados. Para o En.D. do IC, o IC não possui nenhum outro recurso de divulgação das atividades porque não há publicações em línguas banto (LB) de Moçambique, apesar de reconhecer e acreditar que isso se venha a verificar um dia.

Não temos nenhum outro recurso porque não há publicações em línguas bantu em Moçambique, portanto, penso que não é o IC que o vai fazer, aliás, eu penso que isso é um fenômeno que devemos ter consciência que essa importância virá a ter maior visibilidade à medida que o desenvolvimento se vier a acontecer em Moçambique (En.D., 2006).

De fato, não há, em Moçambique, muitas publicações em LB, situação que de certa forma dificultaria a qualquer instituição, se pretendesse utilizar essas línguas, para a promoção e divulgação da cultura, como refere o mesmo entrevistado.

Nesta fase, não há, em Moçambique, ninguém a escrever em LB, não há publicações em LB, as editoras só publicam em português e, como tal, o IC,

a bibliografia que tem também é em português. O acesso à ciência, ao conhecimento é feito em português... (En.D., 2006).

Estamos em crer que, havendo divulgação de trabalhos em línguas nacionais e sendo decodificadas ao nível da escrita e leitura, por parte dos cidadãos que têm lacunas em português, muitos aspectos inerentes ao país seriam assimilados.

Os próprios escritores moçambicanos, de que nos referimos anteriormente, através do depoimento do En.SC.3, nos seus escritos, inserem vocábulos em línguas nacionais na tentativa de buscar o tal efeito do real, de que Roland Barthes refere na sua obra⁷².

Para um dos nossos entrevistados, a identidade moçambicana, descrita através da literatura, pode ser manifestada

por exemplo, através do uso das línguas nacionais, o uso dos nomes, enfim, uma série de coisas que nos remetem ao o que é de Moçambique, que é sobre Moçambique. Portanto, eu parto do princípio de que existe uma certa atitude por parte dos autores moçambicano que procuram afirmar uma certa identidade (En.SC.3, 2006).

Perante os fatos relatados, sobre a importância das línguas nacionais na apreensão do conceito de cidadania moçambicana, a falta delas, nas publicações, em Moçambique, torna-se difícil apreender o grau de participação do IC de incluir, nas suas atividades, os usuários que não dominam ou que não lêem a língua portuguesa. Fica aqui o registro de que não existem, no IC de Maputo, materiais/instrumentos de divulgação em línguas nacionais porque o país não os tem (ainda) disponíveis. Pelo o que constatamos na pesquisa, tudo indica que existe uma dualidade entre as necessidades da sociedade moçambicana e a oferta dos serviços, por parte do IC.

Esperemos que o projeto de introdução, das LB, nas classes iniciais de ensino, em paralelo com o português, abra horizontes para a inserção de mais camadas de cidadãos nas atividades do IC em Maputo.

⁷² **BARTHES**, Roland. *O efeito do real*. IN: AA. VV., Literatura e realidade, Paris: Edição do Sul, 1982, p. 81-90.

De acordo com o En.D., o IC apóia esta iniciativa mas na perspectiva rural, uma vez que,

nas cidades isso não faz sentido. A gente sabe que em Maputo, nos meios urbanos, as crianças já estão expostas a LP quotidianamente; muitas têm telefonia e televisão em casa. O choque já não existe. Mas nos meios rurais, nós sabemos que tem de ser assim sob pena de as crianças não terem motivação e quase sentirem necessidade de abandonar o meio escolar porque a integração é muito brusca. (En.D., 2006).

De qualquer forma, paralelamente a isso, constatamos que o CCP de Maputo parece privilegiar a função *informativa*⁷³, que se caracteriza pela educação formal– com fornecimento de obras para pesquisas escolares– em detrimento das restantes funções. A função *recreativa* é aquela em que o CCP-IC de Maputo nos parece estar a perder mais terreno para os outros meios de comunicação.

Os dados da pesquisa nos fazem deduzir que o CCP-IC de Maputo parece restringir as suas atividades de recreação apenas nas atividades da galeria. Na biblioteca há uma tendência para se considerar mais importante o papel informativo em detrimento do lazer.

Consideramos, assim, que existe uma lacuna nesse aspecto na medida em que, mesmo considerando que o livro é uma das formas de lazer menos utilizadas, é preciso lembrar que, em algumas circunstâncias, o oferecimento de leitura recreativa poderá atender a uma importante necessidade social com vista à construção da cidadania.

Diante dessas contradições, decorrentes das dificuldades emanadas da sociedade moçambicana, onde o IC está implantado, nos parece sensato que, por exemplo, apesar de não existir produções de livros em línguas nacionais, o CCP-IC de Moçambique, poderia, através do já referido serviço de extensão (por intermédio de atividades recreativas), tentar ir ao encontro dos cidadãos que não freqüentam o

⁷³ Terminologia usada por Andrade & Magalhães (1979), sobre as funções da biblioteca publica, abordadas no referencial teórico (cap. IV) do presente trabalho.

centro, ou porque não sabem ler (compreender) a língua portuguesa– analfabetismo funcional–, ou porque são impedidos, por constrangimentos de outra espécie.

Tentaremos, no próximo capítulo, o das considerações finais, especificar essas sugestões sobre como é que o serviço de extensão funcionaria.

O que estamos tentando demonstrar ao longo desta análise é que as discussões sobre o conceito de cidadania moçambicana parecem, ainda, se encontrar em fase incipiente, ou até mesmo contraditória, no seio de muitos cidadãos moçambicanos e que, o IC, através do CCP de Maputo poderia abranger nas suas atividades, essas especificidades, em prol da cidadania moçambicana.

É claro que não se pode concluir com toda a propriedade tal fato a partir do presente trabalho. Sugeriríamos, para isso, pesquisas futuras, abrangendo um universo maior de sujeitos com o intuito de se avaliar a veracidade das nossas constatações. Fica, desde já, o nosso desafio para os próximos trabalhos na área.

Um dos objetivos do presente trabalho é *relacionar o conceito de “cidadania” e a concretude do mesmo com o contexto moçambicano*. Tal objetivo achamos ter sido atingido, apenas no contexto dos usuários da cidade de Maputo, que constituiu o nosso universo de pesquisa. Daí o nosso cuidado e receio em não generalizar as conclusões para um universo alargado.

Ressalta-se ainda que não constituiu proposta do presente trabalho explorar a situação lingüística moçambicana com todas as suas especificidades, embora, como tivemos a oportunidade de constatar, tanto no capítulo II como nesta análise dos dados, a prática da cidadania moçambicana passa necessariamente pela componente lingüística. Tentamos explorar, na análise do presente trabalho, a problemática das línguas nacionais face ao processo de E-A em Moçambique e, sobretudo, sobre a sua “convivência” juntamente com o português.

Assim, tendo em conta o objetivo geral do presente trabalho que foi: *identificar os fatores determinantes para a atuação do IC em Maputo- Moçambique e analisar as atividades culturais e serviços biblioteconômicos, com vistas a contribuição para a construção de uma cidadania moçambicana*, a partir das análises feitas ao longo deste trabalho achamos que nos é possível, à seguir, sintetizar, as conclusões que nos foram possíveis chegar e propor algumas sugestões, tanto para a atuação do IC em Moçambique, como para futuros trabalhos do gênero.

Chegados a esta parte e com base nos resultados, que nos permitiram atingir o objetivo geral do trabalho surge-nos a necessidade de sintetizar as conclusões que chegamos.

Assim, é-nos possível confirmar a primeira hipótese previamente formulada segundo a qual, o *CCP do IC em Maputo, contribui para a formação da cidadania moçambicana*. Ou seja, os serviços biblioteconômicos e as atividades realizadas na galeria de arte do CCP de Maputo, embora não tenha como objetivo principal a construção da cidadania moçambicana, ele o faz de forma implícita e com as contradições assinaladas, promovendo tal dimensão pela oportunidade de acesso aos serviços e a informação.

A nossa pesquisa, quer através dos inquéritos aos usuários do centro, quer através das entrevistas às diversas personalidades, representantes da sociedade civil moçambicana, revelou que o IC em Moçambique não se propõe, dentro dos seus objetivos, a construir a cidadania moçambicana, mas, através dos serviços e atividades mencionados, pode-se inferir que tal fato se verifica pela contribuição e em termos das oportunidades advindas com as suas atividades.

Na biblioteca, por exemplo, foi-nos possível observar que com o apetrechamento de obras relacionadas com Moçambique, nomeadamente, literatura moçambicana, promoção de concursos ao nível das escolas, sobre temas nacionais, o IC de Maputo consegue evidenciar essa imagem da sua participação na construção da cidadania moçambicana.

É verdade que os dados da pesquisa revelam que o acervo existente na biblioteca do CCP-IC de Maputo é majoritariamente centrado para fins escolares, o que nos fez inferir, na análise dos dados, que, ela, apesar de ser denominada de biblioteca pública, está mais voltada para os alunos do que para o público, no sentido pleno da palavra, mas o fato de a literatura moçambicana estar a crescer nas estantes da biblioteca, conforme constatamos, nos faz chegar a essa conclusão.

Na galeria de arte, conforme apuramos a partir das entrevistas e da análise dos documentos que tivemos acesso, atividades como lançamentos de obras de escritores moçambicanos, exposições de arte, palestras proferidas por convidados

nacionais, sobre Moçambique, entre outras atividades contribuem para o alcance desse objetivo, o da contribuição para a construção da cidadania moçambicana.

Para legitimar essa constatação tomemos o exemplo do ano de 2005 (até 13 de Dezembro, inclusive), em que o CCP-IC de Maputo reservou e realizou 12 exposições de arte de artistas moçambicanos⁷⁴.

Por outro lado, no que diz respeito à segunda hipótese formulada, a de que, *existem, no CCP de Maputo, recursos (serviços) paralelos/alternativos ao português, nomeadamente, línguas nacionais, que permitem a reprodução/divulgação das atividades, com vista a abarcar os usuários que têm fraco domínio da língua portuguesa*, os dados da nossa pesquisa remetem para a sua refutação. Não existe, no CCP de Maputo, qualquer tipo de atividades ou recursos alternativos ao português para os usuários que provavelmente não falam ou que não dominam esta língua.

As razões para este fenômeno, conforme se demonstrou nos resultados, se devem ao fato de, no país, não existir publicações, em línguas nacionais, sobre diversos assuntos a ele relacionados. Provavelmente, com a introdução do ensino das línguas nacionais, a situação venha a reverter-se e nessa altura, através de novas pesquisas, poder-se-á voltar a abordar o assunto.

Assim, a não confirmação dessa hipótese, pela razão apontada, leva-nos a corroborar com o argumento apresentado pelo Instituto Camões, através do En.D., sobre a não existência, no acervo da biblioteca do centro, de obras em línguas nacionais. O nosso entrevistado justificava, a propósito que não caberia ao IC publicar obras sobre o país, em línguas nacionais, acreditando que *“essa importância virá a ter maior visibilidade à medida que o desenvolvimento se vier a acontecer em Moçambique”* (En.D., 2006).

Perante esse fato, como afirmámos anteriormente, as práticas informacionais, no CCP-IC de Maputo poderão apresentar-se de difícil execução plena, tendo em conta o elevado índice de cidadãos que não dominam a língua portuguesa e sentem nela um certo desconforto.

⁷⁴ Segundo as estatísticas referentes ao movimento geral do centro em 2005 (disponível na biblioteca; não publicado).

A pesquisa trouxe também resultados interessantes para nossa reflexão sobre a convivência, em Maputo, de várias etnias sem provocar grandes conflitos, configurando-se, assim, um bom requisito para a construção da cidadania moçambicana. No CCP de Maputo, de acordo com a nossa pesquisa, cujos dados se encontram ilustrados através da TAB. 2 e secundados pela fala do En.F.2 (página 140), freqüentam vários cidadãos oriundos de diversas etnias do país formando, assim, um mosaico cultural muito amplo e pacífico permitindo, deste modo, o desenvolvimento das práticas informacionais entre esses atores sociais, em prol da cidadania.

Entendemos que, a partir dessa interação, os atores podem ser incluídos em outros espaços de produção e disseminação da informação que os capacitariam a filtrar as informações disseminadas pelos meios de comunicação de massa, assim como a apreensão na interpretação e construção de conhecimentos, criando mais redes de contatos. Isso porque esses espaços, como o que é encarado o CCP-IC de Maputo, proporcionam uma interação, onde os atores sociais podem intervir, participar e expressar suas próprias idéias.

Portanto, nesse contexto, as práticas de informação desenvolvidas no CCP-IC de Maputo (espaço de interação) têm uma contribuição efetiva para a construção da cidadania moçambicana, o que confirma o pressuposto norteador desta pesquisa.

Assim, tendo em conta as considerações acima apresentadas, para finalizar, gostaríamos de apresentar algumas sugestões que achamos pertinentes para a atuação do Instituto Camões em Moçambique, com vista à construção da cidadania moçambicana.

Nesse sentido, tendo em conta o pressuposto sobre a atuação do IC em Moçambique tendo em vista a inclusão de cidadãos nas atividades desenvolvidas no CCP de Maputo, sugere-se que:

- ✓ O IC, por intermédio da sala de conferencias (galeria), crie um espaço, dentro das suas atividades, de debates sobre os preceitos de cidadania e/ou sobre diversos assuntos inerentes a esta temática.

Esses debates poderiam ser feitos com a interação dos professores das diversas escolas de Maputo, que, não só contribuiriam para este assunto, como também consolidariam e alargariam o universo de cidadãos falantes da LP, aperfeiçoando-a e difundindo-a, cada vez mais;

- ✓ o Instituto Camões em Maputo considere a possibilidade de se introduzir o serviço de extensão na divulgação das suas atividades. Com este serviço, conforme descrevemos anteriormente, grandes camadas de cidadãos vivendo nos bairros periféricos da cidade e se sentindo constrangidos por um dos motivos descritos no capítulo três do presente trabalho, sobre as instituições públicas de acesso e democratização da cultura, poder-se-ia desenvolver neles, a vontade de participar dessas atividades;

O serviço de extensão poderá ser através do carro-biblioteca, uma das formas mais versáteis da biblioteca para atingir os cidadãos que se encontram nessas condições.

A vantagem do carro-biblioteca se justifica pelo fato de “*um só veículo poder atender a várias comunidades...*” (DUMONT, 1995, p. 182). Nesse caso e tendo em conta o proposto pela autora, o carro funcionaria como um agente que iria despertar, nesses cidadãos, o interesse pela atividade da leitura, criando posteriormente uma frente provocativa de demanda de serviços bibliotecários, os quais seriam implantados de forma permanente nessas comunidades.

Com este tipo de serviço afigurar-se-ia uma importância de maior valia para a atuação do IC, na medida em que, o seu bibliotecário ou funcionários da biblioteca, teriam a oportunidade de ir para fora, encontrar o povo, ao invés de se manifestar passivamente esperando que o público vá a biblioteca.

Assim, julgamos que com o carro-biblioteca, o CCP-IC de Maputo ampliaria a sua influência e reputação em Moçambique- Maputo e desse modo, supriria uma maior parcela da população, especialmente aquela de baixo nível de leitura, desprivilegiada e, especialmente, a que é marginalizada das práticas informacionais, com vistas a compreensão dos preceitos da cidadania e não só.

Acreditamos que o serviço de extensão da biblioteca é um processo dinâmico que visa à mudança. Assim, parafraseando a colocação de Lanna (1985), a relação

comunicativa que existe entre a biblioteca e o usuário faz com que ela se torne útil e inserida no contexto sócio-cultural da comunidade, num movimento de integração e reciprocidade plena;

- ✓ dentro da sua política de atuação e tendo em conta que não existe, em Moçambique, publicações em línguas nacionais, o IC, incentive, através de promoção de iniciativas locais, a abertura de uma linha editorial em línguas nacionais, sobre assuntos relacionados com Moçambique, que inclusive poderiam ser enquadrados dentro do acervo do carro-biblioteca;
- ✓ o IC, à semelhança dos vários prêmios literários outorgados anualmente, com destaque para o “Premio Eloquência-Instituto Camões”, considerasse a possibilidade de se efetuar um prêmio direcionado aos cidadãos pouco ou não escolarizados. O referido prêmio poderia consistir, por exemplo, em o participante contar um conto na sua língua autóctone e, em seguida, o traduzisse para o português;

Entendemos que, com iniciativa do gênero, o IC despertaria, no seio da comunidade, a curiosidade e vontade de aprender, cada vez mais, a LP fazendo com que os cidadãos em questão superassem o analfabetismo funcional.

- ✓ no âmbito, ainda, do serviço de extensão, o IC considerasse a possibilidade de incluir o serviço de acesso ao computador, permitindo, desse modo, a aproximação dos cidadãos às novas TIC's;
- ✓ se desenvolvam, no CCP-IC de Maputo, ações, no sentido de a sua biblioteca caminhar para se efetivar como biblioteca pública, com as características que mencionamos no referencial teórico do presente trabalho.

Porém, é pertinente reafirmar que este trabalho não constitui o esgotar dos estudos neste campo de investigação, pelo que, trabalhos paralelos a este nosso, para nos refutar ou para enriquecer, contribuiriam, certamente, para o desenvolvimento da questão da cidadania moçambicana.

Estamos cientes, com isso, que, futuros trabalhos sobre a identidade moçambicana serão produzidos; identidade essa que é

uma herança que os moçambicanos herdaram da valentia de muitos homens e mulheres que lutaram, que se sacrificaram e dos quais muitos morreram pela independência, soberania e liberdade de Moçambique. Exatamente por isso, a moçambicanidade é, também e, sobretudo, um dever e uma tarefa: dever de conservar a liberdade e a soberania duramente conquistadas; **tarefa de as consolidar e de as incrementar para as gerações futuras** (NGOENHA, 1998, p. 17- grifo, nosso).

1. ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1998.
2. ANDRADE, Ana Maria Cardoso; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. *R. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 48-59, mar. 1979.
3. ARAUJO, E. A. de. *Práticas informacionais na Cyber- Society; análise do uso de Redes de Comunicação Eletrônica por Organizações Não-Governamentais/ONGs da Região Nordeste do Brasil*. In: Anais do III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO/IBICT, 1997.
4. _____. *A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais / ONGS brasileiras*. 1998. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1998.
5. ARENDT, H. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
6. AZEVEDO, Marco Antonio de. *Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em um ambiente comunitário*. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UFMG, Belo Horizonte, 2006.
7. BALEIRA, Sérgio. Noções concorrentes: estratégias de construção de identidade. In: FRY, Peter (Org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, 157-179.
8. BARRETO, Aldo Albuquerque. A informação em seus momentos de passagem. *DataGamaZero*, vol. 2. n. 4, ago., 2001. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/ago01/FIart.htm>> Acesso em: 15 nov. 2006.
9. BARTHES, Roland. O efeito do real. In: AA. VV., *Literatura e realidade*. Paris: Edição do Sul, 1982, p. 81-90.
10. BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
11. BAUDRILLARD, Jean. El efecto Beaubourg. In: *Cultura y Simulacro*. Barcelona: Kairós, 1978, p. 84.
12. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.
13. BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
14. BOLLE, W. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Texto I, p. 11-22.

15. BONETI, Lindomar Wessler, A produção do Conhecimento como Fator de Inserção Social. In: FERREIRA, Lílíana Soares, Bonetti, Lindomar Boneti (Org.), Educação e cidadania. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2001.
16. BORGES, Edson. A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1982). In: FRY, Peter (Org.). Moçambique: ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, 225-247.
17. BRITO, Luís C. de. *Moçambique independente: o novo espaço político*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1995.
18. BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. Journal of Information Science. v.2, p. 209- 221, 1990.
19. BUCKLAND, Michael K. Information as a thing. Journal of the American Society for Information Science (Jasis). Berkeley, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.
20. BUENDÍA GÓMEZ, Miguel. *Educação moçambicana: história de um processo: 1962-1984*. Maputo, Livraria Universitária, 1999.
21. BUSH, V. As we may think. Atlantic Monthly, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1995.
22. CAPELA, José. *Moçambique pelo seu povo*. Porto: Afrontamentos, 1994.
23. CABRAL, A. M. R. *A vez e a voz das Classes populares em Minas*. São Paulo: ECA/USP, 1995.
24. CACCIA-BAVA, Emiliano de Castro; THOMAZ, Omar Ribeiro. Moçambique em movimento: dados quantitativos. In: FRY, Peter (Org.). Moçambique: ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, 21-58.
25. CALDEIRA, Paulo da Terra. Museus. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2005, p. 141- 157.
26. CAMPELLO, Bernadete Santos. A biblioteca escolar como espaço do conhecimento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 2002, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 99-106.
27. CAMPOS, Shirleti Amorim. *As bibliotecas públicas são Centros Culturais ou os Centros Culturais são o milagre do século?* 1995. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
28. CAPURRO, R., HJORLAND, B. The concept of information. ARIST, v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003.

29. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
30. _____. *Cidadania: tipos e percursos*. Estudos históricos, 18, 9: Rio de Janeiro, 1996.
31. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
32. CHAGAS, M. *Museu: coisa velha, coisa antiga*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1987.
33. _____. Cultura, patrimônio e memória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 2002, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 135-178.
34. CHAUI, Marilena. A ética da política. In: CHAUI, Marilena et al. Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 17-55.
35. CHAUI, Marilena et al. *Política cultural*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
36. COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.
37. COVRE, Maria de Lurdes Manzini. *O que é cidadania?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
38. CURLEY, Arthur & BRODERICK, Dorethy. *Building library collections*. 6ª ed., Metuchen, Scarecrow, 1985.
39. DEMO, P. *Cidadania menor: algumas indicações quantitativas da nossa pobreza política*. Petrópolis: Vozes, 1992.
40. _____. Cidadania e emancipação. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 100, p. 53-72, jan./ Mar., 1990.
41. DUMONT, Lígia Maria Moreira. A extensão através do carro-biblioteca. Revista da Escola de Biblioteconomia. UFMG. Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 182-191, jul. 1985.
42. EVANS, G. Edward. *Developing library collections*. Littleton, Libraries Unlimited, 1979.
43. FARRADANE, J., Relational indexing; part. I. Journal of Information Science. v. 1, p. 267- 276, 1980.
44. FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da ciencia da informação. INFORMARE: Cad. PPGCI MCT/IBICT- UFRJ/ECO, v.1, n. 1, p.25-30, 1995.

45. FERREIRA, Lílíana Soares; BONETI, Lindomar Wessler (Orgs.). *Educação e cidadania*. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2001.
46. FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
47. FIRMINO, Gregório. *A questão lingüística africana pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*, Maputo: Promédia, 2000.
48. FLECHA, Ramón. As novas desigualdades educativas. In: CASTELLS, M. et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 32- 52.
49. FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. Revista da Escola de Biblioteconomia. UFMG. Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-8, set. 1980.
50. _____. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. Revista da Escola de Biblioteconomia. UFMG. Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-69, Set. 1983.
51. FAIFE, Olívia Maria. *Moçambique: As metamorfoses da cidadania ou em busca de uma cidadania?* Maputo: Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, 2003.
52. FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
53. FROTA, Maria Guiomar da Cunha. *Associativismo civil e participação social: desafios de âmbito local e global na implementação dos direitos da criança*. 2004. 191 f. Tese (Doutorado) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.
54. GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1994.
55. GIONGO, Beatriz Helena. *O livro como objeto de lazer no âmbito de bibliotecas públicas da região de Campinas*. 1989. 197 f. Dissertação (Mestrado) - PUC- Campinas, Campinas, 1989.
56. GLASER, B. G., STRAUSS, A. *The discovery of ground theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing, 1967. p.17- 18.
57. GOMES, A. M. D. V. *O público e o popular : a inserção do popular na escola pública*. 1990. 221 f. Dissertação (Mestrado) - PUCCAMP, Campinas, 1990.
58. GOMEZ, M. N.G. de. Informação e Conhecimento. Brasília: Ciência da Informação, v. 13, n. 2, p. 107-114, Jul/ Dez, 1984.

59. _____. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. Ciência da Informação, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990.
60. _____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jan./jun., 2001.
61. GONÇALVES, Marco Antonio. *Formação da cidadania: proposta educacional*. São Paulo: Paulus, 1994.
62. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
63. HEDGES, David. *História de Moçambique* v. III: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. 2ª ed. Maputo: Livraria Universiaria, 1999.
64. INSTITUTO COLOMBIANO DE CULTURA, *La biblioteca pública: manual para su organizacion y funcionamiento*. Bogotá: Colcultura, 1982.
65. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA-INE. CENSO 97- II. Recenseamento Geral da População e Habitação: Resultados Definitivos. Maputo, Outubro 1999. (Disponível em CD-ROM).
66. HEINTZE, Ingeborg. *L'organisation d'une petite bibliothèque publique*. Paris: UNESCO, 1963
67. HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
68. JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, p. 121- 139.
69. JELIN, E. *Construir a cidadania: Uma Visão desde Baixo*. Revista Lua Nova, n. 33, 1994, p. 39-57.
70. LANNA, Rosa Maria de Sousa. *Extensão bibliotecária no contexto de um país de terceiro mundo: a caixa estante brasileira*. 1985. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 1985.
71. LE COADIC, Yves-François. *A Ciência da Informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 1996.
72. LEMOS, António Agenor Briquet de. *Bibliotecas*. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, p. 101-119.

73. LOPES, José de Sousa Miguel. *Cultura acústica e letramento em Moçambique*: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural. São Paulo: Educ, 2004.
74. LYON, D. *The information society: issues and illusions*. Cambridge: Polity Press, 1994.
75. LYOTTARD, J. F. *O que é o pós-moderno*. 3ª ed., Rio de Janeiro, 1990.
76. MABUNDA, M. E. *Desafios para uma sociedade de informação em Moçambique*, Maputo: Fundo de Fomento Mineiro, 2005.
77. MACHEL, Graça. *Reencontrei oportunidade para ser feliz de novo*. Maputo: Domingo, set. [198-].
78. MAGRILL, Rose Mary & HICKEY, Doralyn. *Acquisitions management and colletion development in libraries*. Chicago: American Library Asssociation, 1984.
79. MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987
80. MARSHALL, T. H. *Cidadania, status e classe social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967 [1963].
81. MARTELETO, Regina Maria. Cultura da Modernidade: discursos e práticas informacionais. Revista Escola de Biblioteconomia. UFMG, v. 23, n. 2, p. 115-137, jul./dez., 1994.
82. _____. *Cultura, Educação e Campo social*: discursos e práticas de informação. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
83. _____. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? Ciência da Informação, Brasília, IBICT/MCT, v. 16, n. 2, p. 169-181, 1987.
84. MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Editora Afiliada, 2002.
85. MATUSSE, Gilberto. *A construção da imagem de mocambicanidade em Jose Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 1998.
86. MAZULA, B. Cidadania e participação na vida política do país. In: MAZULA, B. et. al. Democracia e desenvolvimento. Maputo: Associação Joaquim Chissano, p. 9- 32, 2001.
87. _____. *A construção da democracia em África*: o caso moçambicano. Maputo: Njira, 2000.

88. MAZULA, Brazão; BUENDIA GOMEZ, Miguel. *A educação em Moçambique: mudanças e desafios*. São Paulo, 1992, mimeo.
89. MEDEIROS, J. W. de M. Informação televisiva e espaço escolar: pedagogia de participação e cidadania para o ensino fundamental brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, 2000, Brasília. *Anais...* CD ROM.
90. MILANESI, Luís. *A casa da Invenção: biblioteca*, Centro Cultural. São Paulo: Ateliê Editora, 1997.
91. _____. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
92. _____. *Centro de Cultura: forma e função*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
93. MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
94. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano curricular de ensino básico*. Maputo, Agosto, 1999.
95. MIRANDA, A. A. A missão da biblioteca pública no Brasil. Revista Escola de Biblioteconomia, Brasília, v. 6, n. 1, 1978, p. 69-75.
96. MISKA, Francis L. *La bibliotecologia y la ciência de la información: dos paradigmas*. Lima: Ed. Piedra Azul, 1999.
97. MOOERS, C. N. *Zatociding applied to mechanical organization of knowlodge*. American Documentation, v. 2, p. 20-32, 1951.
98. MORAES, Mirtes da Silva. Objetivos e funções da biblioteca pública. Boletim ABDF, Nova série, Brasília, v. 9, n. 3, 1986, p. 190-192.
99. MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. Revista da Escola de Biblioteconomia. UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar., 1984.
100. NASCIMENTO, Flávio Martins e. *Ação e informação em centros culturais: um estudo sobre o instituto Tomie Ohtake*. 2004. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informacao) - PUC Campinas, Campinas, 2004.
101. NELIMO (Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas). *I Seminário sobre Padronização de Línguas Moçambicanas*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação/Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, 1989.
102. NGOENHA, S. E. Identidade moçambicana: já e ainda não. In: SERRA, Carlos (Org.). Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização. Maputo: UEM, 1998, p. 17- 34.

103. NGUNGA, A. *As línguas bantu de Moçambique*, Maputo: Limani 1991.
104. NOGUEIRA, M. C. D. A realidade da biblioteca pública. Revista da Escola de Biblioteconomia. UFMG, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 205-212, Set. 1983.
105. PIMENTEL, C. D. Biblioteca pública e biblioteca escolar: uma integração necessária. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982.
106. PINSKY, Jaime (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
107. PINTO, Céli Regina Jardim. A democracia desafiada: a presença de direitos multiculturais. In: AVRITZER, Leonardo, DOMINGUES, José Mauricio (Org.). Teoria social e modernidade no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
108. PINTO, Meyke Vilas Boas. *Práticas informacionais para a construção da cidadania*: um estudo de caso sobre os atores sindicais da Rede Municipal de Belo Horizonte. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em em Ciência da Informação) - UFMG, Belo Horizonte, 2004.
109. REED, Helen I. *Collection management and development: issues and applications*. In: Library Acquisition: practice & theory, Z (3) : 271-2, 1983.
110. REGINATO, Sidia M. D. O que promove o lazer, o que promove o homem. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). Lazer e empresa. Campinas: Papirus, 1999. Cap. 9, p. 123-137.
111. REIS, Alcenir S.; REZENDE, Marlene Edite P. Escutando a comunidade: discussão junto a camadas populares. Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 289-312, 1995.
112. RELATÓRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MOÇAMBIQUE, 1997. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Maputo.
113. RELATÓRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MOÇAMBIQUE, 2000. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Maputo.
114. RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
115. ROBREDO, Jaime. Epistemologia da Ciência da Informação e Biblioteconomia revisitada. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia ENANCIB, 2003. CD ROM.
116. ROCHA, Carmen Lucia Antunes. *Cidadania e constituição*. Belo Horizonte: [s.n.], 1999, 90 p., v. 21, n.3 [Maio, 1996].

117. ROSÁRIO, Lourenço do. Contribuição para uma reflexão sobre a idéia de identidade e cidadania em Moçambique. In: ROSÁRIO, Lourenço do. Singularidades, estudos africanos, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1996.
118. RUSSIO, W. Cultura, patrimônio e preservação (Texto III). In: ARANTES, A. A. (Org.). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-78.
119. _____. O conceito de cultura e sua inter-relação com patrimônio cultural e a preservação. Cadernos Museológicos (IBPC). Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-12, 1990.
120. SALIBA, C. A. B. & PINHEIRO, A. M. Biblioteca pública brasileira: objetivo e missão social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982, p. 398-416.
121. SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.
122. SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1., n. 1, p. 41-62, Jan./Jun., 1996
123. SCHERER- WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais e processos educativos. Cidadania/ Textos, Campinas, n. 5, p. 2-12, Abr., 1995.
124. SELLTIZ, Claire et al. *Método de pesquisa nas relações sociais: medidas na pesquisa social*. São Paulo: EPU, 1987.
125. SFEZ, Lucien. Informação, saber, comunicação. INFORMARE, Rio de Janeiro: MCT/IBICT-UFRJ/ECO, v. 2, n. 1, p. 5-13, 1996.
126. SILVA, Alzira Karla Araújo da. A sociedade da informação e o acesso a educação: uma interface necessária a caminho da cidadania. Informação e Sociedade: Estudos João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 63-83, Jul./Dez., 2001.
127. SILVA, Armando Malheiro da. Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação? In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (Org.). Organização e Representação do Conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003.
128. SILVA, Maria Celina Soares de Melo e. *Centro Cultural: construção e reconstrução de conceitos*. 1995. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
129. SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

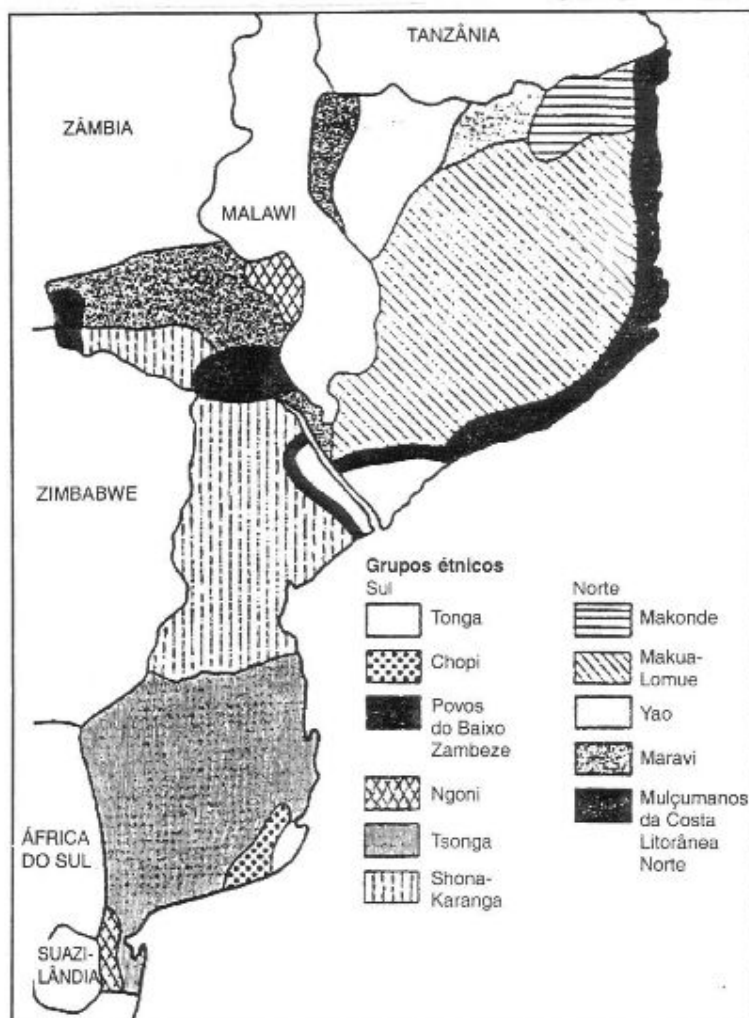
130. SMITH, Ian McKenzie. The Museum as a cultural center. In: SCOTTISH MUSEUMS COUNCIL. Museums are for people. Edinburgh, Her Majesty's Stationery Office, 1985, p. 85-86.
131. SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2004.
132. SODRE, Muniz. *Reinventado a cultura*. Petrópolis, RJ: vozes, 1996.
133. SUAIDEN, Emir José. *A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação*. Revista de Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em <<http://www.ibict.br/cionline/29020007.pdf>> Acesso em: 14 de out. 2006.
134. SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
135. TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. Revista da Escola de Biblioteconomia, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, Jul.- Dez., 1991.
136. TEIXEIRA COELHO, J. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
137. _____. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
138. _____. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
139. TOURAINE, Alain. *O que é Democracia?* Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
140. TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987
141. TURNER, Bryan S. Outline of a theory of citizenship. Sociology, v. 24, n. 2, 1990.
142. UNESCO. Manifesto da UNESCO sobre a biblioteca pública. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 7(4/6), p. 158-63, 1976.
143. VARINE-BOHAN, H. de. Os museus no mundo. In: AMARAL, Luis (trad.). Os museus no mundo. Biblioteca Salvat de Grandes Temas, Rio de Janeiro: Salvat Editora, 1979, p. 9-12.
144. VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Bibliotecas públicas e mudança social: a contribuição do desenvolvimento de coleções*. 1990. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - USP, São Paulo, 1990.
145. VIEIRA, L., *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
146. VILLORO, L. *Estado plural, pluralidad de culturas*. México: Paidós, 1998.

147. WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. I, Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
148. WEBSTER, F. *Theory of Information Society*. London: University of Lancaster, 1997.
149. WERSIG, G. Information science and theory: a weaver bird's perspective. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992.
150. _____. Information Science needs a theory of information actions. Social Science Information Studies. v. 5, p. 11-23, 1985.
151. _____. NEVELLING, U. *The phenomena of interest to information science*. Information Scientist, v. 9, p. 127-140, 1975.

ANEXO I- LEI ORGÂNICA DO INSTITUTO CAMÕES:
Atribuições do Instituto Camões

- Desenvolver programas adequados à difusão da língua e da cultura portuguesas;
- Promover o português como língua de comunicação internacional;
- Conceber, desenvolver e gerir a rede de formadores e leitores de língua e de cultura portuguesas;
- Desenvolver ações culturais, em conjugação com os demais serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Promover e acompanhar a participação portuguesa em ações culturais no estrangeiro;
- Divulgar no estrangeiro ações culturais que ocorrerem em Portugal, em cooperação com o Ministério da Cultura;
- Superintender na atividade dos Centros Culturais Portugueses no estrangeiro, em articulação com os demais serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Preparar reuniões internacionais com incidência no ensino da língua e na difusão da cultura portuguesas;
- Promover, preparar e coordenar a negociação de acordos de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas;
- Promover e acompanhar a execução dos acordos de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas;
- Conceber, desenvolver e executar ações, projetos e programas de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas, sem prejuízo das atribuições próprias de outras instâncias do Estado, em especial dos Ministérios da Educação e da Cultura;
- Preparar e coordenar as comissões mistas decorrentes dos acordos culturais bilaterais;
- Colaborar e acompanhar a execução de ações, projetos e programas de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas, promovidos por órgãos do Estado e serviços públicos;
- Conceder apoio financeiro a cidadãos e entidades portuguesas e estrangeiros que se dediquem ao estudo e à investigação da língua e da cultura portuguesas, visando a respectiva difusão externa;
- Promover e apoiar a produção de obras de divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro;
- Participar em atividades de organizações nacionais, estrangeiras ou internacionais, no quadro das suas atribuições.
- Estabelecer as linhas de orientação da atividade e as áreas prioritárias de intervenção;
- Apreciar e aprovar os planos e relatórios consolidados de atividades;
- Acompanhar a contratação e formação de pessoal;
- Coordenar e acompanhar a atividade de formadores e leitores.

ANEXO II- PRINCIPAIS ETNIAS DE MOCAMBIQUE



Fonte: Rita-Ferreira, 1976.

ANEXO III- QUESTIONÁRIO

Prezado usuário do Centro Cultural Português (biblioteca e galeria),

Estou realizando uma pesquisa para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, cujo objectivo é o de compreender “O papel do Centro Cultural Português do Instituto Camões (CCP-IC) na construção de uma cidadania moçambicana: o caso de Maputo” e gostaria, para o efeito, obter sua opinião sobre a contribuição do mesmo para a construção de uma cidadania moçambicana. Conto com sua colaboração e agradeço sua participação pois a mesma é muito importante para a realização deste trabalho.

Instruções: Assinale a(s) resposta(s) que melhor lhe convier e, terminado o questionário, devolva-o, por favor, no balcão de atendimento ou na recepção. Caso os espaços não sejam suficientes para responder ou fazer comentários adicionais, use outra folha indicando o número do item correspondente.

Obrigado.

Adélio Dias, *mestrando em Ciência da Informação*

1. Província de origem Etnia
2. É membro/ usuário do Centro Cultural Português (biblioteca e/ou galeria)?
 a. ☐ sim b. ☐ não
 . Se SIM, há quanto tempo?
 a. ☐ 1 ano b. ☐ menos de 1 ano
 c. ☐ 2 anos d. ☐ mais de 2 anos
3. Assinale a freqüência com que usa a biblioteca e/ou galeria do CCP?
 a. ☐ diária b. ☐ três vezes por semana
 c. ☐ semanal d. ☐ quinzenal
 e. ☐ mensal f. ☐ a cada dois meses
 g. ☐ a cada três meses h. ☐ rara
4. Assinale em qual nível de escolaridade se enquadra e informe a sua idade:
 a. ☐ Estudante do ensino primário (EP1 ou EP2)
 b. ☐ Estudante do ensino secundário- 1º Ciclo
 c. ☐ Estudante do ensino secundário- 2º Ciclo
 d. ☐ Estudante do ensino superior
 e. ☐ Professor
 f. ☐ Outro. Especifique
 Idade
5. Costuma usar a biblioteca e/ou galeria do CCP para: (**indique pela ordem de importância: 1,2,3,...**)

a. ☐ estudar com material próprio c. ☐ consultar livros técnicos e. ☐ consultar lit. estrangeira g. ☐ ler jornais i. ☐ participar de lançamentos de obras de escritores estrangeiros k. ☐ visitar exposições de arte de artistas estrangeiros m. ☐ consultar documentos oficiais	b. ☐ consultar livros escolares d. ☐ consultar lit. moçambicana f. ☐ ler revistas h. ☐ participar de lançamento de obras de escritores nacionais j. ☐ visitar exposições de arte de artistas nacionais l. ☐ assistir palestras e/ou conferências n. ☐ Outro. Especifique
---	---
6. Quando vai a biblioteca ou a galeria, encontra o material que procura?
 a. ☐ sempre b. ☐ raramente
 c. ☐ freqüentemente d. ☐ nunca
7. Um dos requisitos da cidadania é ter acesso à informação sobre a vida do País. Considera que as informações disponíveis no Centro Cultural Português contribuem para a cidadania moçambicana?
 a. ☐ sim. Porquê
 b. ☐ não. Porquê

ANEXO IV- DECLARAÇÃO SOBRE A CONCESSÃO DA INDEPENDÊNCIA AOS PAÍSES E POVOS COLONIAIS

Resolução n.º 1514 (XV) da Assembléia Geral de 14 de dezembro de 1960.

A Assembléia Geral,

Levando em consideração que os povos do mundo proclamaram na Carta das Nações Unidas que estão decididos a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre os homens e as mulheres e das nações grandes ou pequenas, e a promover o progresso social e a elevar o nível de vida dentro de um conceito amplo de liberdade,

Consciente da necessidade de criar condições de estabilidade e bem-estar e relações pacíficas e amistosas baseadas no respeito aos princípios de igualdade de direitos e à livre determinação dos povos, e de assegurar o respeito universal dos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos sem fazer distinção por motivo de raça, sexo, idioma ou religião, e a efetividade de tais direitos e liberdades,

Reconhecendo o fervoroso direito que todos os povos possuem dependentes e o papel decisivo de tais povos na conquista de sua independência,

Consciente dos crescentes conflitos que surgem do ato de negar a liberdade a esses povos e de impedi-la, o qual constitui uma grave ameaça à paz mundial,

Considerando o importante papel que corresponde às Nações Unidas como meio de favorecer o movimento em prol da independência em territórios ocupados e em territórios não autônomos,

Reconhecendo que os povos do mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações,

Convencida que a continuação do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação econômica internacional, dificulta o desenvolvimento social, cultural e econômico dos povos dependentes e age contra o ideal de paz universal das Nações Unidas,

Afirmando que os povos podem, para seus próprios fins dispor de suas riquezas e recursos naturais sem prejuízo das obrigações resultantes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo e do direito internacional,

Acreditando que o processo de liberdade é irresistível e irreversível e que a fim de evitar crises graves, é preciso pôr fim ao colonialismo e a todas as práticas de segregação e discriminação que o acompanham,

Celebrando que nos últimos anos muitos territórios dependentes tenham alcançado a liberdade e a independência e reconhecendo as tendências cada vez mais poderosas em direção à liberdade que se manifestam nos territórios que não tenham obtido ainda sua independência,

Convencida de que todos os povos têm o direito inalienável à liberdade absoluta, ao exercício de sua soberania e à integridade de seu território nacional,

Proclama solenemente a necessidade de pôr fim rápido e incondicional ao colonialismo em todas as suas formas e manifestações;

Declara que:

1. A sujeição dos povos a uma subjugação, dominação e exploração constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundial;
2. Todos os povos tem o direito de livre determinação; em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
3. A falta de reparação na ordem política, econômica e social ou educativa não deverá nunca ser o pretexto para o atraso da independência.
4. A fim de que os povos dependentes possam exercer de forma pacífica e livremente o seu direito à independência completa, deverá cessar toda ação armada ou toda e qualquer medida repressiva de qualquer índole dirigida contra eles, e deverá respeitar-se a integridade de seu território nacional.
5. Nos territórios, sem condições ou reservas, conforme sua vontade e seus desejos livremente expressados, sem distinção de raça, crença ou cor, para lhes permitir usufruir de liberdade e independência absolutas.
6. Toda tentativa encaminhada a quebrar total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
7. Todos os estados devem observar fiel e estreitamente as disposições da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal de Direitos Humanos e da presente declaração sobre a base da igualdade, da não intervenção nos assuntos internos dos demais Estados e do respeito aos direitos soberanos de todos os povos e de sua integridade territorial

ANEXO V- MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

(preparado em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela UNESCO em Novembro de 1994).

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Este Manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar ativamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

A BIBLIOTECA PÚBLICA

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.

MISSÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA

As missões da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes:

- Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças desde a primeira infância;
- Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;

- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural, das artes e do espetáculo;
- Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral;
- Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

FINANCIAMENTO, LEGISLAÇÃO E REDES

Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação.

Para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados.

A rede de bibliotecas públicas deve ser concebida tendo em consideração as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como as bibliotecas escolares e universitárias.

FUNCIONAMENTO E GESTÃO

Deve ser formulada uma política clara, definindo objetivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local. A biblioteca Pública deve ser eficazmente organizada e mantidos padrões profissionais de funcionamento.

Deve ser assegurada a cooperação com parceiros relevantes, por exemplo, grupos de utilizadores e outros profissionais a nível local, regional, nacional e internacional.

Os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Tal supõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologia adequada e horários convenientes para os utilizadores. Tal implica igualmente serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca.

Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais.

O bibliotecário é um intermediário ativo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados.

Têm de ser levados a cabo programas de formação de potenciais utilizadores de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos.

IMPLEMENTAÇÃO DO MANIFESTO

Todos os que em todo o mundo, ao nível nacional e local, têm poder de decisão e a comunidade de bibliotecários em geral são instados a implementar os princípios expressos.

ANEXO VI- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII

Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo XVII

1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Artigo XIX

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV

Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo XXV

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX

1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

ANEXO VII - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

(Direção do Instituto Camões)

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Profissão:

Cargo/ função:

Tempo de trabalho no cargo:

Tempo de trabalho na instituição:

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- O que é o IC; como é que surgiu? E os Centros Culturais? Em linhas gerais, o que postula a Lei Orgânica do IC?
- Quais os objetivos da implantação do IC em Moçambique?
- Qual seria o papel do CCP em Moçambique, e particularmente em Maputo?

ÁREAS DE ACTUAÇÃO DO CCP

- Quais as principais áreas de atuação do CCP em Maputo?
- Qual(is) o(s) organismo(s) oficial(is) do Governo moçambicano com quem o CCP mantém contactos?
- Que tipo de atividades e serviços são oferecidos pelo IC-CCP de Maputo:
 - Na biblioteca?
 - Na galeria?
- Qual é o tipo do público (usuários) do Centro?- *tipo de biblioteca*
- Quais as principais áreas de interesse desse público?
- Nas ações do CCP, existe uma contemplação da demanda dos usuários? Quer dizer, em sua opinião (se) existe algum tipo de sintonia entre o que o usuário procura e o que CCP oferece.
- Gostaria que abordasse sobre outros recursos de comunicação, para além do português - (este como sendo o) principal instrumento de divulgação das ações do IC, - outros recursos tais como, línguas nacionais ou outro recurso que permita abarcar também os usuários que não dominam a LP (tendo em conta que o CCP é uma instituição pública e abarca todo tipo de usuários).
- Quais são as iniciativas culturais que o IC considera relevantes na cooperação com Moçambique?

NA BIBLIOTECA

- Que tipo de material (acervo) existe na biblioteca?
- Quais as formas (critérios) de aquisição do acervo para a biblioteca?
- Existe uma política em que o usuário pode sugerir uma obra que sente faltar na biblioteca?
- Se SIM, como é que isso se processa? /Se NÃO, porquê ?/

NA GALERIA

- Que tipo de atividades são realizadas na galeria do Centro?
- Existe algum critério de seleção de obras a serem exibidas na galeria? Se SIM, qual?

- Quais os temas ou assuntos mais privilegiados pelo IC-CCP (se existe essa prática), nas exposições, conferências e lançamentos de obras literárias?
- Terá acontecido alguma vez em que um artista plástico ou um escritor que visse a sua intenção de divulgar o trabalho, recusada (não permitida), por não se enquadrar na política do CCP? *Se SIM, tem alguns exemplos pontuais?*
- De que forma acha que as atividades do IC-CCP contribuem para a formação da Identidade Nacional (para a construção de uma cidadania moçambicana)?
- Alguma coisa a acrescentar sobre o assunto?

Obrigado!

ANEXO VIII - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

(Representantes da sociedade moçambicana)

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Profissão:

Cargo/ função:

Tempo de trabalho no cargo:

Tempo de trabalho na instituição:

COOPERAÇÃO MOÇAMBIQUE/ INSTITUTO CAMÕES

- Em sua opinião, quais as principais áreas que o Instituto Camões coopera com o Moçambique? Ou seja, qual(is) o(s) organismo(s) oficial(is) do Governo moçambicano com quem o IC mantém contactos?
- Poderia comentar sobre o tipo de material (acervo) e atividades relativos a Moçambique existente no Instituto Camões - Centro Cultural Português?
- Tendo em conta que o Português é língua materna para apenas 6% da população, gostaria que abordasse sobre outros recursos de comunicação alternativos ao português, que é o principal instrumento de divulgação das ações do IC. Recursos como, línguas nacionais que permitam abarcar, também, os usuários que não dominam a LP (tendo em conta que o CCP é uma instituição pública - abarca todo tipo de usuários).
- Quais são as iniciativas culturais relevantes que o IC deveria considerar na cooperação com Moçambique?
- Qual é, na sua óptica, a contribuição do Instituto Camões em Moçambique na construção de uma cidadania moçambicana? Quer dizer, de entre as várias iniciativas culturais que o IC tem promovido, quais as que considera pertinentes para a promoção e apreensão de símbolos/elementos tendentes a compreensão do conceito de cidadania moçambicana?
- Gostaria que comentasse sobre os critérios (se os conhece) de seleção de obras a serem exibidas na galeria do Centro Cultural Português?
- Terá se apercebido, alguma vez, de uma situação em que um artista plástico ou um escritor visse a sua intenção de divulgar o trabalho, não permitida pelo Centro Cultural Português do Instituto Camões de Maputo, por não se enquadrar na política do Centro?
- De que forma acha que as atividades do IC-CCP contribuem para a formação da Identidade Nacional (para a construção de uma cidadania moçambicana)?
- Alguma coisa a acrescentar sobre o assunto?

Obrigado!